

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COOPERATIVA: UM ESTUDO NA
ILHA DE SANTIAGO - CABO VERDE.”**

São Paulo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

“AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COOPERATIVA: UM ESTUDO NA
ILHA DE SANTIAGO - CABO VERDE.”

Candidata: IOLANDA MARIA ALVES ÉVORA.
Orientadora: Professora Doutora Arakcy Martins Rodrigues.



Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia - área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL.

COMISSÃO JULGADORA

Professor Titular Peter Kevin Spink

Professora Titular Sylvia Leser deMello

Professora Arakcy Martins Rodrigues

Defesa - 1996

***Aos meus pais e irmãos,
pelo amor na caminhada.***

Agradecimentos

Agradeço aos cooperadores que me emprestaram a sua palavra.

À CAPES e à FAPESP sou grata pela concessão das bolsas. Pelo auxílio material, sem o qual esta pesquisa não teria sido possível, agradeço ao Instituto Nacional das Cooperativas de Cabo Verde - INC. Registro também o meu apreço aos técnicos do INC e em especial ao Sr. Januário, motorista do INC, por tantas histórias contadas pelos caminhos da ilha de Santiago.

Meu agradecimento à professora Luiza Beth Nunes Alonso pela segurança e carinho durante o tempo em que me orientou.

À professora Arakcy Martins Rodrigues que aceitou acompanhar-me em circunstâncias tão difíceis, a minha gratidão.

Sou grata ao professor João Frayze-Pereira pela confiança que depositou em mim quando este trabalho ainda era uma pequenina idéia.

À Mary Jane Spink agradeço a confiança e o apoio como aluna e pesquisadora..

Agradeço ao Cláudio Furtado pela amizade e a ajuda junto ao INC.

À Ângela Furtado que fez tantas transcrições, a Josefa Lopes pela leitura dos manuscritos e a Fernando e Maria Teresa, em Belo Horizonte, a minha especial gratidão.

À Elieth, Tânia e Arlete pela atenção e cuidado para comigo na secretaria da pós-graduação. O meu apreço também à Nalva do departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Para a Leny Sato talvez faltem palavras por todo o apoio, amizade e as importantes sugestões sobre o trabalho. Pela atenção e pela casa, agradeço-lhe e ao Lacaz também..

O meu apreço à Belkis Trench, amiga e colega, pela atenção e carinho com que sempre me acompanhou.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos da Violência, em especial à Inês Caetano, Wânia Izumino, Jacqueline Sinhoretto e Adriana Loche, agradeço a amizade e o apoio durante todos estes meses de trabalho. À Nancy Cardia pela compreensão no trabalho. À Helena Singer por sempre me lembrar da simplicidade das coisas e pela amizade.

Sou especialmente grata à Glória Moura pela amizade e a generosidade com que me cedeu o computador pessoal. Ao Carlos Moura, Evely Trevisan, Shirley Padovesi, Emmanuel Rauffiet, Íris Kantor e Jaime Molina, aqui fica o registro do meu apreço.

À Fernanda Padovesi Fonseca, minha irmã brasileira, com afeto e gratidão pela sua generosidade e amizade durante todo este tempo. Agradeço o carinho com que cuidou da diagramação deste trabalho.

ÉVORA, I. M. A.- As representações sociais da cooperativa: um estudo na ilha de Santiago- Cabo Verde, 1996. 141p. Dissertação (mestrado). IP- USP.

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para o estudo do cooperativismo em Cabo Verde, a partir do conhecimento prático do cooperador sobre a sua cooperativa. Este conhecimento foi analisado sob a ótica das representações sociais.

Como estudo de campo, foram realizadas entrevistas com cooperadores associados de cooperativas de consumo e de produção (agricultura, reflorestamento, pescas e carpintaria/marcenaria), na zona rural da ilha de Santiago. Utilizamos como material de análise, os depoimentos obtidos através de entrevistas semi-abertas.

Partimos da definição oficial da cooperativa em Cabo Verde que destaca as suas características de instrumento de participação popular com vista à promoção da mudança social e do desenvolvimento social e econômico, de acordo com a perspectiva político-ideológica do Estado.

Concluimos, por este estudo, que o conceito de cooperativa que tem por fundamento o conhecimento prático dos cooperadores, refere-se a objetos identificados como loja, campo, barco ou carpintaria. Como parte constituinte do núcleo central das representações, foram identificados conteúdos associados aos temas da sobrevivência, da propriedade privada e do trabalho. A participação na cooperativa encontra-se apoiada nas permanências culturais que asseguram a proteção das identidades sociais e permitem a familiaridade e o controle subjetivo da prática social. O aprimoramento do processo de construção de uma prática cooperativista original pressupõe que se considerem as diferenças entre a concepção oficial e ideológica de cooperativa e as representações sociais que, da mesma, têm os cooperadores e que, ao invés de autoridade, o Estado assuma o papel de coordenador das iniciativas dos camponeses.

ÉVORA, I. M. A.- The social representations of cooperatives: a research in Santiago` island- Cabo Verde, 1996. 141 p.. Master. IP- USP.

ABSTRACT

The aim of this work is to provide a contribution for the study of the system based on cooperatives in Cabo Verde, taking as reference the common sense knowledge of the cooperator in relation to this own cooperative. Such knowledge has been analysed based on social representation.

As field survey, interviews with cooperators, members of both consumers and producers cooperatives (agriculture, reforestation, fishing, carpentry/ joinery) have been conducted in the rural area of Santiago` island. We have used as material for analysis statements obtained through semi-structured interviews.

We have considered the official definition of the cooperative in Cabo Verde, wich enhances this characteristic of being a tool for popular participation towards the promotion of the social change and of the social and economical development according to the political- ideological perspective of the State.

We have come to the conclusion that the concept of cooperative wich is based on the common sense knowledge of the cooperators refers to objects identified as: shop, field, boat and carpentry. As part of the nucleus of the representation, we have identified contents pertaining to the themes of survival, private property and work. The participation in the cooperatives stands on the cultural foundations which ensure the protection of social identity and allow the familiarity and the subjective control of the social practice.

The improvement of the process for the construction of an original practice whithin the cooperative requires that the differences between the official and ideological conceptin of cooperative and the social that the cooperators have of it are considered, and that the State, rather than being the authority, adopts the role of the coordinator for the peasants` iniciatives.

ÉVORA, I. M. A.- Les représentations sociales des cooperatives: un étude à l' île de Santiago-Cap Vert, 1996. 141 p. 3^{ème} cycle. IP- USP

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif contribuer à l'étude du coopérativisme aux îles du Cap- Vert, `a partir de la connaissance pratique du coopérateur sur sa coopérative. Cette connaissance a été analysée à partir de l'optique des représentations sociales.

L'étude de terrain inclut des entrevues avec des cooperateurs associés à coopératives de consommation et de production (agriculture, reforestation, pêche et menuiserie/charpenterie) dans la region rurale de l'île de Santiago. Nous avons utilisé les témoignages obtenus au cours des entrevues semi- ouvertes comme matériel d'analyse.

Nous avons constaté que la définition officielle de la cooperative au Cap-Vert met en évidence les caractéristiques d'un instrument de participation populaire visant à favoriser le changement social et le développement social et économique, conformément à l'orientation politique et idéologique du régime.

Nous avons conclu que le concept de coopérative fait référence à des objets identifiés comme un magasin, un champ ou un menuiserie. Comme partie intégrante du noyau central des représentations sociales, ont été identifiés les contenus associés aux thèmes de la survie, de la propriété privée et du travail. La participation à la coopérative s'appuie sur des constantes culturelles qui assurent la protection des identités sociales et permettent la familiarité et le contrôle subjectif de la pratique sociale.

Aussi l'amélioration du processus de construction d'une pratique cooperativiste originale présuppose, d'une part, que soient considérées les différences entre la conception officielle et idéologique de coopérative, et les representations sociales qu'en ont les coopérateurs. D'autre part, l'Etat devrait cesser d'être l'autorité pour devenir, en fait, l'organe de coordination des initiatives des paysans.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1: SANTIAGO | 14 |
| 1.1. A ilha | 15 |
| 1.2. O campo | 17 |
| 1.3. Pesca e outras atividades | 22 |
| 1.4. Os homens | 26 |
| CAPÍTULO 2: EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVISTAS EM SANTIAGO | 37 |
| 2.1. Associações religiosas | 37 |
| 2.2. Associações para o trabalho | 41 |
| 2.2.1 O Djunta-mon | 42 |
| 2.3. O nascimento das cooperativas: a história oficial | 45 |
| CAPÍTULO 3: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 52 |
| 3.1 A Psicologia Social e a elaboração da teoria das representações sociais | 53 |
| 3.2. A origem do termo na Psicologia Social | 55 |
| 3.3. O conceito de representações sociais | 58 |
| 3.4 Conteúdo e processo das representações sociais | 62 |
| 3.5. Processos de objetivação e ancoragem | 66 |
| 3.6. Representações e práticas sociais | 68 |
| CAPÍTULO 4: A TRAJETÓRIA EM SANTIAGO | 74 |
| 4.1. A pesquisa | 74 |
| 4.2. A base empírica | 74 |
| 4.3. A amostra | 75 |
| 4.4. A trajetória do trabalho de campo | 76 |
| 4.5. A Análise dos Dados | 84 |
| CAPÍTULO 5: UMA LOJA PARA O POVO | 86 |
| 5.1. Construtores e operários | 86 |
| 5.2. Uma loja que nos serve | 96 |
| 5.3. A loja e o trabalho | 102 |
| 5. 4. O lugar do encontro e do lazer | 104 |
| CAPÍTULO 6: AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO | 108 |
| 6.1 O conflito da terra | 108 |
| 6.2. Os promotores da cooperativa | 110 |
| 6.3. O mando e a liderança | 114 |
| 6.4. Os beneficiários | 118 |
| 6.5. O trabalho na cooperativa | 123 |
| CAPÍTULO 7: A LOJA, A TERRA E O BARCO | 129 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 137 |

INTRODUÇÃO

Do latim *cooperatione*, a ação de cooperar, ou seja, a cooperação, significa, etimologicamente, a prestação de auxílio para um fim comum, o ato de operar ou obrar simultaneamente, de trabalhar em comum. Indica, portanto, uma ação que deve ser realizada por mais de um sujeito e, sobretudo, supõe uma reciprocidade de atuações, não comportando a ação unilateral. Na própria origem da palavra encontra-se o sentido de "ajuda" a outrem, ao mesmo tempo em que se é ajudado, pois o fim é comum.

Do ponto de vista sociológico, a cooperação é uma ação conjugada de pessoas que se reúnem de um modo mais ou menos organizado para alcançar o mesmo objetivo. Tal como a própria natureza do homem, acompanha-o desde a sua formação e, por seu intermédio, nascem as principais realizações humanas, as criações materiais ou sociais. Na sua forma mais simples, traduz-se por trabalho em conjunto para alcançar um resultado comum mas, por se tratar de um processo social, quando organizada segundo determinadas normas, princípios ou regras pré-estabelecidos, dá origem a grupos sociais como, por exemplo, a cooperativa (Pinho, 1982).

Se considerarmos que, historicamente, as formas de associação e organização fundadas no auxílio mútuo marcaram diversas iniciativas humanas de resolver problemas e necessidades comuns, as raízes das cooperativas poderão ser encontradas nos primórdios da antiguidade: os babilônios já conheciam uma forma de arrendamento da terra para a exploração em comum, enquanto gregos e romanos organizavam-se em sociedades de auxílio mútuo para enterros e seguros, por exemplo. Ainda, alguns estudiosos identificam raízes rudimentares das

cooperativas de consumo e produção nas iniciativas dos primeiros cristãos ao encarregar um grupo de pessoas do aprovisionamento de gêneros alimentícios destinados ao consumo comum ou, mais recentemente, nas corporações de ofícios e nas sociedades de auxílio-mútuo da Idade Média (*op. cit.*).

Tal como são conhecidas no mundo moderno, as cooperativas têm a sua origem vinculada às associações de auxílio-mútuo ou mutualidades criadas no início do século XIX, em países europeus onde os trabalhadores procuravam fazer face às difíceis condições de vida impostas pelo sistema econômico liberal, organizando-se para buscar soluções aos seus problemas comuns, num contexto de grande miséria e privação. Do ponto de vista econômico, o surgimento das cooperativas significa uma reação às consequências sociais da realização prática do liberalismo econômico que apregoava a livre-concorrência e da livre-negociação, a política do *laissez-faire*, *laissez-passer* e da liberdade contratual.

Na Inglaterra, a iniciativa dos trabalhadores levou à criação da que é considerada a primeira associação na forma de cooperativa. Trata-se da experiência dos tecelões de Rochdale que se reuniram para formar uma sociedade de consumo segundo normas e regras específicas, conhecidas como Princípios de Rochdale. Na sua Declaração, os 28 tecelões de Rochdale apresentaram as bases do que seria um projeto de ampla reforma econômica e social, a partir de normas que definiam as relações dos cooperados entre si e com a empresa cooperativa.¹ Preconizavam a mudança social através da multiplicação gradativa das experiências e, por fim, a transformação da sociedade capitalista pela cooperação integral. Este aspecto da experiência pioneira de Rochdale inspira os principais autores a desenvolver a doutrina cooperativista e os princípios universais que serviriam para incentivar e nortear a criação de cooperativas.

Como base teórica do cooperativismo, a doutrina cooperativa surge efetivamente após as primeiras realizações práticas de cooperativas e Charles

¹ As normas definiam a liberdade de adesão, a administração através de assembléias gerais, a atribuição do voto individual e intransferível para cada associado, a neutralidade política, religiosa e racial. Pelas regras de proporcionalidade, cada associado teria direito ao retomo proporcional ao volume das suas operações, a juros módicos ao capital social. As transações deveriam ser sempre realizadas a dinheiro e o crédito considerado como uma forma de dependência e endividamento.

Gide, seu principal sistematizador, ao utilizar como modelo os princípios dos Pioneiros de Rochdale, determina que o fim destas associações deve ser o da "abolição da luta de classes através da supressão do assalariado, dos intermediários do comércio e dos patrões da produção" (Pinho, 1982: 35). As 12 virtudes do cooperativismo enumeradas por Gides foram amplamente divulgadas no seio do movimento cooperativo internacional assim como a defesa da Hegemonia do Consumidor e a reforma econômica através do seu Programa em 3 Etapas. Neste, Gides destaca o papel dos consumidores na transformação da sociedade, na criação da denominada República Cooperativa com base na reforma que começaria pelo fim, quer dizer, pela criação de cooperativas de consumo com vista à eliminação do lucro e de qualquer aumento de preço sobre o custo da produção para que se pudessem praticar, enfim, preços justos. Estariam assim criadas as condições para que, na etapa seguinte, os fundos acumulados pelas cooperativas de consumo fossem utilizados na organização de cooperativas de produção industrial e, por fim, na última fase, seriam então criadas as cooperativas de produção agrícola. Durante estes três momentos de formação da República Cooperativa seria eliminado o assalariado e, com ele, todos os conflitos e injustiças sociais próprios da sociedade capitalista.

Partem sobretudo dos principais autores da doutrina cooperativista² as tentativas mais difundidas de definir as cooperativas, procurando elucidar sobre os aspectos tidos como essenciais para a sua caracterização. Portanto, numa perspectiva genérica, as cooperativas são consideradas como " sociedades de

² Dentre os socialistas utópicos, Robert Owen (1771-1858), na Inglaterra e François Charles Fourier (1772-1837) são considerados os principais precursores do cooperativismo, tendo o primeiro defendido a reforma social por associação voluntária e o combate ao lucro e a concorrência. Owen tinha como principal preocupação as formas de distribuição do excesso de riqueza produzida pelo homem nas sociedades humanas e considerava que as associações cooperativistas deviam estar presentes em todos os níveis da atividade econômica, para que a produção fosse efetivamente dos trabalhadores. Participou então da criação de experiências associativistas que incluíam a comunidade agrícola e, passando pelo setor de beneficiamento da produção, procuravam atingir também o setor de serviços (Rios, 1989). Charles Fourier criticou Owen por preconizar a abolição da propriedade e da herança e concebeu a reforma de toda a sociedade através dos falanstérios (Rios, 1989; Pinho, 1982), um tipo de comuna ideal que procuraria substituir a unidade doméstica ou familiar de produção, por grandes serviços coletivos. Nestas comunas agrícolas auto-suficientes, o trabalho seria realizado de acordo com as aptidões de cada um e a cooperação substituiria a competição através de uma organização de trabalho igualitária e da manutenção da propriedade sob forma de co-propriedade, com co-proprietários e co-interessados (Pinho, 1982).

pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só suprir seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais." (Pinho, 1982: 67).

Conforme a doutrina cooperativista estas associações de pessoas teriam por objetivo final corrigir os inconvenientes do meio social e prestar serviços aos seus membros e, a longo prazo, à própria comunidade. Pela abordagem doutrinária que destaca a finalidade da cooperativa, ao agruparem-se em torno da mesma, as pessoas procuram atingir fins econômicos, sociais e educativos através de uma empresa que tem um carácter diverso de uma empresa capitalista, pois a sua atividade econômica consiste na prestação de serviços aos seus associados, de acordo com as suas necessidades e sem fins lucrativos.

A evolução do cooperativismo nos próprios países onde foi inicialmente experimentado mostra que, ao contrário do que pretendiam seus principais idealizadores, o capitalismo não foi suplantado por esta via, embora se reconheça o peso das cooperativas em diversas economias, a influência da sua estrutura no comércio e o papel que desempenhou na formação dos principais sindicatos europeus. É possível então compreender que, com relação ao cooperativismo, enquanto os princípios doutrinários permaneceram rígidos e imutáveis (e, por isso, pouco aplicados nos países desenvolvidos), ganha corpo e evolui a perspectiva técnica que procura abordar a cooperativa no seu carácter de empresa, utilizando, para tal, o conhecimento científico da Economia e da Administração. A cooperativa é, deste modo, interpretada na sua atividade econômica e, conseqüentemente, na sua inserção e interação com os sistemas econômicos vigentes. Ganham destaque os preceitos teóricos de eficácia e rentabilidade aplicáveis a qualquer empresa no mundo capitalista, pois que, a ciência econômica, ao contrário dos estudos doutrinários, orienta-se para a ação e procura as bases concretas para atender às necessidades de adequação dos sistemas econômicos face aos constantes avanços tecnológicos. Entretanto, o desenvolvimento de uma teoria econômica especificamente cooperativista é ainda uma tentativa de abordagem muito recente, justificada em parte pelo fato de que, historicamente, as elaborações teóricas sobre

o cooperativismo foram inicialmente incorporadas às explicações científicas da economia clássica.

Nos estudos sobre cooperativas e cooperativismo, a escassez de estudos sobre os aspectos sócio-psicológicos destas experiências é um aspecto que se destaca; a sociologia e a psicologia são aplicadas principalmente quando se trata de compreender o comportamento econômico no contexto das modernas teorias organizacionais que reconhecem a necessidade de integração da análise dos aspectos quantitativos das organizações aos aspectos humanos.

Na atualidade, a pertinência da abordagem da Sociologia é frequentemente enfatizada, pois, sobretudo a partir das experiências de cooperativas em países em desenvolvimento, verifica-se que o enfoque doutrinário ou apenas econômico, não incluiu a diversidade das realidades sociais que são as cooperativas, distantes dos princípios utópicos que inspiraram as primeiras experiências na Europa e mais ricas e abrangentes do que pretende a abordagem que destaca apenas o seu aspecto de empresa.

A experiência cooperativista nos países em desenvolvimento tem inspirado a Sociologia a propôr uma nova abordagem desta prática social partindo da constatação das especificidades das experiências de cada grupo social³. Ao desenvolver uma nova ótica de investigação, esta disciplina dirige, em primeiro lugar, críticas à doutrina pelo fato de que, ao ser incorporada como base do cooperativismo mundial, adquire um carácter normativo e passa a ser aplicada como critério que confere autenticidade a qualquer experiência cooperativista. Por se tratar de um recurso ideológico em favor do cooperativismo, a doutrina não poderá contemplar a pluralidade das situações sociais e econômicas encontradas nas diferentes latitudes em que são criadas as associações cooperativas devido à

³ Ao avaliar as experiências cooperativas associadas a regimes políticos e sistemas econômicos tão diversos, Gerber (1974) propõe a sua utilidade numa terceira via, como possibilidade de, "entre o extremo do capital monopolístico ou monopsônico (nos países que saíram tarde da colonização ou ainda que se acham no estágio da revolução industrial) e o outro extremo do capitalismo estatal (praticado na maioria dos países socialistas), a estrutura democrática das cooperativas ajudar a desintegrar o primeiro, de forma ordenada, sem que caia nas ciladas do segundo"(1974: 51)

rigidez dos seus princípios, em contraste com o dinamismo e a especificidade das realidades encontradas (Rios, 1976)⁴.

A crítica de Rios inclui a própria atribuição histórica do nascimento do cooperativismo a determinada experiência européia do século XIX e a aceitação da doutrina (baseada unicamente na experiência da Rochdale) como propulsora das experiências contemporâneas do cooperativismo. A propósito, considera que a referência às bases rochdaleanas, além de indicar uma postura tipicamente dogmática (porque doutrinária), "implica em renunciar à análise sociológica da história social para substituí-la pela visão ideológica de um determinado evento" (p.35) o que ainda excluiria os demais tipos de associações: "As associações sindicais, por exemplo, deveriam também derivar de alguma doutrina? E que dizer das associações como os partidos políticos, são por acaso definidos a partir de doutrinas universais? Ora, nem mesmo os partidos políticos que se reclamam de uma mesma ideologia e se pretendem internacionalistas (caso dos Partidos Comunistas), não se autodefinem a partir de uma doutrina universal, ao contrário, lutam pela afirmação das especificidades culturais das sociedades nacionais em que atuam" (1976:36).

A Sociologia procura orientar as análises sobre o cooperativismo a partir da vinculação desta prática social contemporânea com o espaço cultural e da história das diferentes sociedades humanas. Esta orientação parte sobretudo da constatação das realidades particulares dos países em que a criação das cooperativas frequentemente é uma iniciativa governamental, encontrando-se, portanto, associadas a um projeto político e de sociedade. Estas experiências confirmariam a insuficiência dos estudos doutrinários por apresentarem, na prática, a variedade crescente de tipos de cooperativas e o aparecimento de super-estruturas cooperativas oficiais como acontece nos países em desenvolvimento.

⁴ Um exemplo desta inadequação é trazida por este autor e refere-se ao princípio doutrinário de "um homem, um voto" que, conforme questiona, não poderá ser aplicado numa situação de desigualdades econômicas, sociais, educacionais e políticas como a que se encontra no meio rural do nordeste brasileiro em que as estruturas sociais se reproduzem no próprio funcionamento das cooperativas, servindo estas de garantia à perpetuação dos interesses das classes dominantes.

Assim, se, por um lado, por sua própria natureza, as cooperativas são definidas como uma estratégia de sobrevivência e, por outro lado, as funções técnicas a que servem são igualmente consensuais, o fato de se encontrarem sempre associadas a um projeto político e social de desenvolvimento e as atribuições que lhes são conferidas marcam, do ponto de vista ideológico, as divergências das perspectivas. À sociologia caberia verificar o campo em que esta oposição se constitui, pois, conforme os objetivos políticos e a visão ideológica, o cooperativismo será aceite como uma superestrutura fortalecedora da estrutura social vigente ou como um instrumento de mudança social.

Esta segunda posição é defendida pelos países em desenvolvimento, sobretudo os países africanos que, a partir dos anos 60, passaram por processos de conquista da independência e procuraram adotar modelos socialistas de desenvolvimento econômico e social; a inserção das cooperativas no cenário social desses países a partir de uma iniciativa oficial, a existência de órgãos governamentais responsáveis pela promoção do cooperativismo confirmam o caráter dependente do movimento cooperativo, mas encontram defensores entre os que argumentam a favor de uma iniciativa "de cima para baixo" em contextos onde a experiência cooperativa não resultou do próprio processo histórico das sociedades. Desse ponto de vista, as cooperativas seriam importantes na transição para o desenvolvimento, na passagem gradual de uma sociedade tradicional para a sociedade em que se pretende democratizar o acesso aos benefícios dos avanços tecnológicos.

A promoção pelo Estado oficialmente comprometido com a mudança social seria justificada pela necessidade de gerenciar adequadamente os limitados recursos humanos e financeiros existentes e de integrar grande parte da população até então distanciada do processo de desenvolvimento, mantida à margem através de um processo de crescente empobrecimento, impossibilitada de adquirir as capacidades necessárias para realizar atividades complexas exigidas pela sociedade moderna e tecnológica.

Tendo por fundamento o argumento (não explícito) do controle político e social, o Estado procura estimular a difusão das cooperativas para atuarem como forma de organização econômica e de educação técnica e gerencial, embora as experiências até o momento revelem que estes objetivos declarados dificilmente foram alcançados⁵.

Este quadro geral dos motivos e forma de introdução do cooperativismo pode ser aplicado a Cabo Verde, país em que, já no período de transição para a independência (1974/1975), as cooperativas foram introduzidas inicialmente junto às populações mais carentes para, conforme o discurso oficial, impedir a ruptura no abastecimento até então exclusivamente nas mãos dos comerciantes. A seguir à criação das primeiras cooperativas de consumo, surgem as de produção agrícola, no meio rural da ilha de Santiago, depois também criadas nas demais ilhas do arquipélago. Com as cooperativas agrícolas, e as cooperativas de produção em geral, o governo pretendia introduzir mudanças no campo, concretizando o lema revolucionário "a terra a quem a trabalha". e atribui-lhes a finalidade de atingir o sistema econômico anterior pelas bases e promover a transformação das relações sociais de produção, única condição que tornaria possível a mudança social.

As cooperativas sofrem transformações ao longo do tempo, mostrando-se permeáveis às contingências próprias do país (econômicas, políticas) e às circunstâncias da vida social, configurando-se, na prática, em consonância com as necessidades e especificidades do grupo de associados e da comunidade, em geral. Resulta, portanto, a cooperativa, em Cabo Verde, da conjugação de um ideal político com fatores culturais, necessidades sócio-econômicas e as condições objetivas encontradas. Este aspecto remete-nos aos seus múltiplos significados, aos envoltórios simbólicos que representa enquanto atividade social e que orientam as condutas dos associados, em particular. Entretanto, o seu carácter de

⁵ Helm (Gerber, 1974) identifica alguns problemas organizacionais que justificariam o fato de, nestes países, as cooperativas não passarem do nível de subsistência. Por um lado, segundo o autor, inicialmente as cooperativas deveriam causar um rápido impacto para que as pessoas se motivassem mas a forma tradicional de desenvolvê-las é demorada porque envolve um processo de motivação e educação anteriores. Geralmente, não empregam profissionais porque têm de começar de um modo modesto e, ainda, os recursos financeiros são escassos, na fase inicial.

empreendimento humano dotado de sentido num contexto específico de existência não tem sido considerado, permanecendo pouco compreendidos os fatores subjetivos que, aliados às condições objetivas, esclareceriam sobre as opções e motivações individuais face a uma nova proposta de associação e à inclusão e configuração desta em determinado cenário social.

As abordagens sobre o cooperativismo em Cabo Verde, até ao momento têm privilegiado o aspecto ideológico e político deste empreendimento seja para servir de suporte à justificativa desta iniciativa por parte do Estado e ao seu papel de instrumento para a mudança social ou, ao contrário, para criticar a sua inserção "de cima para baixo". Ao estabelecer o poder político como categoria central de análise, as abordagens⁶ limitam a compreensão sobre as implicações da experiência do cooperativismo na sua inserção na microestrutura da sociedade e adaptação aos padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos da coletividade.

A abordagem tem se revelado insuficiente principalmente por ignorar que existe um processo de produção de experiências que associa-se de forma não linear às condições materiais e objetivas de existência, justifica a diversidade das manifestações, trajetórias e significados das experiências coletivas, tornando necessário estudá-las nos seus micro-movimentos, nas ações cotidianas de construção de sentido.

Esta perspectiva- que orienta o nosso trabalho-, indica que o reconhecimento do cooperativismo como realidade social significativa se efetiva pela ação dos atores desta experiência coletiva, nas suas formas de participação, nos recursos que utilizam para tal e nas suas motivações coletivas. A análise que destaca apenas o referencial objetivo das circunstâncias de vida destes atores ignora que a satisfação das suas necessidades mais elementares, mesmo que concretizada em circunstâncias tão difíceis como no caso dos cooperadores em Cabo Verde, realiza-se a partir de mediações simbólicas o que significa que, as suas ações sociais se efetivam por influência de um processo de atribuição de sentido no qual participa o

⁶ Pesquisadas nas produções escritas, discursos de dirigentes, jornais oficiais, revista do Inc sobre o cooperativismo e publicações sobre encontros de cooperativismo

mundo simbólico dos sujeitos coletivos. A este processo deve-se a construção do conhecimento do senso comum sobre a realidade (material e social), tema de estudos da Sociologia do Conhecimento, Antropologia e outras disciplinas das Ciências Humanas. Pelos objetivos a que nos propusemos, este trabalho insere-se entre os que elegem o conhecimento do senso comum como a principal fonte da ação humana na sociedade, pois se refere ao que os homens conhecem como real na vida cotidiana, orienta as práticas humanas no mundo e, ao contrário do pensamento teórico ou científico, dele todos os homens partilham (Berger e Luckman, 1974).

A investigação versa sobre os aspectos simbólicos da prática do cooperativismo, acerca do modo como as pessoas vêem, interpretam e representam a cooperativa. Por essas ações que ocorrem em simultâneo efetiva-se a experiência da participação social destes sujeitos e, por nos termos proposto a abordar o cooperativismo enquanto um conhecimento prático socialmente elaborado é que nos apoiamos na teoria das Representações Sociais tal como desenvolvida pela Psicologia Social, cientes da sua pertinência na abordagem de fenômenos sociais do gênero e na análise das experiências coletivas, em que devem ser consideradas as esferas psicológicas e sociais, espaços de conjugação particular da subjetividade e da vivência coletiva pelas quais se constrói o sentido das ações sociais.

O nosso interesse consistiu em compreender o sentido desta prática para os cooperadores e, procuramos investigá-lo a partir das representações sociais que da cooperativa têm os seus associados, considerando que a relevância deste objeto social deve-se às atribuições e finalidades que lhe são conferidas.

A partir da iniciativa oficial de criação das cooperativas no período da independência, sobretudo a população mais pobre foi mobilizada para o ingresso nestas associações. A opção em associar-se resultaria numa concordância aos princípios ideológicos subjacentes à iniciativa mas, principalmente, numa ação de dotar de significado prático um evento até então apresentado como idéia.

Como se efetiva a articulação entre a idéia inicial e as necessidades objetivas dos associados sob o seu próprio ponto de vista? Qual o significado da prática do

cooperativismo numa situação social específica, em que se sustenta e no que se traduz? Quais as suas características? O que significa a cooperativa para quem dela se utiliza cotidianamente? Tais foram algumas questões que nortearam a realização deste estudo.

A pesquisa foi realizada em localidades do interior da ilha de Santiago, a de maior densidade populacional do arquipélago e que também apresenta uma região rural de dimensões significativas se comparada às restantes oito ilhas habitadas. Em Santiago, no campo, foram criadas as primeiras cooperativas do período pós-colonial e, até ao momento o número destas associações nos setores de abastecimento, agro-pecuária, pescas, carpintaria-marcenaria, habitação/construção e consultoria/estudos e projetos é, nesta ilha, o mais significativo.

A principal atividade desenvolvida no interior de Santiago é a agricultura embora sujeita às contingências de um clima semi-árido responsável pelas secas cíclicas que desde sempre assolaram o arquipélago e, periodicamente, resultaram num quadro dramático de fome e miséria, levando o caboverdeano a considerar a emigração como a única alternativa possível de sobrevivência. O mar presente em todos os limites da ilha, paradoxalmente, é a fonte secundária de sobrevivência pois, mesmo os pescadores, na sua maioria, voltam-se para o interior e para a agricultura quando as condições pluviométricas favorecem o plantio⁷.

Os camponeses, associados das cooperativas após a independência são, na sua maioria, trabalhadores rurais que, desde sempre, viveram sob um regime de mando e subserviência em relação aos proprietários de terras (seus patrões), aos comerciantes (que, pelo sistema de vendas a crédito, mantinham relações de dependência permanente) e agentes administrativos do Estado colonial. As condições de vida no campo são difíceis e, além dos trabalho na agricultura, estes camponeses (na maioria analfabetos ou que apenas sabem "assinar o nome"),

⁷ ⁷ INa poesia e na prosa, o mar, como temática, "parece reduzir-se a elemento familiar e rotineiro, quase que perdendo a sua qualidade de potência líquida, de potência, extra-territorial. para se confundir, dir-se-ia, com a própria terra" (Mariano, 1991: 99).

realizam pequenas tarefas ou, como diz um cooperador, "o que aparecer", para, assim, garantir a própria sobrevivência.

Ao investigarmos sobre as representações sociais da cooperativa, verificamos que a experiência social do cooperativismo se constrói sob a influência de fatores ideológicos aos quais os cooperadores dão uma significação que se concilia com as suas necessidades de sobrevivência e sociabilidade. Estes temas estão presentes, portanto, como conteúdo do significado atribuído à cooperativa. Constatamos que, na caracterização da cooperativa e do ato de cooperar ganham destaque as permanências culturais muito mais do que a aquisição de novos comportamentos. A prática social do cooperativismo encontra o seu fundamento em práticas anteriores e a sua representação material consiste em objetos socialmente conhecidos e valorizados tais como a loja, o barco, o campo ou a carpintaria, correspondentes das cooperativas de consumo, pescas, produção agrícola e reflorestação e carpintaria/marcenaria.

A estrutura deste trabalho procura refletir a forma e a orientação da investigação. e, assim, no capítulo 1, apresentamos os aspectos gerais da história, cultura e sociedade da ilha de Santiago, contexto de vivência dos cooperadores e das produções culturais cujas permanências alimentam as representações sociais. A descrição das principais características das associações de auxílio mútuo (religiosas e de trabalho) mais importantes encontradas mesmo antes da independência na ilha consta do capítulo 2, bem como a história das cooperativas tal como apresentada pelo discurso oficial e justificada como fundamento da prática do cooperativismo. Dedicamos o capítulo 3 à fundamentação teórica que orientou este estudo. Da teoria das representações sociais desenvolvida na Psicologia Social a partir dos primeiros trabalhos de Serge Moscovici, destacamos os processos e conteúdos das representações sociais como fundamento do conhecimento socialmente elaborado que está na interseção entre o psicológico e o social. Pela sua relevância ao trabalho a que nos propusemos, destacamos a abordagem da Psicologia Social sobre as influências recíprocas que se estabelecem entre práticas e representações

sociais, principalmente no que se refere a situações sociais de mudança, aparecimento de um acontecimento social que diz respeito a toda a população, transformação do meio sócio-econômico ou uma mudança sócio-política radical. A estratégia que utilizamos para conduzir a investigação consta do capítulo 4 e, a seguir, no capítulo 5 (Uma loja que nos serve), examinamos o discurso dos cooperadores sobre a cooperativa de consumo, os temas indicados e a identificação dos sujeitos, atores da ação de cooperar. O mesmo procedimento foi utilizado para a elaboração do conteúdo do capítulo 6, dedicado às cooperativas de produção. A análise do discurso dos cooperadores consta destes dois capítulos. Dedicamos o capítulo 7 às reflexões e conclusões a que o trabalho nos dirigiu.

sociais, principalmente no que se refere a situações sociais de mudança, aparecimento de um acontecimento social que diz respeito a toda a população, transformação do meio sócio-econômico ou uma mudança sócio-política radical. A estratégia que utilizamos para conduzir a investigação consta do capítulo 4 e, a seguir, no capítulo 5 (Uma loja que nos serve), examinamos o discurso dos cooperadores sobre a cooperativa de consumo, os temas indicados e a identificação dos sujeitos, atores da ação de cooperar. O mesmo procedimento foi utilizado para a elaboração do conteúdo do capítulo 6, dedicado às cooperativas de produção. A análise do discurso dos cooperadores consta destes dois capítulos. Dedicamos o capítulo 7 às reflexões e conclusões a que o trabalho nos dirigiu.

sociais, principalmente no que se refere a situações sociais de mudança, aparecimento de um acontecimento social que diz respeito a toda a população, transformação do meio sócio-econômico ou uma mudança sócio-política radical. A estratégia que utilizamos para conduzir a investigação consta do capítulo 4 e, a seguir, no capítulo 5 (Uma loja que nos serve), examinamos o discurso dos cooperadores sobre a cooperativa de consumo, os temas indicados e a identificação dos sujeitos, atores da ação de cooperar. O mesmo procedimento foi utilizado para a elaboração do conteúdo do capítulo 6, dedicado às cooperativas de produção. A análise do discurso dos cooperadores consta destes dois capítulos. Dedicamos o capítulo 7 às reflexões e conclusões a que o trabalho nos dirigiu.

1

SANTIAGO

Da ilha, da terra e dos homens de Santiago destacamos aspectos gerais da história, da economia, cultura e sociedade que, aqui apresentados genericamente, caracterizam o contexto de vivência dos camponeses, sujeitos do nosso estudo.

A ausência de alterações profundas nas relações básicas de produção, na propriedade da terra e nos meios utilizados para a sua exploração explicam que sejam aqui abordados por persistirem elementos importantes nas relações sociais e de produção atuais. Mas, para captar a personalidade do organismo social, conhecer a terra e as gentes, mesmo na ausência de uma antropocultura de Cabo Verde, há que procurar compreender a vida do Homem que, confrontado com os rigores do clima e de um sistema permanente de exploração humana, é capaz de autonomia, criação e transformação nas suas especificidades sócio-culturais.

A realidade se forma, portanto, como uma totalidade em que a economia e o meio geográfico só fazem sentido se articulados à "fibra de cada criatura" (Souza, s.d.: 270), à maneira de ser forjada no dinamismo e na constância das relações sociais.

A atividade ocupacional predominante (a agricultura), está vinculada a um processo social e cultural específico; o trabalho e a vida social reúnem-se numa totalidade articulada representada, a nível simbólico, pelas manifestações e expressões culturais e religiosas.

1.1. A ilha

Por volta do ano de 1460, pela ilha de Santiago iniciou-se o povoamento do arquipélago de Cabo Verde, descoberto pelos portugueses em 1456. Afirmam alguns historiadores que, antes teriam aportado às ilhas fenícios e árabes, e populações do litoral da costa senegalesa que no arquipélago fariam as suas trocas de gado¹. Entretanto, a data da chegada dos portugueses é ainda a que genericamente se aceita pois, à altura, segundo a tese oficial, não se encontravam as ilhas ainda ocupadas.

A ilha de 930 km² é a maior do arquipélago cuja superfície é de 4 900km² e, junto com as ilhas de Maio, Fogo e Brava, compõe o grupo de Sotavento, ao Sul, o primeiro a ser descoberto. O grupo de Barlavento, ao norte, é formado pelas ilhas de São Vicente, São Nicolau, Santo Antão, Sal, Boavista e Santa Luzia. Esta última e os ilhéus Branco e Raso não são habitados.

Santiago mostrou-se primeiro favorável aos navegadores que ali encontraram bons ancoradouros abrigados dos ventos predominantes (Amaral, 1964) e, depois, por apresentar "um relevo dissecado que lhe permite ter vales largos e achadas extensas" (p.15), paulatinamente, os primeiros colonizadores se aventuraram para o interior onde passaram a explorar a terra. Iniciou-se assim o povoamento por volta de 1462, com alguns homens brancos que para lá foram levados e, também, os negros, escravos adquiridos na costa oeste da África e que, posteriormente, deveriam ser vendidos e "transportados" para as Américas. Então, ali se criou uma "ilha crioula" de homens retirados do continente africano e outros vindos da Europa, todos com sua cultura, seus animais, suas plantas e seus hábitos alimentares.

A posição e as suas condições geográficas favoreceram o florescimento da ilha e um papel de destaque quando, no início da colonização, Cabo Verde era

¹ Cabral (1980) cita João da Silva Feijó que, na obra *Mémoire sur l'orseille du Cap Vert* (1815) refere-se à presença de senegaleses e ao comércio de gado no arquipélago.

que, por muito tempo, movimentou as rotas entre a Europa, a África e as Américas. Com o povoamento, escolheu-se a ilha para ser o centro político e econômico do arquipélago e, Ribeira Grande (atual Cidade Velha), a primeira capital do país, foi fundada num local que pareceu propício por ter água, vegetação e um ancoradouro favorável, tornando-se, assim, o principal entreposto de escravos, sede do governo e do bispado.

Mais tarde, a navegação descobriu o porto natural de Santa Maria da Praia que aos novos habitantes pareceu mais protegido dos ataques dos navios piratas (ingleses, holandeses e franceses) e favorável à entrada e saída de navios que ali se abasteciam e asseguravam o comércio entre as ilhas, a Europa e a costa da África. O florescimento da vila da Praia coincide com a época em que a vila da Ribeira Grande conhece franca decadência pela perda da função de entreposto de mão-de-obra escrava. A mudança deve-se sobretudo à redução das vantagens e privilégios dos moradores de Santiago no trato e resgate de escravos, em favor dos contratadores². A transferência definitiva das autoridades aconteceu por volta de 1770 (Amaral, 1964), transformando-se a Praia num ponto intermediário entre o interior agrário e o mercado externo (Europa e África) para onde eram exportados os produtos agrícolas que a ilha produzia na época como algodão, urzela e os panos fabricados pelos escravos com técnicas trazidas da Guiné.

Ponto de partida da exploração e ocupação das outras ilhas, Santiago manteve desde sempre a sua posição hegemônica como núcleo catalizador de todas as atividades que para a economia colonial consistiram, em primeiro lugar, no comércio de escravos e, posteriormente, na estruturação e regulamentação dos fatores de distribuição da terra e, conseqüentemente, das relações de trabalho, necessárias ao desenvolvimento da produção agrícola voltada para a exportação. Porém, em curto período de tempo, as atividades econômicas tiveram que ser dimensionadas de acordo com as imposições do clima semi-árido cujas

² Em fins do século XVI e início do século XVII, o tráfico de escravos torna-se uma atividade compensadora dada a alta cotação dos escravos para a América o que modifica a rota deste importante comércio e reduz a importância da atuação dos santiaguenses (Hernandez, 1993).

consequências a política colonial ignorava, devotando, assim, o arquipélago ao esquecimento e à permanência de fatores que se opuseram ao seu desenvolvimento.

1.2. O campo

Precipitações fracas e irregularmente distribuídas desde sempre determinaram o relevo, os solos e a vegetação e, por consequência, a vida e a forma de ocupação e distribuição humanas pelo interior da ilha. A erosão vigorosa talhou vales profundos e largos, gargantas e barrancos que separam as pequenas comunidades espalhadas irregularmente pela zona rural, localizadas principalmente na vertente oriental da ilha que beneficiava-se da influência dos ventos húmidos do nordeste e apresenta melhores condições para a prática da agricultura, ao contrário das vertentes ocidental e meridional.

A costa de relevo escarpado e a ausência de condições para a prática da agricultura fizeram com que as terras áridas do litoral fôssem, desde sempre, pouco povoadas, à excepção da antiga vila de Ribeira Grande e da capital Praia. Durante o curto período de exportação da purgueira, algumas das povoações litorâneas conheceram um movimento comercial considerável nos seus portos mas, rapidamente entraram em declínio, permanecendo pouco habitadas e dependentes de uma atividade piscatória que é substituída nos períodos de trabalho agrícola quando os habitantes procuram os campos do interior.

Das ilhas tropicais de colonização europeia como, por exemplo, Guadalupe, Tobago, São Tomé, Reunião e Canárias, Santiago apresenta as condições mais desfavoráveis pelo seu clima semiárido que determina as crises pela falta de chuvas a que está sujeita. Em todas as ilhas deste conjunto, a maior parte da população dedica-se preferencialmente à agricultura e, volta as costas ao mar, provavelmente mais rico que a terra.

Em Santiago, de terras pobres e dificilmente cultiváveis, nas poucas terras húmidas, cobertas de solo, com água, vegetação e condições para o cultivo, a agricultura é a principal ocupação e fonte de renda da maioria dos trabalhadores rurais e, pelas fontes históricas, a atividade determinante da formação e evolução da sociedade crioula que ali nasceu. Pela sua função reguladora das atividades sociais, orienta a vida no campo e determina o comportamento coletivo em torno da produção e das vicissitudes desta prática em terreno tão desfavorável.

Desde os primeiros tempos da ocupação do interior, pratica-se uma lavoura de sequeiro nos terrenos onde a produção agrícola depende das chuvas enquanto nas terras dos fundos dos vales -que são cultiváveis mesmo quando a irregularidade das chuvas é maior-, a lavoura praticada é a de regadio. No sequeiro planta-se principalmente o milho e algumas variedades de feijão e, nas regiões de regadio, a cana-de açúcar é o produto mais cultivado, junto com a banana, único produto agrícola atualmente exportado em quantidades significativas.

Embora de produção reduzida devido às dificuldades de clima, relevo e sistema de exploração da terra, o patrimônio agrícola da ilha formou-se com produtos vindos de outros continentes, cuja introdução teve como fator de limitação o clima seco, desfavorável à adaptação destes produtos³.

A descontinuidade do terreno -de achadas pedregosas, escarpados de forte declive e afloramentos de rocha- determina a grande extensão de área improdutiva da ilha e a distribuição bastante irregular da pequena área favorável ao cultivo. É comum, durante o período de chuvas, encontrar plantações de dimensões espantosamente reduzidas, em locais altos, entre duas rochas, aproveitando a mais ínfima resga de terreno cultivável existente. Por outro lado, extensas áreas não cultiváveis separam pequenos terrenos onde se pratica uma agricultura de subsistência o que mantém as pessoas distantes entre si, aglomeradas em

³ Por exemplo, o milho, algumas variedades de feijão, a mandioca, o cajueiro, papeira e purgueira, entre outros, vieram certamente do continente sul-americano, enquanto que a banana, a mangueira e o coqueiro, trazidos da Índia, passariam por Cabo Verde antes de serem conhecidos no Brasil e outros países da América do Sul. Depois da metrópole, foram introduzidas no arquipélago, a laranjeira, a limeira, a abóbora, a melancia e, conforme Amaral, "(...) possivelmente o algodoeiro e, mais importante, que todos eles, a cana-de-açúcar(...)" (*op. Cit.*: 272)

povoações de dimensões bastante reduzidas. As condições em que se realizam as atividades em torno da agricultura marcam, no terreno, a dispersão física das populações, todas sujeitas às mesmas condições difíceis de sobrevivência.

Além do relevo, o clima seco da região define uma geografia física singular que Amaral (1964) assim descreve: "Durante a estação seca, toda a ilha forma uma mancha avermelhada com raros tufos de plantas amareladas pelo calor, cortada por fitas de verdura instalada no fundo dos vales. Mal caem as primeiras gotas de água, toda ela se cobre, num autêntico milagre da natureza, de um manto de tons variegados de verde." (*op. Cit.:* 257). Depois da curta estação de chuvas, "a ilha volta a ser uma mancha avermelhada e cascalhenta, despida de vegetação" (*idem*, p.257).

Os poucos vales verdes existentes espalham-se desordenadamente e de forma descontínua pelo terreno. Também, não há rios nem riachos a correr o ano todo: em bons anos de chuva, os vales são tomados por uma água barrenta, a correnteza da força das chuvas arrasta, rumo ao mar, quantidades grandes de solo e tudo o que encontra na sua passagem (animais ou qualquer objeto).

A exploração agrícola do interior começou com a divisão das terras em grandes propriedades denominadas de "capelas" ou "morgadios" onde se empregava a força de trabalho escravo. No período colonial, inicialmente plantava-se a cana-de-açúcar para exportação embora as condições climáticas e de solo limitassem a produção, impedindo que fosse realizada em larga escala e permitisse a concentração de grande riqueza dos latifundiários como aconteceu, por exemplo, na colônia portuguesa do Brasil.

Outras culturas alimentares como o milho, hortícolas e, em menor escala, o arroz de sequeiro e o algodão, eram realizadas e direcionadas para a atividade mercantil assim como a pecuária. Também a fabricação de panos cobria as necessidades nacionais e ainda supria o mercado da costa da Guiné.

Posteriormente, com o advento do trabalho livre, os morgados passaram a dividir as suas terras de sequeiro em várias parcelas que arrendavam a

trabalhadores rurais, mantendo, deste modo, as condições de exploração da mão-de-obra semelhantes à do período anterior. Os rendeiros viam-se obrigados a pagar uma renda estipulada previamente pelo morgado, sujeitando-se a contratos abusivos e desumanos que comprometiam a sua própria sobrevivência e a da família. Além do alto valor estipulado, a renda deveria ser paga antes mesmo da colheita, independente da qualidade do ano agrícola, o que obrigava o reneiro a comprometer toda a produção antecipadamente. À insegurança desta forma de arrendamento acrescentava-se a contingência de, após cerca de dois anos, poder ser substituído em favor de outro arrendatário, tal a disponibilidade de oferta de mão-de-obra para o trabalho agrícola. Os rendeiros e parceiros ainda pagavam ao morgado verbas pela casa construída no terreno, as árvores de frutos plantadas, o pasto dos animais ou o tabaco que eventualmente tivessem plantado em torno da casa. Em contrapartida, não recebiam qualquer indemnização pelas terras que cultivavam e nas quais deixavam benfeitorias.

O próprio governo colonial apontava as condições de arrendamento e de trabalho nas terras como as principais causas da miséria em que vivia a maioria dos antigos escravos, dos trabalhadores no campo, embora, como mostram os registros da época, as medidas para modificar a situação tenham se limitado à publicação de diplomas legais que nenhuma repercussão favorável tiveram a favor dos trabalhadores; os contratos continuaram a ser feitos por via oral ou, quando escritos, os rendeiros ou parceiros, analfabetos, na sua quase totalidade, permaneciam ignorantes das condições impostas pelo proprietário⁴.

⁴ As revoltas dos Engenhos em 1822 e de Ribeirão Manuel em 1910 representam a reação dos rendeiros contra as rendas, os abusos, enfim, a exploração dos proprietários. Nesta última revolta, os rendeiros, reunidos em torno da casa do morgado, ao som do tambor, comemoravam o fim do morgadio, avisavam ao proprietário que não mais pagariam a renda e que a terra lhes pertencia. Depois, é claro, foram sufocados pelas tropas que o Governo enviou, a pedido do proprietário.

Os grandes proprietários também utilizavam o sistema de parceria na exploração da terra e, nestes contratos, "o trabalhador é obrigado a cultivar o terreno em boas condições, ficando por sua conta a compra de sementes, as regas, as mondas, etc.; na colheita, entrega ao proprietário o correspondente à metade 50 p. 100 dos frutos. Se recebe sementes, do proprietário, tem de as pagar na altura da partilha. Muitas vezes ainda paga a contribuição, normalmente representada por 1/10 da parte que lhe resta." (Amaral, 1964, p.266).

Às dificuldades dos trabalhadores rurais sujeitos a esta forma de exploração humana através das relações de produção, as secas que cíclicamente assolam o arquipélago, contribuíram para a composição de um quadro permanente de miséria para as populações do campo.

A seca prolongada provocou crises que marcaram a vida das ilhas e, lembradas na literatura, na música e nas artes, se fixaram ao imaginário coletivo do caboverdiano, constituindo-se como um dos elementos mais importantes da expressão da sua própria identidade. No período de 1900 a 1905, a ilha perdeu cerca de 12.382 pessoas e o número também foi significativo entre os anos de 1921-1923; 1941-1943; 1946-1948 e 1959-1960. Os mais velhos não se esquecem da crise de 1946-1948, a mais brutal de todas que ficou conhecida como "a fome de 47" quando cerca de 10.191 pessoas morreram de fome.

Em períodos de crise prolongada, o governo colonial abre frentes de trabalho de construção de estradas no campo, conhecidas popularmente como "estrada" e, nas quais os trabalhadores rurais procuram uma ocupação que possa assegurar a sobrevivência da família. As Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (Faimo) mantidas até hoje pelo governo têm a sua origem na época do governo colonial⁵.

Pelo sistema de exploração da terra e dos homens, a terra arável da ilha - de reduzidas dimensões-, é fragmentada em diminutas parcelas nas quais os proprietários evitam introduzir melhoramentos enquanto aplicam o rendimento obtido

⁵ Esta alternativa não impediu que milhares de camponeses morressem ou atingissem o nível da indigência e fossem obrigados a pedir esmola à porta das casas dos mais abastados nos centros urbanos ou a recorrer ao serviço assistencial.

nos centros urbanos onde passam a viver e a dedicar-se à atividade comercial, quando não escolhem viver na metrópole. As condições em que trabalham a terra impede que os rendeiros ou parceiros acumulem qualquer excedente da produção que poderia ser reinvestido no campo.

1.3. Pesca e outras atividades

Com terrenos profundamente escarpados e áridos, o litoral da ilha de Santiago é uma região pouco povoada, à exceção da capital que, sobretudo nos últimos anos conheceu um aumento populacional marcante com as migrações do interior da ilha e de outras regiões do arquipélago. É reduzido o número de povoações em que a população se dedica apenas à pesca embora o mar seja potencialmente mais rico e favorável a uma exploração que ofereça melhores resultados do que as terras predominantemente áridas e descontínuas do interior da ilha.

Nos períodos em que a chuva permite o plantio e, posteriormente, a colheita, a população litorânea dirige-se para os campos, num movimento que indica uma discriminação difusa entre o agricultor e o pescador, este ocupando sempre um papel secundário em relação ao primeiro. A preferência pelo interior rural está presente ainda hoje na própria forma de distribuição das construções das povoações do litoral onde, no seu traçado original, as casas foram construídas com a fachada voltada para a estrada e não para o porto, representando com nitidez a maior influência do interior e da agricultura, ao contrário da pesca ou outra atividade voltada para o mar. As relações que o homem caboverdeano estabelece com o mar, objeto de uma poesia que Mariano denomina de "inquieta, marítima", revelam o significado deste mar que se apresenta mais como o caminho, a via para sair do isolamento das Ilhas e atingir a tão sonhada terra-longe da emigração.

Atividade tida, como complementar à agricultura e de baixo rendimento nesta ilha, a pesca é realizada, geralmente, de forma artesanal e individualizada, em

pois são impulsionadas por remadores e possuem uma vela para quando há ventos de feição. Normalmente pertencem a um único dono com o qual os pescadores devem realizar a partilha do produto obtido, destinando-lhe o equivalente a duas partes e o restante dividindo entre os que realizaram a tarefa.

Numa cena frequentemente retratada, os pescadores chegam com o pescado à praia onde são esperados por mulheres e crianças que ajudam a varar o barco em terra e participam de todo o movimento de divisão do produto. Primeiro é separada a parte do dono da embarcação e o que cabe a cada pescador, para consumo doméstico, portanto. Depois, ali mesmo na praia, o restante é vendido às mulheres que põem o peixe à cabeça em grandes alguidares e partem para os centros urbanos onde procurarão vendê-los.

É comum que a uma mesma pessoa pertença mais de um barco mas nenhum vínculo empregatício mantém o pescador como trabalhador permanente e exclusivo de determinada embarcação. Essa associação acontece somente quando o pescador realiza o sonho de todos os que trabalham no mar e consegue adquirir o seu próprio bote no qual pode sair para pescar com outros que, nestas circunstâncias, ganham uma percentagem do produto, estipulada pelo dono do bote, que fica com a maior parte.

As embarcações individuais, na maioria construídas por artífices locais, são caras e poucos conseguem adquiri-las. As redes são normalmente manufacturadas pelos próprios pescadores que, para tal, utilizam material importado do exterior. Por serem frágeis, requerem constantes reparos, o que encarece por demais a atividade, já que o pescador, que apenas vende a sua força de trabalho, dificilmente poderá obter uma rede de qualidade confeccionada no exterior.

Na ilha de Santiago, a pesca é sobretudo individual, uma empresa privada de um único dono e, se comparada a outras ilhas de vocação eminentemente piscatória como São Vicente ou Boavista, por exemplo, é insignificante o número de empresas que utilizam barcos a motor e procuram métodos mais adequados para a

produtiva do pescado. Exceptuam-se as primeiras cooperativas⁶, pré-cooperativas ou associações de pescadores que, através do Estado tenham obtido um barco e condições materiais adequadas a um trabalho em alto-mar ou, pelo menos, "mais longe", como costumam referir os pescadores. Como veremos adiante, o número de organizações é por demais reduzido para que se possa supor uma mudança radical da situação.

Para a maioria dos pescadores da ilha, vale, ainda, a seguinte descrição do tipo de pesca que realizam: "Perto de terra, o anzol na ponta do fio é utilizado para a pesca da garoupa, da bica ou do papagaio; com a rede de saco apanha-se o carapau, o chicharro, a tainha. No mar alto, à linha, pesca-se o atum, muito apreciado pela população da ilha, que o come com a cachupa. Nas cavidades das lavas submarinas apanham-se as lagostas e, em certas praias desertas, aonde vão desovar as tartarugas, os pescadores recolhem os ovos." (Amaral, 1964, p.292).

As difíceis condições climáticas e os interesses oficiais que, historicamente, determinaram o tipo de exploração humana da ilha, justificam, em parte, a ausência de uma diversidade de atividades produtivas significativas, à exceção da agricultura e pesca, como procuramos descrever anteriormente. Algumas atividades complementares à agricultura são realizadas em pequena escala como, por exemplo, a transformação da cana-de-açúcar em mel, açúcar ou aguardente, este, largamente consumido no mercado interno.

A pequena dimensão com que é realizada a atividade da pastorícia, pode ser explicada, segundo alguns autores, em parte, devido ao sistema de arrendamento e parceria, durante muito tempo, a única alternativa para os trabalhadores rurais, o que os levou a desinteressarem-se pela criação de gado, à exceção de cabras e porcos que procuram engordar para vender ou, em caso de extrema necessidade, para consumo doméstico. Não há boas pastagens, e os animais -que são criados soltos-, durante a estação seca, percorrem longas distâncias nos terrenos de

⁶ Dados do Inc indicam que em 1991, no interior de Santiago, existia uma cooperativa oficial e reconhecida.

sequeiro em busca de alguma erva ou uma poça de água, muitas vezes reduzida a uma solução ferrosa de detritos orgânicos. Os bovinos são criados pelos que têm mais posses e, salvo em caso de necessidade do dono, são vendidos aos matadouros dos centros urbanos. Cada trabalhador rural procura ter as suas cabras e porcos que andam soltos e, apenas nos meses de cultura são impedidos de entrar nos campos, tal como o gado bovino. Na alimentação popular, o porco é o animal mais consumido; as cabras e o gado bovino, fornecem leite e, estes últimos, a manteiga feita em casa.

A atividade de produção artesanal só depois da independência ganhou reconhecimento principalmente impulsionada pela necessidade do resgate das raízes do povo das ilhas. Diretamente associada a uma agricultura pobre e, tradicionalmente realizada por processos semelhantes aos das populações africanas, apenas em alguns casos, tornou-se rentável a ponto de envolver integralmente um mesmo núcleo familiar ou comunitário. Atualmente, algumas experiências associativas transformaram a produção de peças artesanais feitas de argila ou utilizando a palha, em atividade de rendimento por exemplo, de um grupo de mulheres ou elementos de uma mesma comunidade. Os produtos são normamente vendidos como peças de artesanato local e encontram um mercado favorável sobretudo nos centros urbanos e entre os estrangeiros como representações autênticas da cultura local.

Quanto á atividade comercial em Santiago apresenta dois vetores importantes associados, em primeiro lugar, à venda dos produtos amplamente importados e que garantem aos comerciantes dos centros urbanos em que chegam altas margens de lucros ao serem vendidos por atacado ao comércio retalhista. Este, encarrega-se da distribuição dos produtos pelo interior, permitindo aos comerciantes locais grandes lucros pela venda em pequenas quantidades e a prática de vender a crédito⁷, às vezes a única forma do camponês impedir uma ruptura no abastecimento doméstico. Esta prática torna-o vulnerável perante as condições impostas pelo comerciante, estabelecendo entre ambos relações de constante endividamento e dependência.

⁷ Em crioulo, corresponde à expressão "dar fiado"

Com frequência, o comércio é desenvolvido por pequenos proprietários de terra que, com uma poupança mínima, passam a dedicar-se a uma atividade altamente rentável. O comerciante é visto normalmente como uma pessoa de posses, capaz de acumular poder político.

1.4. Os homens

Com a ocupação do arquipélago, instalaram-se na Ribeira Grande, o representante da Coroa Portuguesa e o clero. Este impôs as suas próprias condições para permitir o tráfico de escravos, exigindo que, antes de serem enviados para outras terras, ainda em Santiago, fôssem batizados e evangelizados segundo os cânones da igreja católica, tornando-se cristãos, libertos dos usos e costumes de povos animistas. Alguns destes negros arrancados sobretudo dos rios da Guiné, na região continental da África Ocidental, eram mantidos na ilha e formaram, assim, o seu maior contingente populacional. No primeiro período da colonização, constituíam a mão-de-obra escrava utilizada na exploração agrícola no interior de Santiago, paulatinamente descoberto e povoado.

A assimilação, o processo de aculturação e desculturação, que acompanharam o nascimento de uma população predominantemente mestiça, considerada a base da estruturação da sociedade caboverdiana. A síntese do encontro de brancos (na maioria portugueses) e de negros africanos resultou, segundo alguns autores, na constituição de uma sociedade marcada pela originalidade humana que, entretanto, deve ser vista à luz do colonialismo, em nenhum momento proporcionador de uma interação sem dominador-dominado ou vencedor-vencido.

Hamilton (1984) registra que a singularidade da história de Cabo Verde, tanto em termos concretos quanto simbólicos reside no fato deste só ter começado a existir como sociedade humana a partir da chegada, quase simultânea, de europeus e africanos. Conforme o autor, este deslocamento resultou no aceleração dos

processos de aculturação e de desculturação dos grupos em contato pois, ao contrário de outras realidades coloniais em que é possível o grande distanciamento social entre dominante e dominado, as condições de isolamento insular, teriam proporcionado transformações sociais e culturais aceleradas, num contexto em que os primeiros procuram impôr a sua hegemonia enquanto grupo supostamente puro.

A rapidez com que se dariam tais processos não atenua a brutalidade e a exploração inerentes a esses encontros tão desiguais como pretendem algumas teses ao defender a suposta miscigenação e integração sem "traumas" de que resultaria a sociedade crioula de Cabo Verde. A idéia de que o caboverdeano, o mestiço, o próprio "filho da terra" teria participado como ator e não como simples reator da evolução social e econômica tem sido defendida desde que os portugueses apontavam o arquipélago como exemplo de sucesso da integração de raças diferentes, escamoteando, desta forma, as condições desiguais e de sujeição em que se forja a identidade do mestiço natural das ilhas. A tese do centramento sócio-cultural do mestiço estaria explicitada pela formação e desenvolvimento da língua crioula, a literatura popular-oral, o fabulário e "a sagueza que recolhe o deiderato da filosofia popular". (Carvalho, in Mariano, 1974:16). Durante o período colonial, as elites autóctones defendiam a caboverdianidade fundada no sincretismo cultural e na homogeneidade racial e étnica. Daí encontrarmos, mesmo nas obras de alguns dos intelectuais mais ilustres do arquipélago, a defesa da singularidade da criouliização caboverdeana cujo isolamento teria permitido o amalgamento biológico e cultural, a ausência da consciência de cor, a eliminação, portanto, da necessidade de se fazer distinções na base da raça ou cor da pele, por exemplo..

Na formação da sociedade crioula da ilha de Santiago, a questão da mestiçagem se coloca de forma particular pela presença marcante do elemento negro e pelas condições sócio-econômicas que determinaram o sistema de relações entre as classes. A provável democracia étnica e social que o processo de mestiçagem teria gerado na situação específica de Santiago deve ser relacionada às diferenciações que têm por suporte, o poder econômico pessoal e que, utiliza-se das denominações racistas anteriores para designar uma nova situação em que, pelo

menos em Santiago, o "branco" é aquele que tem dinheiro ou poder e o "preto", seja ele mestiço, branco ou preto, encontra-se na base da pirâmide econômica da sociedade. Estas referências passam a constituir categorias de apreensão da própria identidade nacional, tornando ainda mais pertinente e justa a discussão sobre o valor da mestiçagem em Cabo Verde e particularmente em Santiago, como alerta Hernandez: " (...) a mestiçagem é cavada na diferença entre homens brancos e mulheres negras e, a partir dessa dissemetria, o homem branco "mistura-se" às escravas. Não há, pois, como idealizar esse processo como se o colonizador fosse autoritário e violento apenas no mando, mas generoso e igualitário na corporeidade. Ou, ainda, numa versão igualmente ingênuo e romântica, de que a negra de Cabo Verde é uma colonizada ao mesmo tempo tão submissa e generosa que o português permite-se sucumbir à sua sensualidade." (1993: 91) Mais adiante, com propriedade, a autora conclui que " é importante frisar que a cor da pele não explica a estrutura de classes, menos ainda a mestiçagem pode ser considerada um fator responsável por uma democracia racial no arquipélago, e tampouco a assimilação é um processo igualitário onde culturas se interpenetram com igualdade. É compreensível que o mulato, de negatividade seja transformado numa positividade que representa uma categoria que apreende a própria identidade nacional. Porém, é preciso ter claras as implicações decorrentes da ambiguidade do mito da mestiçagem que promove uma perda em termos da especificidade da cultura negra, além de encobrir as inúmeras dificuldades concretas para que ela possa se realizar."

A autora apresenta a questão da mestiçagem nos seus termos mais pertinentes aplicados à realidade social de Santiago. Com a mobilidade social e ascensão econômica, aos poucos o mulato passa a compôr a classe dominante embora inicialmente lhe seja recusado o prestígio atribuído aos primeiros latifundiários (Hernandez, op. cit.). No campo, nos primórdios dessa miscigenação, o mulato proprietário não se confunde com o negro ou mulato pobres e reproduz as mesmas relações de exploração experimentadas pelos antigos proprietários, desde o período escravagista. A diferenciação é, portanto, social e econômica, não

constituindo-se a mestiçagem num fator de integração dos que se encontram na base da pirâmide social.

A partir do encontro desigual entre o colonizador e o dominado, realiza-se uma síntese cultural marcada pela tentativa de imposição, proibição e repressão de manifestações que, ao grupo hegemônico representem uma recuperação do elemento original da identidade dos dominados. Sobretudo as manifestações culturais coletivas são violentamente reprimidas e legalmente proibidas pois no seu simbolismo e como produto *sui generis*, são a argamassa que une um mesmo grupo e o diferencia dos demais. Para um sistema que propunha transformar Cabo Verde em mais uma das províncias da grande nação portuguesa - a par das demais na África e América-, é necessário apagar os vestígios de uma procedência africana para que, do ponto de vista cultural, seja criada uma realidade homogênea em todas as terras sob dominação de Portugal.

Porém, a cultura sempre mostrou ser um elemento de resistência e contestação e, é neste domínio de maior choque entre os grupos que encontramos o resultado da síntese entre imposição- repressão e resistência. Na cultura, o *badio* - que vem a ser o homem de Santiago- reproduz o encontro assimétrico forjado nas adversas condições de clima e, no espaço doméstico ou nas produções coletivas, realiza a síntese das culturas dando um cunho próprio aos elementos africanos e europeus que procura reunir e assimilar. Como representantes desta associação, costuma-se apontar a presença e o uso doméstico do pilão de madeira trazido da África a par com o moedor de pedra oriundo das regiões meridionais da Europa. Na música, o santiaguense marca o ritmo do batuque por *tchabeta* (batimento com as mãos) e acompanhamento do *cimbó*, numa prática de reminiscência africana à qual foram associados os ferrinhos e a gaita de foles portugueses. Ainda na música, Amaral (1964) recorre a Pedro Cardoso (c.1890-1942) para afirmar que a *fiçon*, de melopéia africana, tem, entretanto, letra de inspiração portuguesa, característica que pode ser refutada pelo menos em parte, se considerarmos as observações de Hamilton que encontra em alguns versos delineações que "exprimidas numa linguagem metafórica e referente a funções e objetos quotidianos e caseiros,

caracterizam grande parte das finaçons, tornos e batuques que constituem o repertório cultural africano do cabo-verdiano" (*op. cit.*, p.112). Nos enterros, ainda se arma a "esteira" e se faz o "choro" como em diversas partes do continente africano e, ao mesmo tempo, o padre atribui os sacramentos e realiza a cerimônia fúnebre seguindo os ritos da igreja católica⁸.

No campo, o agricultor combina o plantio de produtos com uma forma de arranjo da terra própria de Portugal seja na fixidez do terreno de cultura e de como é armado, na regularidade dos socalcos, nas culturas intensivas à roda das povoações ou na combinação da árvore com o campo cultivado (Ribeiro, apud Amaral, *op. cit.*). Ao mesmo tempo, os métodos de plantio, as formas de ocupação do solo em que utiliza métodos rudimentares e rotineiros de cultivo, as formas de associação das plantas, em tudo têm impresso o cunho africano. Os instrumentos são ainda a enxada de bico e de boca larga pois o arado -que se tentou introduzir nos finais do século XVIII- nunca foi utilizado e, dos animais, apenas o burro- utilizado no transporte de carga- participa indiretamente dos trabalhos agrícolas. Na época em que a cana-de-açúcar é transformada em aguardente ou mel, a parrelha de bois é utilizados para fazer mover o trapiche que mói o produto⁹.

Referimos anteriormente que, à época em que o campo era cultivado por escravos sujeitos à exploração dos morgados, pequenas povoações foram aparecendo à volta das grandes propriedades. Mesmo depois do advento do trabalho livre, a influência da agricultura é predominante e justifica a distribuição irregular da população, uma constante em toda a ilha. As aglomerações humanas coincidem com as das culturas, sendo mais densas no interior dos vales onde há mais água e vegetação. As achadas pedregosas nos extremos norte e sul e na vertente ocidental, bem como as zonas mais altas e escarpadas mostram-se fracamente povoadas e, no litoral, com algumas excepções, à medida em que se

⁸ A população é considerada predominantemente católica pois, oficialmente, os adeptos desta religião ultrapassariam os 80% dos caboverdeanos.

⁹ Estes exemplos nos sugerem que estudos exaustivos e minuciosos que permitam identificar esta síntese encontrada pelo caboverdiano e pelo santiaguense, em particular, na constituição de uma sociedade crioula com "matizes" de culturas tão diferentes, restam ainda por realizar.

aproxima do mar, as aglomerações vão rareando e às vezes desaparecem completamente. Na sua distribuição, a população normalmente se reúne em lugares com grupos de casas esparsas que formam núcleos espalhados ou mesmo, casas bastante isoladas entre si. Percorrer grandes distâncias, chamar os vizinhos e parentes subindo as encostas escarpadas e gritando no alto de uma achada para que o eco repercuta à distância, no vale seguinte, são práticas comuns, sobretudo quando se trata de anunciar a morte de alguém, a chegada de um parente vindo de longe ou outro acontecimento importante.

Na zona rural de Santiago, as aglomerações podem ser formadas por casas dispostas ao longo da estrada, distribuídas por uma área mais vasta, de forma caótica, sem ruelas de orientação definida ou, no fundo dos vales, dispostas ao longo da base de cada vertente, deixando no meio um espaço largo por onde podem correr as águas das enxurradas durante as chuvas. Nas mais populosas do interior, é frequente encontrar casas cobertas de telha e de paredes caiadas, ao contrário do litoral, mais pobre, onde a maior parte dos edifícios são construídos de pedra solta, sem reboco e sem cal e de telhados de palha¹⁰.

Originalmente, desconhece-se uma relação direta entre a localização das casas e a presença ou ausência de água nas proximidades. Num estudo publicado em 1964, Amaral notava a necessidade de deslocações relativamente grandes até às nascentes ou poços, feitas, normalmente, pelas mulheres e crianças que transportam, à cabeça, latas e outros recipientes ou, quando é possível, utilizam o burro para transportar maiores quantidades de água. Com a independência, muitos fontenários foram construídos, procurando-se evitar as grandes deslocações e facilitar a vida das pessoas. Mas, ainda é uma cena comum ver mulheres e crianças transportando recipientes à cabeça pelos caminhos e terrenos sempre muito irregulares de Santiago.

O cenário da zona rural de Santiago sofreu modificações, ao longo do tempo, primeiro pelas mudanças introduzidas durante a vigência do regime colonial que

¹⁰ Este cenário da zona rural vem se modificando com casas construídas agora de blocos de cimento e cobertas de telhas de "lusalite".

procurava direcionar as atividades produtivas das ilhas conforme as necessidades da metrópole, na sua inserção, periférica ao sistema mundial capitalista. As limitações impostas pelo clima semiárido de fracas precipitações tornaram mais difícil a vida dos ilhéus, permanentemente solicitados a responder, de um lado, às exigências do grupo dominante e, por outro, a garantir a sua própria sobrevivência e reprodução.

Durante o período da escravatura as relações de trabalho, no campo, opunham, de um lado, os grandes proprietários e, de outro, os escravos, homens utilizados como instrumento de trabalho e que representavam "a própria materialização da riqueza do morgado" (Hernandez, 1993, p.29). Os grandes proprietários do período seguinte mantinham a exploração dos trabalhadores rurais, transformados em rendeiros ou parceiros, obrigados a entregar-lhes uma renda antes da colheita, correspondente a quase todo o resultado da produção e a permanecer, assim, próximos a níveis quase improváveis de sobrevivência. O sistema de produção fundado na grande parcelização das terras permitia ao proprietário alugar ou ceder as suas terras a um número maior de rendeiros e parceiros, escolhidos por decisão daquele que impõe as suas condições ao determinar a cessão da terra para a produção. Deste modo, estabelecem-se relações de dependência que ultrapassam o fato econômico e alcançam as relações sociais e pessoais caracterizadas pela subserviência e pela atribuição, ao proprietário, dos papéis ambivalentes de explorador e provedor., Na visão do trabalhador rural, por direito, o morgado pode fazer o que quiser com as suas terras mas trata bem os parceiros, é o padrinho dos seus filhos a quem dá comida, roupa e assiste em caso de ausência dos pais. Ao mesmo tempo, em que lhe atribui estas qualidades, o trabalhador rural sonha em "ter o seu pedaço de terra para fazer a sua casinha" e deixar para os seus filhos (Furtado, 1988:208).

A tendência à desconcentração de terras, antes nas mãos de poucos latifundiários, começa a fazer-se sentir quando a emigração apresenta-se como a única alternativa real capaz de arrancar o caboverdeano da situação permanente que impossibilita qualquer perspectiva de mudança de vida ou, pelo menos, de

estabilidade e regularidade no trabalho. A emigração representa, em primeiro lugar a busca da sobrevivência da família depois, a melhoria das condições de vida e, quando plenamente bem sucedida, permite que o antigo trabalhador rural compre o seu pedaço de terra ao antigo morgado.

Primeiro, ainda nos finais do século XIX, os habitantes da ilha da Brava começaram a partir para os Estados Unidos da América onde trabalham em navios baleeiros e, até cerca de 1924, para ali se dirigia todo o fluxo de emigrantes. As restrições impostas pelo governo norte americano à entrada de emigrantes analfabetos e "de côr" e, principalmente, as medidas restritivas da metrópole (estipulando um preço abusivo para a aquisição de passaporte) provocam oscilações no fluxo para aquele país e uma tendência decrescente entre os anos de 1929 e 1945. Ainda que em número reduzido, até 1950, os santiaguenses que embarcaram para os Estados Unidos da América, os *mercanos*, como ficaram conhecidos, puderam comprar grandes quantidades de terras aos morgados com as reservas enviadas às famílias em Cabo Verde.

Posteriormente, a metrópole procura impôr outra direção ao fluxu migratório, obrigando os que queriam partir a embarcar para as plantações de cacau das ilhas de São Tomé e Príncipe, carentes de mão-de-obra capaz de suportar as doenças próprias de um clima tropical rigoroso. Para Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau), também dirigiu o fluxo migratório dos caboverdeanos, prometendo-lhes terras e trabalho digno e rentável com que pudessem suprir também as necessidades da família que ficava. Até 1950, a emigração é orientada para as colônias portuguesas no continente africano e o Senegal e, ainda, para países da América Latina com Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

Com o fim da segunda guerra mundial, para uma Europa carente de mão-de-obra não-especializada, dirigem-se os caboverdeanos que fogem das conseqüências das secas que entre os anos 40 e início dos anos 70, cíclicamente provocaram mortes e agudizaram os problemas de sobrevivência no arquipélago. Holanda, França, Luxemburgo e Itália são os países mais procurados depois de

provocaram mortes e agudizaram os problemas de sobrevivência no arquipélago. Holanda, França, Luxemburgo e Itália são os países mais procurados depois de Portugal, onde se fixa a maioria dos caboverdeanos que, na capital da metrópole, trabalharão, sobretudo na construção civil.¹¹

A emigração constitui um fator de diferenciação social em si e, as especificidades são marcadas pelo país em que o emigrante se fixa, por determinar o valor das remessas enviadas à família. É maior quando a procedência é dos Estados Unidos tanto porque ali, a tendência é a de ocuparem serviços mais especializados e melhor remunerados do que em Portugal, por exemplo, como pelo valor que a moeda americana atinge no mercado internacional, numa cotação superior à da moeda portuguesa.

Em Santiago, no campo, a emigração trouxe alterações na estrutura social e mudanças sociais, em primeiro lugar, porque o maior contingente de emigrantes é do sexo masculino¹². Com a ausência do elemento masculino, as mulheres que ficam tornam-se chefes de família, provedoras dos bens necessários à sobrevivência da família, responsáveis pela educação dos filhos, a manutenção dos laços familiares e da unidade de produção adquirida quando o trabalho do marido no "estrangeiro" permite a compra de terras.

Os novos padrões de comportamento que o emigrante assimila são transmitidos, em primeiro lugar, à sua família e paulatinamente incorporados pela comunidade. Esta também atribui novos papéis aos que usufruem diretamente dos resultados obtidos por quem está longe e reconhece-lhes um novo *status* por terem se tornado economicamente mais fortes. Furtado (1988) considera que as antigas relações de dependência entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários

¹¹ Os números oficiais indicam sempre um número de imigrantes superior à população residente. Significava esta proporção, em 1980, um número aproximado de 700.000 emigrados para uma população residente de 350.000 habitantes (Hernandez, 1993). Dados mais recentes indicariam que cerca de 500.000 caboverdeanos vivem no exterior.

¹² É de um período mais recente a emigração feminina que se dirige para países como Portugal, Itália, Holanda e França, onde procuram trabalho no setor de serviços, como domésticas, por exemplo.

As difíceis condições de trabalho que o emigrante encontra no exterior justificam que, após alguns anos, a maioria apenas consiga realizar as primeiras aspirações, ou seja, garantir as necessidades mais elementares da família e, se possível, construir uma casa condizente com o seu novo status, adquirir jóias e comprar bens de consumo mais apropriados à nova condição.

O santiaguense que a partir dos anos 60 dirige-se para os países europeus, não encontra as mesmas condições de trabalho e remuneração que os primeiros "mercanos", santiaguenses nos Estados Unidos e, a esta dificuldade, junta-se, na ilha, o aumento do número de interessados em comprar terras aos antigos morgados, com preferência pelas que, sendo irrigadas produzem durante todo o ano. Porém, as terras irrigadas de Santiago representam apenas 4,6% de uma superfície cultivada de 975 hectares de regadio e 20.421 hectares de sequeiro o que as torna mais valorizadas e, conseqüentemente, mais caras. A grande procura e a pequena dimensão da área que a todos interessa, limita os sonhos do santiaguense emigrado ter "um pedaço de terra", ao mesmo tempo que faz prevalecer a presença dos grandes proprietários no campo. Esta é a situação encontrada na zona rural de Santiago, às vésperas da independência, em 1975.

Embora interessados em dedicar-se ao comércio florescente dos centros urbanos os antigos proprietários apenas vendem pequenas parcelas de terreno a preços sobrevalorizados que correspondem à grande procura verificada sobretudo quando os primeiros emigrantes, os "mercanos", mostram um interêsse crescente em adquirir as terras. Os trabalhadores rurais que ficam - os rendeiros e parceiros, sempre com o sonho de adquirir o seu pedaço de terreno mas ainda sujeitos às condições abusivas e ao elevado valor das rendas que lhes são impostas - dificilmente conseguem reunir o valor atribuído às terras e competir, assim, com os emigrantes. Por isso, apenas em certa medida é que, aos poucos o campo conhece algumas mudanças com o crescimento de uma parcela de pequenos proprietários formada por antigos rendeiros e parceiros e por familiares de emigrantes que, por ele, exploram diretamente terrenos aráveis de reduzidas dimensões.

Por estes fatos é que a terra permanece como o bem mais precioso, a aspiração de todo o santiaguense e, em torno dela se estrutura e configura a sociedade rural da ilha.

2

EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVISTAS EM SANTIAGO

2.1. Associações religiosas

Em Santiago, existem associações de auxílio mútuo voltadas para a resolução de problemas do trabalho ou de carácter religioso e social que permitem a união de forças em favor de soluções coletivas que, em dado momento, resolvem questões individuais. Pertencer a uma associação do género significa estar protegido pela coletividade que assegura as condições para o indivíduo ser amparado quando fôr necessário.

Talvez a associação de carácter mutualista mais antiga da ilha de Santiago, a Tabanca é, também, a manifestação cultural do santiaguense e, em todos os aspectos, representa a herança da cultura tradicional africana somada a uma funcionalidade social e prática que garante a troca e a prestação de ajuda entre os seus sócios.

A origem do nome pode estar ligada à presença de escravos originalmente pertencentes ao grupo social Papel da Guiné-Bissau onde a palavra designa a aldeia mas, em Santiago, passou a denominar uma festa nacional dos escravos vindos de todas as partes do continente. A tabanca é uma verdadeira associação de socorros mútuos que, na época colonial, foi proibida nas suas manifestações religiosas e nos seus festejos, por se tratar, segundo a justificativa da administração da época, de uma "associação primitiva de selvagens" (Cabral, 1980). O temor das autoridades coloniais dirigia-se às representações festivas da Tabanca por simbolizarem uma sociedade mais justa com seus representantes escolhidos por sufrágio universal e exercendo os seus papéis sob avaliação dos súditos com o poder de interferir na ordem da coisa pública.

Nas suas manifestações, encontra-se representada a relação entre o poder temporal e espiritual e, de uma forma caricatural, a sociedade imaginária de homens privados de liberdade, sujeitos à tirania de uma sociedade sem igualdade. Esta festa assemelha-se a um tipo de revolução social no imaginário, tendo como cenário uma cidade ideal, o seu Deus Supremo, os seus Santos, seu Rei, os tabus e interdições. A organização da tabanca é assegurada por uma hierarquia civil e militar formada pelos seus sócios mais respeitáveis, eleitos por sufrágio universal. Entre esses, escolhia-se um "rei-tesoureiro", um "conselheiro" (ministro) e uma rainha (que não podia ser a mulher do rei) e, sob cujas ordens ficavam as "mandoras" e as "cativas" (mulheres) e as "filhas-de-santo" (moças virgens que exercem as funções de damas de honra). O Estado-Maior de cada Tabanca tem a incumbência de definir o percurso durante as cerimônias cuidando para que não se cruze, no caminho, com a tabanca de outra localidade, encontro este considerado um tabu. Na base desta organização, encontram-se os Cativos, escravos que respondem às ordens do rei e do seu conselheiro.

Cabral (1980) refere que, no seu aspecto subjetivo, a Tabanca representa um tipo de imagem da sociedade real possível e, psicologicamente, permite preencher o vazio da organização na sociedade colonial. Nessa organização de estrutura complexa, ao rei cumpre gerir as finanças cuja origem são as contribuições mensais dos seus "sócios". O conselheiro é o chefe das cerimônias religiosas que decorrem entre os meses de Maio e Junho e, durante a realização das mais importantes, é hasteada a bandeira em cujo fundo branco encontra-se representado o santo, orago da Tabanca.

Se no aspecto cultural a Tabanca procura preencher, no imaginário, a ausência de uma organização política e social mais justa, é também uma organização prática e funcional que depende de um sistema de cotizações e mantém um sistema democrático de eleição do rei e seus colaboradores próximos. As cotizações asseguram a entreatada que representa o objetivo material da Tabanca de assistir os seus "sócios" moral e materialmente em casos de doença ou, em caso de morte, de conceder uma ajuda significativa à família daquele que

pertenceu ao grupo. O apoio também é concedido quando há necessidade de garantir os trabalhos agrícolas ou a construção de casas. Para estes imprevistos e as cerimônias, os sócios devem contribuir mensalmente, em dinheiro ou gêneros, principalmente em época de bom ano agrícola e, mesmo quando moram distantes da comunidade a que pertence a Tabanca, para ali se deslocam anualmente e participam dos festejos.

Assegurar a assistência em caso de morte parece ser uma preocupação constante do camponês de Santiago, sujeito a condições de vida que dificultam o cumprimento de todas as obrigações para com o morto conforme a religião católica e as crenças populares. Trata-se de uma sociedade que, sendo profundamente religiosa, possui um registro simbólico importante dos tempos em que, cíclicamente, milhares de caboverdeanos, vitimados pelas secas, tinham de ser abandonados pelos parentes e familiares, impossibilitados de os enterrar condignamente. Mesmo anteriores aos períodos de maiores crises de fome, as associações ligadas à morte se destacam pela importância que lhes é atribuída e o número de associados que conseguem reunir. O temor de não poder assistir convenientemente os mortos associa os preceitos da religião católica sobre a vida depois da morte às crenças populares sobre a influência que o *finado* pode ter na vida terrena e, por isso, garantir uma partida condigna a quem morre é, antes de tudo, assegurar a tranquilidade de quem fica.

Já em meados do século XVIII existiam associações da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em muitas localidades do interior de Santiago, cuja origem pode estar associada às mesmas Irmandades que existiam em Lisboa e na Bahia (Brasil) desde o século XVI. Conhecidas atualmente pelo nome de *meeting* ou *botu*, estas organizações mantêm o carácter religioso e de ação prática voltada para o enterramento dos mortos como é o caso da associação conhecida pelo nome de Santíssimo Nome de Jesus, fundada na região dos Picos, na década de 30. Antes de se extinguir com a morte do seu fundador, reunia vários membros que, no caso de falecimento de um parente, recebiam um subsídio funerário de acordo com o valor das cotas que podiam pagar mensalmente. A prática religiosa

caracterizava as atuações desta organização e anualmente o seu patrono era lembrado em missa e festejos em que se hasteava uma bandeira com a imagem do santo. A organização era regida por um estatuto próprio e o seu coordenador e fundador mantinha um livro de registro das contas e um cofre onde guardava as contribuições obrigatórias dos membros.

Na região de Santa Catarina existe a associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos criada por um padre, na década de 60, e que conta com um grande número de sócios pertencentes a outras regiões da ilha. Originalmente, a criação do *meeting* por iniciativa do padre responsável pela região corresponde a uma preocupação da igreja de evitar o enterro das pessoas mais pobres em "jangadas" (padiolas de caniço) cobertas por um lençol em vez do caixão. Em algumas situações, a iniciativa parte de um morador com algum reconhecimento e liderança no seio da comunidade mas, atualmente, muitas associações apresentam problemas financeiros devido ao que os sócios designam como "má gestão" embora evitem indicar os possíveis responsáveis.

Quando as condições financeiras o permitem, é comum que uma pessoa seja sócia de vários *meetings* ao mesmo tempo com a justificativa de que receberá um maior valor correspondente às suas contribuições em todas as associações e, assim, poderá cumprir todos os compromissos exigidos no caso da morte de um parente. Esta preocupação inclui mesmo os que se encontram na emigração e encarregam algum familiar de pagar rigorosamente as suas cotas mensais nestas associações.

Em comum, estas organizações têm a finalidade de garantir o caixão e o enterro religioso aos sócios e, por se tratar de uma poupança a longo prazo, o montante que ultrapassa as despesas funerárias, ainda que transitoriamente, garante o sustento da família do defunto.

2.2. Associações para o trabalho

As relações de produção que persistem no interior de Santiago, encontram-se na base da experimentação de formas diversas mais ou menos complexas de assegurar a oferta da força de trabalho mas, caso o fator econômico seja isolado, o fundamento das atividades ocupacionais distancia-se do processo social e cultural a que está vinculado. Teixeira de Sousa na sua obra essencial *Ilhéu de Contenda*, critica as teses limitativas sobre o arquipélago que destacam apenas o fator econômico e o meio geográfico, lembrando que a atuação do homem supõe uma criação própria.

Através das associações de auxílio-mútuo, o camponês de Santiago realiza a articulação entre o trabalho e a vida social, afirmando a sua autonomia e especificidade como elemento capaz de modificar e tentar superar o meio.

O trabalho no campo está orientado para as duas formas de agricultura mais praticadas: na cultura do regadio, terra geralmente pertencente a um proprietário, o trabalhador rural fornece a sua força de trabalho e, nas terras marginais, de sequeiro, planta para a sua própria subsistência. Estas formas de trabalho guardam uma continuidade histórica com a sociedade escravocrata da época colonial permanecendo as terras aráveis nas mãos de poucos mas tendo sido introduzido paulatinamente o sistema de assalariado que agora convive com o de arrendamento e parceira.

Nas terras marginais em que o agricultor planta para a subsistência, o regime das chuvas condiciona o sistema de trabalho, obrigando a uma concentração rígida do calendário agrícola e à realização intensa das atividades de preparar a terra, cultivar e colher, em períodos muito curtos durante o ano. Sem recursos para as despesas do trabalho assalariado, o camponês pobre recorre ao sistema de entreajuda que pode ser descrito por três mecanismos cuja diferenciação depende da forma como cada um se articula com o tipo de estrutura familiar que o utiliza (Abreu, 1985) e do grau de complexidade exigido pela tarefa.

Uma forma mais simples de entreajuda assegura a permanência da oferta de trabalho doméstico e é mantida no núcleo familiar mais restrito quando os netos, enviados à casa dos avós, substituem o filho que abandonou a casa dos pais para formar a sua própria família, realizando trabalhos que exigem mais força ou destreza.

Ainda dentro do sistema de parentesco, o sistema de "djuda" (ajuda), é utilizado em algumas operações agrícolas em terras de pequenas dimensões e, principalmente, em atividades mais diversificadas e cotidianas como a recolha e transporte de água, a guarda de pequenos animais e outros serviços domésticos. Na comunidade pesquisada por Abreu (1985), o autor observou que a "djuda" não supõe uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho talvez pelo fato de dirigir-se a famílias de dimensões reduzidas, compostas por idosos ou elementos muito jovens.

2.2.1. O Djunta-mon

Em português, "juntar as mãos", esta é a estratégia social que garante a maior quantidade de força de trabalho necessária à realização das atividades agrícolas no curto período de tempo permitido pelo regime pluviométrico. António Carreira refere-se nestes termos a este sistema de entre-ajuda: "(...) ainda hoje, nos locais mais isolados há tarefas que se executam pela conjugação de esforços de vizinhos e amigos, constituindo indicativo seguro do sentido da vida comunitária, na medida em que, nos tempos recuados, essa entre-ajuda era permitida até aos escravos submetidos à disciplina das fazendas agrícolas. Parece que o costume é de origem africana (embora em Portugal exista ainda agora) e se ficou devendo bastante à acção dos escravos fujões que, escapando-se à tutela dos senhores, fundaram os seus pequenos sítios, com os seus funcos, onde passaram a viver (...)" (Carreira, 1977:32)

O trabalho cooperativo do "djunta-mon" é utilizado para o cultivo dos terrenos de sequeiro, pois, os trabalhos nos terrenos de regadio acontecem durante todo o

ano, ao contrário dos primeiros que dependem do período das chuvas. Este sistema de contra-prestação de serviços é a mais tradicional instituição de permuta, mediante a qual, um trabalhador convida outro para trabalhar para outro em suas terras e, em troca, retribui trabalhando também nas terras deste. Este mecanismo de trocas corresponde ao que Sahlins (*apud* Abreu, 1985), definiria como "uma devolução estipulada de idêntico valor ou utilidade dentro de um período de tempo definido e limitado" (p.94).

Utilizando métodos rudimentares de exploração da terra, o camponês deve limpar o campo tão logo termine a estação seca (entre maio-junho) e, ao caírem as primeiras gotas de chuva, realizar rapidamente a sementeira entre julho-agosto, se as chuvas não atrasarem. O trabalho de manter a limpeza do terreno durante o período vegetativo das plantas exige um grande esforço pois, é preciso realizar a *monda* (arrancar as ervas que prejudicam o crescimento das plantas) e a *ramonda* - e, se fôr necessário, repetir a *monda*, depois de um mês. Quando chove bem, é preciso fazer várias *mondas*, sempre à mão ou com enxada de boca larga, únicos instrumentos que o camponês ainda utiliza. A partir de dezembro, começam as colheitas, período em que, mais uma vez, é necessário contar com as mãos de muitos para o trabalho.

A transação exige uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho durante os quais o responsável pela terra deve garantir a alimentação de todos os que trabalham para ele e este parece ser um dos motivos pelos quais este sistema, criado pelos camponeses sem recursos, paradoxalmente, torna-se de alto custo para os mais pobres, por exemplo. As exigências desta permuta dificultam a participação dos mais idosos pela impossibilidade de assegurarem a troca da força de trabalho, justificando, assim que estes utilizem com mais frequência os mecanismos de ajuda-mútua anteriormente referidos.

O "djunta-mon" é um momento de grande encontro e trocas sociais em que se reafirmam laços de solidariedade, amizade e de contrato social que ultrapassam o núcleo familiar e da comunidade e recoloca os indivíduos na partilha de um mesmo universo de vivências. A base de recrutamento do "djunta-mon" é mais

ampla que as anteriormente mencionadas e a sua organização mais complexa e funcional, pois a atribuição de funções, no campo, deve responder estritamente às necessidades do trabalho agrícola.

A importância social e econômica atribuída pelo camponês ao "djunta-mon" pode ser verificada pela extensão desta forma de trabalho a setores como o da construção civil em que, quem está a construir, no momento de "cobrir" a sua casa (trabalho que deve ser realizado num único dia) reúne os amigos para a empreitada e garante a alimentação e as bebidas quando concluída a tarefa.

No campo, gradativamente, esta forma de auxílio mútuo vem sendo substituída pelo trabalho assalariado, antes praticado nos terrenos de regadio e que emprega preferencialmente a mão-de-obra jovem. Esta, por sua vez, constitui o maior contingente de emigrantes. A diminuição da oferta provoca o encarecimento da mão-de-obra e, conseqüentemente, compromete a retroalimentação dos tradicionais mecanismos de troca de força de trabalho. Carreira refere que, "Esse espírito de cooperação, de entre-ajuda (...) para coadjuvar, para trabalhar, (...) é uma característica que se vai perdendo entre os insulares, devido em especial às transformações por que a vida nas ilhas está passando e em que a emigração tem uma grande influência" (1977: 32).

A isto acrescenta-se a preferência de muitos trabalhadores por empregos permanentes em serviços públicos (Furtado, 1988), resultado de uma contingência política e econômica que, contradizendo um projeto de reforma social a começar pelo campo, assegura melhores condições e segurança de trabalho aos que conseguem se integrar na máquina pública e administrativa.

Uma das conseqüências desta mudança seria o novo conhecimento adquirido pelo agricultor que, por ter de recorrer ao trabalho assalariado, "passa a ter uma idéia exata do custo do tempo de trabalho que o djunta-mon nem sempre permite" (Furtado, 1988: 256) mas não nos é possível afirmar que o camponês passou a efetuar uma apreciação mais objetiva da relação entre os custos e o resultado obtido com a produção.

2.3. O nascimento das cooperativas: a história oficial

O surgimento das primeiras cooperativas em Cabo Verde data dos finais do século XIX, mais precisamente do ano de 1897, altura em que o governo de Portugal, então metrópole, determina o incentivo à sua criação na colônia e estabelece que sejam regidas pelo Código Comercial Português (Capítulo V, Título II, Livro II). Numa definição da época, as sociedades cooperativas são apontadas como formas de associação úteis nos vários setores da vida da província e o espírito associativo referido como garantia do aproveitamento comum de bens capitais, o aperfeiçoamento das técnicas e a conquista de mercados favoráveis por parte da população economicamente débil. No mesmo documento, são estabelecidos os incentivos a tais sociedades que incluem a isenção de encargos fiscais e de outras imposições legais. Entretanto, há indicações de que, até 1974, existiram aproximadamente cinco cooperativas (de consumo e de produção na agricultura) em todo o arquipélago.

Na opinião de autores que vinculam o surgimento do movimento cooperativo atual ao período da independência do país (proclamada em 1975), a regência das cooperativas pelo Código Comercial Português anterior e o número reduzido destas associações no período, são aspectos significativos que atestam a importância atribuída pelo governo colonial a organizações do gênero. Silva (1987) considera que a experiência durante o período colonial correspondeu apenas a um "fenômeno associativo com aspectos cooperativos" (p.13). Segundo o autor, as organizações de caráter popular como as cooperativas não tiveram o real incentivo do governo colonial por serem contrárias à lógica do sistema vigente na época.

Ao contrário, à época da proclamação do estado independente de Cabo Verde, a tarefa de mobilização popular para a implantação do cooperativismo é apontada como prioritária aos militantes do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que conduziu o país à independência e assume então o poder.

A criação das cooperativas, na perspectiva oficial da época, coincide com a implantação do modelo político de democracia nacional revolucionária em que se privilegia a participação popular na resolução dos problemas nacionais e na busca do desenvolvimento social e econômico com justiça social e sem exploração do homem pelo homem. Envolver as massas neste processo, é considerada tarefa principal, e as cooperativas são apontadas pelo partido no poder como o meio privilegiado de se garantir a participação popular e a adesão da população ao novo projeto de sociedade que se pretende. Desde cedo, os militantes de base do partido têm como tarefa a mobilização das populações primeiro nas regiões mais pobres e de difícil acesso e a sua "conscientização" para as vantagens de se organizarem em cooperativas e, deste modo, resolver os graves problemas econômicos e de emprego, num país assolado por uma seca persistente desde a década de 60 e onde a pluviosidade anual, além de irregular, não ultrapassa os 300mm, em média.

A urgência do problema do abastecimento costuma ser apontada como origem da prioridade dada à criação de cooperativas de consumo; na altura da independência, os países desenvolvidos passam a conceder a Cabo Verde uma importante ajuda alimentar que é preciso distribuir de forma organizada sobretudo para as populações mais carentes. As primeiras cooperativas de consumo têm pois como função essencial o abastecimento de alimentos às populações. Após este primeiro momento em que urgia resolver o problema crucial da distribuição de alimentos, o Partido recomenda que sejam introduzidas melhorias nas cooperativas de consumo com vista ao aprovisionamento de gêneros de maior procura. Com esta medida, procurava-se garantir a manutenção do poder de compra de trabalhadores rurais e dos centros urbanos (funcionários, operários e outros empregados), o que contribuiria para a constatação da eficácia do cooperativismo.

Por outro lado, teme-se que os comerciantes (apontados, nesta primeira fase pelo partido no poder como inimigos do partido e da independência), promovam rupturas insustentáveis no abastecimento e continuem a explorar a população sobretudo nas regiões de difícil acesso onde são os únicos a garantir o abastecimento praticando, por isso, preços abusivos.

Em setores de produção como a agricultura, pesca e pecuária, a possibilidade de desenvolver uma atividade de forma coletiva é colocada em oposição à iniciativa privada até então detentora do monopólio de exploração de quase todas as áreas produtivas do país. Assim, as cooperativas agrícolas, por exemplo, surgem associadas ao projeto de reforma agrária e, tal como nas demais áreas produtivas, pretende-se que a propriedade coletiva dos bens e meios de produção se torne uma realidade cada vez mais presente no arquipélago.

Nas primeiras Bases Gerais das Cooperativas, o movimento cooperativo é definido como "um meio privilegiado para o nosso povo se libertar da dominação e da exploração e se libertar a si próprio, combatendo os efeitos e as tendências contrárias ao progresso, no sentido de ser ele mesmo o motor do desenvolvimento da nossa terra" (Decreto-Lei nº 80 de 25/08/79). Para o Estado, seria através do movimento cooperativo que se promoveria a educação das populações para a busca de soluções coletivas aos seus problemas econômicos, consolidando-se assim o alargamento da propriedade social com relação à propriedade privada.

A função ideológica das cooperativas no período em que o partido procurava a mobilização e adesão da população ao seu projeto político tem sido apontada como um importante fator da sua caracterização atual; até recentemente, os discursos e documentos oficiais referiam-se à necessidade de concordância do movimento cooperativista com as opções de fundo do programa do partido e o seu papel no fortalecimento e consolidação do regime de democracia nacional revolucionária.

Principalmente os documentos oficiais do período imediatamente posterior à independência apontam de forma clara uma importante reciprocidade como condição indispensável à viabilidade do projeto; por um lado, o regime torna possível a existência do movimento cooperativo e este, por sua vez, deve ser um fator de consolidação daquele: "O Movimento Cooperativo é indissociável do nosso Regime. Sem o Regime que temos o nosso Movimento não seria o que é. Por outro lado, a consolidação e o reforço do Movimento cooperativo será de capital

importância para o fortalecimento e a consolidação do Regime de Democracia Nacional Revolucionária." (Silva, 1987: 3).

Deste modo, aos órgãos oficiais atribui-se a função de criar as cooperativas e fornecer-lhes todo o apoio necessário na organização, gestão, contabilidade, jurisdição, patrimônio, administração, abastecimento, escoamento de produtos, crédito e financiamento. O processo de legitimação das cooperativas fica a cargo do governo através da produção de legislação a respeito e do enquadramento jurídico correspondente. De um modo geral, as cooperativas são referidas como organizações de participação popular, em torno das quais as pessoas se agrupam para desenvolver uma atividade em conjunto, visando a resolução de algum problema econômico de que todos partilham e sentem os efeitos. Existem cooperativas em áreas como o abastecimento, agricultura, semi-indústria (carpintaria-marcenaria, costura, pesca, artesanato), habitação e construção, estudos-projetos e consultoria e, ainda, poupança e crédito.

Tendo surgido inicialmente na zona rural e bairros periféricos dos centros urbanos, os seus sócios eram, na maioria, camponeses, pescadores e pessoas de baixa renda de modo geral. A origem sócio-econômica dos seus sócios talvez justifique a percepção difundida de que as cooperativas eram "coisa de pobre". Por outro, expressões como "loja do Estado" ou "coisa do partido" eram também usadas para defini-las o que, igualmente, remete ao setor em que as primeiras cooperativas foram criadas e o papel do partido no processo de mobilização para a sua introdução e implementação no país.

A partir de 1991, com a implantação de um regime pluripartidário no país e de um sistema de mercado aberto, tem-se colocado a questão do papel das cooperativas num novo ambiente político e econômico, a sua adaptação às novas regras de concorrência e, sobretudo, a necessidade de se tornarem cada vez mais autônomas e independentes com relação ao Estado que, pretende-se, adote uma postura objetiva, profissional e sem paternalismo, funcionando como uma instituição de apoio e sem interferir diretamente na vida da cooperativa.

Progressivamente, a classe média dos centros urbanos vem adotando este modelo de organização para desenvolver atividades sobretudo nos setores de estudos, consultoria e prestação de serviços especializados como engenharia, arquitetura, educação, saúde e informática. A idéia geral é a de que, atualmente, a opção por tal modelo se deve muito mais às facilidades legais e às condições favoráveis para empréstimos e financiamentos do que propriamente à internalização dos princípios do cooperativismo conforme o entendimento do partido ou os que são tradicionalmente difundidos a partir do movimento cooperativo universal.

À ampliação dos setores de atividades e ao caráter diferenciado dos que passam a adotar este modelo de associação, corresponde, do ponto de vista oficial, novas formulações sobre as cooperativas. Nas Bases Gerais das Cooperativas estão consagradas como "(...) organizações sociais criadas pelos trabalhadores das cidades e dos campos na base do livre consentimento para a prossecução de objetivos comuns, constituindo unidades econômicas nas quais participam activamente todos os seus membros." (Decreto-Lei nº 80 de 25/08/79, art.1º). Já a reformulação desta lei em 1990, define-as como "agrupamentos de pessoas, de livre constituição, de composição e capital variáveis, e que, na base da cooperação e entre-ajuda dos seus membros e na observância dos princípios cooperativos, prosseguem, sem fins lucrativos, objectivos económicos, sociais e culturais comuns, através de uma empresa." (Bases Gerais das Cooperativas, Decreto-Lei nº 101-H/90).

Em reflexões atuais, autores apontam para a relevância de fatores históricos e culturais e ressaltam que a sociedade caboverdeana desde sempre praticou as mais variadas formas de ajuda mútua, pelo que, a cooperativa, na sua inserção, encontra um terreno de familiaridade com a sua proposta (Lopes,1993). As suas funções sociais deverão ser igualmente observadas pela especificidade da vinculação que guardam com o contexto social. Lopes (1991) observa que o movimento cooperativista foi objetivado somente a partir de uma estratégia ideológica, desconsiderando-se as potencialidade sociais e culturais que existiriam

a seu favor bem como uma tradição de solidariedade humana, "a única e segura via de alicerçar o movimento" (1991: 2).

A crítica deste autor inscreve-se numa preocupação atual em redimensionar a experiência do cooperativismo em Cabo Verde, considerando suas múltiplas dimensões (sociais, históricas, culturais e econômicas), apontando para os limites de uma caracterização apenas ideológica que, na sua perspectiva, é responsável pela não assimilação- por parte da sociedade caboverdeana- do conceito de cooperativa enquanto um sistema de auto-organização com princípios e fins específicos.

A prática confirma as observações sobre as características sociais da cooperativa. Em algumas regiões da zona rural, a cooperativa tornou-se um marco de referência importante para a comunidade; através da cooperativa de consumo, as pessoas passaram a adquirir produtos de primeira necessidade em condições mais condizentes com o seu baixo poder de compra. No caso de cooperativas de produção, à parte do campo cultivado coletivamente, correspondem pequenas parcelas de terreno cultivadas por cada cooperador e sua família, que assim garantem a satisfação das suas necessidades básicas em produtos alimentares.

Paralelamente, a cooperativa assume outras funções, tornando-se palco importante de acontecimentos sociais de interesse para toda a comunidade, tais como reuniões políticas, festas, eventos culturais e campanhas de saúde. O espaço físico ganha outras utilidades servindo como local de encontro regular das pessoas e de reuniões informais. As dependências muitas vezes são cedidas para o funcionamento da escola primária, do grupo de costura das mulheres da localidade ou para o desenvolvimento de atividades do grupo de jovens da localidade, por exemplo. Na ampliação das suas funções sociais, algumas cooperativas passam a servir toda a comunidade, como é o caso de uma cooperativa do interior da ilha de Santiago, que funciona também como correios e para onde são endereçadas as cartas de todas as pessoas da região que têm familiares emigrados que lhes enviam importantes quantias de dinheiro. Em outro caso, na sede da cooperativa, existe o único telefone e a única televisão da região, sendo que o telefone

transformou-se na principal via de contato das pessoas com o exterior onde residem os seus parentes emigrados cujas remessas de dinheiro são essenciais para a economia doméstica. No caso da televisão, o acesso à informação e a possibilidade de diversão e lazer atraem os habitantes da região.

A considerar ainda as cooperativas que se tornaram palco de grandes conflitos envolvendo seus associados com integrantes da comunidade contrários a sua implantação no local. De igual modo, em alguns casos, os conflitos entre os associados provocaram a paralisação das funções da cooperativa, o encerramento da sede ou a sua utilização para outros fins.

Com a implementação das cooperativas em Cabo Verde, muitas pessoas passaram a estruturar suas vidas em torno das mesmas. A atividade desenvolvida como membro passou a ser uma importante fonte de recursos e a cooperativa um espaço de trocas e relações interpessoais. De um modo geral, a atividade desenvolvida transformou-se numa alternativa econômica significativa num meio carente de soluções para os graves problemas de emprego e subsistência. Do ponto de vista social, a sua utilidade parece ter ultrapassado, em alguns casos, as perspectivas iniciais, transformando-as num espaço importante para as comunidades. Em suma, a implementação das cooperativas foi um processo que suscitou a mobilização popular e trouxe transformações significativas, solicitando das comunidades uma adaptação ao novo modelo de organização.

3

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Representação, conforme o dicionário Aurélio, significa o "ato ou efeito de representar", ou seja, "de ser imagem ou reprodução de algo", de "figurar como símbolo, aparecer sob outra forma", "estar em lugar de" e, ao mesmo tempo, de "tornar presente, patentear, significar" (Ferreira, 1975: 1231). A representação seria o conteúdo concreto da ação de representar, a coisa que se representa, a reprodução daquilo que se pensa. Verifica-se que a representação é que confere conteúdo material ou imaginário ao ato de representar.

Os significados etimológicos atribuídos à palavra aproximam-na da representação teatral, o nível mais elementar em que a representação social pode ser compreendida pois, nela, os atos e palavras tornam presentes para as pessoas algo que estava ausente. Esclarece assim sobre os aspectos fundamentais da representação como significado, criatividade e autonomia. Além desta restituição simbólica e da aproximação de algo distante, tal como a representação política, a representação social tem a propriedade de substituir algo que está presente, de estar em lugar de (Jodelet, 1985).

Substituição e apresentação (tomar presente): por estas propriedades, a representação indica o seu carácter de construção que significa algo e contém a parte de interpretação de quem a formula (Jodelet, 1985). O real ou o ideal são interpretados e restituídos simbolicamente na relação do indivíduo com o mundo e com as coisas. O objeto representado (material, social, humano ou uma ideia) traz algo do sujeito ou do grupo que o apresenta e expressa os elementos descritivos e simbólicos proporcionados pela comunidade; um indivíduo ou grupo representam com os instrumentos e recursos postos à disposição pelo meio social em que vivem.

As representações sociais são elementos de identificação de um grupo social, pelas quais este se reconhece e é reconhecido. Elaboradas e compartilhadas no contexto da vivência do grupo, garantem a sua coesão, a continuidade e o controle da ação. Seriam como "as ilustrações em conjunto que formam um quadro de referência coerente que liga as paredes da experiência(...)" (Goffman, 1985:).

3.1 A Psicologia Social e a elaboração da teoria das representações sociais

Neste trabalho, pretende-se estudar a cooperativa a partir do conhecimento vivenciado pelos associados e, para isso, o conceito de representação social será utilizado. Com o propósito de se explicitar a sua compreensão e seu subsequente uso no trabalho, serão aqui expostas as bases a que recorreremos na utilização do conceito. Tal explicitação se faz necessária sobretudo por se tratar de um conceito compartilhado por diferentes áreas de conhecimento e cuja diversidade de aplicação o mantém no centro de importantes discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas.

O desenvolvimento teórico da psicologia social explica a constituição tardia das representações sociais como um campo específico de investigação para a disciplina que decorre no seio de um importante movimento de reformulações das perspectivas de abordagem dos fenômenos psicológicos; nascida no domínio da cultura e da história, a psicologia social, ao longo do tempo, reúne uma obra significativa tendo como temas o indivíduo e o comportamento, desenvolvendo métodos e teorias sobre atitudes coletivas, comunicações de massa, percepções sociais, temas estes também de interesse para outras ciências. Distancia-se assim da sua inspiração original relacionada à compreensão dos "fenômenos do pensamento, do sentido e da comunicação numa determinada cultura"(Moscovici, 1991/1992: 137) e, sobretudo quando é introduzida nos Estados Unidos da América, absorve as conquistas das descobertas realizadas em laboratório, procurando

investigar a realidade social através do controle das variáveis objetivas presentes nas relações entre sujeito e objeto.

Inaugura-se assim o longo período de hegemonia do behaviorismo na psicologia social, durante o qual, assiste-se à progressiva "dessocialização do conceito de homem" (op. cit.: 137) e ao predomínio do objetivismo e da abordagem individualista das perspectivas teóricas tradicionais. A relevância atribuída à ligação estímulo-resposta justifica que só os comportamentos manifestos, diretamente observáveis (respostas motoras e verbais) possam ser o objeto de estudo. Neste contexto, o termo "social" acrescentado à psicologia significa que esta estudava as opiniões e as atitudes, a primeira como resposta manifesta, verbalizada, ou seja, observável, passível de ser medida e, a segunda, como noção utilizada para dar conta das ligações entre estímulo e resposta na medida dos tempos de reação. Os estudos realizados nos laboratórios de psicologia ganham em precisão ao medir as reações do indivíduo a estímulos objetivos pré-determinados, criados com a intenção de repetir as situações reais e, conseqüentemente, os fenômenos simples assim estudados, são extraídos da sua situação espaço-temporal e do seio de um meio cultural determinado (Farr, 1985).

Nesta tradição de investigação, as situações sociais reais não podem ser abordadas no conjunto de todos os aspectos que constituem a complexidade das práticas sociais, das improvisações das condutas humanas cotidianas e das nossas interações significativas; os resultados experimentais não dizem respeito aos comportamentos observados em situação social real, com influência determinante das relações sociais e de poder, das pressões materiais e normativas, dificilmente integradas, na sua totalidade, às situações criadas em laboratório (Abric, 1994).

Posteriormente, no campo da própria psicologia, os estudos de Jean Piaget sobre desenvolvimento infantil, já indicavam as insuficiências dos modelos clássicos de abordagem do conhecimento por separarem o objeto do sujeito que o conhece e estabelecerem as modalidades de relação entre ambos em termos que separam dois mundos: a realidade objetiva, definida pelos componentes objetivos da situação e do

objeto e a realidade do sujeito cuja estrutura cognitiva permitir-lhe-ia absorver o mundo exterior. Piaget mostra que a apreensão do objeto, a elaboração da sua representação resulta de um processo de elaboração cognitiva e simbólica que exige a interação constante e as alterações mútuas que sujeito e objeto provocam entre si.

Embora vários psicólogos procurem localizar os problemas epistemológicos da sua ciência fora do campo de investigação, Piaget já indicava a importância de serem considerados no interior das próprias pesquisas em psicologia. Isto porque devem a sua operacionalização aos pressupostos sobre a natureza do Homem e do conhecimento que possui; à natureza da sociedade e à natureza da relação entre Homem e sociedade. Tais pressupostos são, portanto, as condições iniciais que determinam o tipo de teorias empíricas desenvolvidas e a estratégia de pesquisa a ser utilizada.

A forma como Piaget enfatiza o papel do sujeito e do objeto no desenvolvimento cognitivo aproxima a posição epistemológica da psicologia do desenvolvimento da do materialismo dialético a respeito do processo de conhecimento que supõe o homem como sujeito ativo e atuante e, ao mesmo tempo, como objeto influenciado pelo seu ambiente social.

3.2. A origem do termo na Psicologia Social

A origem histórica do termo "representação social" remete ao conceito de "representação coletiva" de Durkheim, por longo tempo esquecido e que Moscovici retoma para desenvolver a teoria das representações sociais no campo da psicologia social. Émile Durkheim (1925) formulou o conceito de representações coletivas procurando constituir-lo como objeto de estudo autônomo no campo da sociologia e esclarecendo, em torno da noção, sobre as especificidades do pensamento coletivo em relação ao pensamento individual.

Para Durkheim, a representação coletiva corresponde à vasta classe de formas intelectuais como, por exemplo, a ciência, a religião e o mito. É inerentemente coletiva, apresenta-se aos indivíduos como pré-estabelecida, não sendo, portanto, redutível à representação dos que compõem a sociedade. O autor pretendia demonstrar a primazia do social sobre o individual, explicando como os conceitos de ideias ou os sistemas encontram-se embutidos na memória coletiva e são inculcados pela educação como estruturas estáveis da vida em comum (Herzlich, 1972).

A formulação de Durkheim apresenta as representações coletivas como estáticas e referentes a uma sociedade fechada. Para o autor, a possibilidade de serem de alguma forma produzidas e modificadas ocorre apenas sob condições excepcionais e fora das interações sociais cotidianas. Neste sentido, as representações adquirem um caráter natural e parcialmente autônomo, podendo reforçar-se ou repelir-se mutuamente. Esta capacidade de formar sínteses seria determinada pelas afinidades existentes entre as representações e não pelo meio social no seio do qual evoluem.

Às representações coletivas caracterizadas como sendo mais globais e resistentes à mudança, opor-se-iam as representações individuais, manifestações puramente cognitivas de cada sujeito. Estas últimas, fenômenos puramente psíquicos não redutíveis à atividade cerebral que as cria, seriam de abordagem do campo da psicologia, enquanto antropólogos e sociólogos se dedicariam às primeiras.

Embora o termo seja tomado do de representações coletivas de Durkheim, é o campo de investigação da corrente do interaccionismo simbólico que apresenta-se como o terreno mais favorável ao desenvolvimento posterior da noção de representação social. No campo da sociologia, Park e Thomas -principais responsáveis pelo desenvolvimento desta corrente-, tinham como preocupação central o estudo da forma como as instituições sociais exercem coação sobre os indivíduos e as modalidades de transcendência à mesma. Esta abordagem aponta para a relevância da criatividade dos indivíduos e grupos na resposta aos problemas

da mudança social mas, é sobretudo a partir das reflexões de George Mead, que o interaccionismo simbólico enfatiza que os significados dos objetos se constituem pelos processos de interpretação. Mead critica refere-se à noção de um mundo de objetos pré-existente, independente da consciência e da mente do sujeito cujo comportamento seria, portanto, simples resposta a tais objetos. As reflexões do autor mostram como a consciência, a mente, o mundo dos objetos e as condutas são atos construídos pela vida social e a vida em grupo. A interação social é o processo onde se forma a conduta humana e não apenas o espaço onde ela se expressa e se realiza; muito mais, é a condição para que os indivíduos se engajem em relações e criem o significado das coisas.

Partindo desta posição, os interaccionistas simbólicos afirmam a primazia dos processos sociais sobre a conduta individual embora rejeitem a idéia do determinismo social estrito tal como defendido por Durkheim. Os estudos que se enquadram nesta perspectiva teórica acentuam o papel dos processos simbólicos e da linguagem na definição do real e destacam o que se referem como aspectos implícitos do comportamento associados à noção do sujeito como possuidor de um eu (self) com o qual relaciona-se com o mundo e interage com os outros. O campo da investigação é orientado para as relações do indivíduo com os objetos e as situações socialmente construídas na atividade e na interação e abandona a primazia dos estímulos como elementos propulsores das condutas humanas. Para os interaccionistas simbólicos "somos atores sociais engajados na construção de identidades funcionais que nos permitem negociar as relações sociais. (Spink, 1993: 303). Pela sua ação, os indivíduos e os grupos são percebidos como a realidade mais fundamental da vida social e, a sua atividade seria a origem da organização social e da estrutura social.

Tomando como ponto de partida as investigações sobre o conhecimento socialmente elaborado que intersecta o psicológico e o social, como já revelavam os estudos de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo infantil é que Serge Moscovici retoma o conceito de representação coletiva da sociologia, e observa que, a sua principal insuficiência consiste no fato de não explicar a pluralidade dos modos de

organização do pensamento. A mudança terminológica que introduz, indica a intenção de compreender uma sociedade sempre em mudança, a inovação mais do que a tradição e a vida social em construção mais do que o pré-estabelecido (Moscovici, 1988). Ao mesmo tempo, a noção de representação social permite ultrapassar a tradição watsoniana de estímulo-resposta pois, enquanto construção do real, age sobre ambos, orientando o estímulo na medida em que modela a resposta. Quer isto dizer que objeto e sujeito são agora vistos como inseparáveis pois, a constituição de um e de outro supõe, em parte, esta interdependência.

Enquanto a corrente do interaccionismo simbólico mantém a reflexão da psicologia social sobre o lugar do homem na sociedade centrada nos mecanismos das respostas sociais, a noção de representações sociais "reintroduz o estudo das modalidades de conhecimento e dos processos simbólicos na sua relação com as condutas" (Herzlich, 1972: 305). Através do estudo da noção das representações sociais como uma modalidade de conhecimento particular, expressão específica de um pensamento social, amplia-se o campo de investigação da psicologia social no que concerne à abordagem dos fenómenos sociais complexos, ultrapassando a dicotomia entre sujeito e objeto do conhecimento, individual e coletivo, psicológico e social. É possível assim, à psicologia social, abordar o particular contextualizando-o social e historicamente, tomando as produções mentais individuais como produtos da sua socialização e expressões do universal (Spink, 1983). Para Moscovici (1991/1992), a noção devolve a psicologia ao verdadeiro sentido social que determinou a sua origem pois é um dos meios pelos quais as estruturas sociais se tornam acessíveis ao psicólogo social.

3.3. O conceito de representações sociais

As representações sociais inserem-se entre as teorias que estudam o senso comum, tratando as manifestações dos saberes formalizados ou não formalizados como "construções sociais sujeitas às determinações sócio-históricas de épocas

específicas" (Spink, 1993: 302). Neste sentido, inserem-se no seio das correntes que elegem o conhecimento do senso comum como legítimo, construtor da realidade e das transformações sociais¹.

Serge Moscovici teorizou pela primeira vez o conceito de representação social, ao realizar seu importante estudo *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Nesta obra, o autor mostra como a psicanálise, uma teoria científica complexa, ao ser difundida numa cultura determinada, se transforma ao mesmo tempo em que modifica o social, a visão que as pessoas têm de si próprias e do mundo em que vivem. Neste processo, a psicanálise, enquanto uma teoria nova sobre o comportamento humano, converte-se num componente da realidade cotidiana, um objeto do pensamento social e transforma-se numa representação social autônoma sem grandes semelhanças com a teoria original. Moscovici aponta, já neste primeiro estudo, a possibilidade de, através da teoria das representações sociais, compreender como o senso comum transforma os conteúdos científicos ou de outros saberes formais em explicações práticas sobre a realidade social, o homem e a natureza.

A noção de representação social inscreve a psicologia social no debate mais amplo sobre a construção do conhecimento do senso comum, tema este que se torna caro a outras ciências humanas, particularmente à sociologia do conhecimento. Autores como Berger e Luckman (1974) esclarecem sobre a relevância de tal conhecimento como principal fonte da ação humana na sociedade pois refere-se ao que os homens conhecem como real na vida cotidiana e orienta as práticas humanas no mundo. Enquanto o pensamento teórico e científico ocupa um grupo limitado de pessoas e participa apenas parcialmente da totalidade do conhecimento que uma sociedade possui, todos os homens partilham, de uma forma ou de outra, do conhecimento elaborado nas inter-relações, no seio de uma mesma sociedade. Este conhecimento mais geral, o conhecimento do senso comum, constitui "o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir"(Berger e Luckman, 1974: 30) e pelo qual os homens permanecem ligados

entre si. Sendo a vida e o pensamento cotidianos terrenos privilegiados da investigação, a abordagem retoma a reflexão sobre o lugar do homem na sociedade, os processos e conteúdos do conhecimento constituído nas interações humanas.

Trata-se portanto de um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, constituído a partir das nossas experiências cotidianas e, também, pelas "informações, conhecimentos e modelos de pensamento que recebemos e transmitimos através da tradição, educação e comunicação social."(Jodelet, 1985: 473). Por permitir-nos atuar no mundo, é também definido pelo seu carácter de conhecimento prático, através do qual damos sentido ao mundo, explicamos os fenómenos naturais e sociais, adaptamos as descobertas científicas às nossas interrogações cotidianas, situamo-nos em relação às outras pessoas. Jodelet (1985), define-o como um conhecimento que " torna habituais atos e acontecimentos, forja as evidências da nossa realidade consensual..." e, usando uma expressão de Berger e Luckman, "participa da construção social da nossa realidade"(op. cit.: 473).

Os estudos sobre a realidade social têm mostrado que o comportamento dos sujeitos e dos grupos depende muito mais das representações sociais que possuem ou elaboram a respeito de determinado objeto ou tema do que das características objetivas da situação. Uma das principais atribuições das representações sociais seria, portanto, a de servir de guia das ações humanas, orientando as relações sociais e intervindo nas práticas sociais.

A noção de representação social introduz a proposta de uma nova unidade de enfoque dos fenómenos abordados pela psicologia social evidenciando os processos de construção da realidade partilhada pelos indivíduos de uma mesma coletividade, a complexidade das práticas sociais e dos grupos significativos. Outrossim, relewa as propriedades da linguagem, da semântica das trocas entre as pessoas e os aspectos cognitivos da comunicação nos diversos níveis das relações humanas, destacando a interface dos fenómenos coletivos e individuais, propondo a pesquisa das relações interindividuais, intergrupais e entre indivíduo e grupo. Construída na interface social-psicológico, depende das regras, dos valores e do arcabouço cultural do grupo bem como do contexto em que este se insere. Ao

mesmo tempo, a realidade psíquica- emocional e cognitiva- influencia a sua construção. Apresenta, portanto, o duplo carácter de sistema de pré-decodificação da realidade e de organização significativa constituída pela interferência do contexto (ideológico, social, cultural), dos fatores da situação, da posição do indivíduo na organização social e história individual e do grupo (Moscovici, 1991/1992). A representação social depende do conteúdo e do contexto, isto é, da subjetividade e da sociabilidade das pessoas, de onde resulta a especificidade do conhecimento assim elaborado.

Verificamos até agora que a dualidade é o aspecto central das representações sociais e revela, por um lado, o carácter dinâmico da sua construção e funcionalidade e, por outro, aponta para a tensão permanente entre os pólos psicológico e social, para o fato dos fenômenos e mecanismos se situarem nos diversos níveis entre o individual e o social. Por se constituírem como formas de conhecimento, as representações sociais correm o risco de ser reduzidas a meros acontecimentos intraindividuais com a intervenção secundária do social. Há também o perigo de diluí-las em fenômenos culturais e ideológicos quando são tratadas apenas na sua forma de pensamento social. Paradoxalmente, encontra-se na própria dualidade a possibilidade de ultrapassar este reducionismo de duas faces: em lugar da pretensa universalidade das leis psicológicas com que os acontecimentos intraindividuais são abordados, a noção de representações sociais introduz, na psicologia social, a necessidade de se considerar a diversidade dos objetos, das condições e situações sociais particulares. Ao mesmo tempo, permite que, como forma de pensamento social, seja abordada além da rede de condições objetivas, sociais e econômicas que, de um modo geral, determinam as produções sociais; a sua especificidade, com relação a estas, encontra-se no fato de que se atualiza numa organização psicológica particular e cumpre uma função específica na formação das comunicações e das condutas.

Jodelet reúne todos os elementos que circulam entre os diferentes níveis dos pólos psicológico e social ao apontar que o conteúdo de uma representação (informações, imagens, atitudes, opiniões) sempre se relaciona a um objeto e que,

consequentemente, "toda a representação social é representação de algo e de alguém. (...) Não é o duplicado do real nem é duplicado do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito. Ao contrário, constitui o processo pelo qual se estabelece a relação entre eles. No fundo de toda a representação, devemos buscar esta relação entre o mundo e as coisas."(Jodelet, 1985:.145).

3.4 Conteúdo e processo das representações sociais

Conforme Jodelet (1985; 1989), a representação social seria definida pelas seguintes características fundamentais:

- É sempre representação de alguma coisa (objeto, idéia) e de alguém (sujeito). As características destes dois elementos terão sempre influência sobre ela;
- Tem o carácter de imagem e a propriedade de poder intercambiar o sensível e a idéia, a percepção e o conceito: reenvia, por isso, aos processos cognitivos e aos mecanismos intrapsíquicos pelos quais o sujeito é considerado sob o ponto de vista psicológico;
- Tem um carácter simbólico e significante;
- Tem um carácter construtivo, quer dizer, confere significações ao objeto sendo, por isso, uma construção;
- Tem um carácter autônomo e criativo, é uma expressão do sujeito nos seus aspectos psicológicos e de pertença social e cultural, não redutível à mera transposição das propriedades iniciais do objeto.

Acrescente-se ainda que estrutura-se e expressa-se por categorias de linguagem tomadas de um fundo cultural e mostra que os comportamentos são orientados pela elaboração cognitiva e simbólica, quer dizer, relaciona sempre os processos simbólicos às condutas.

Numa primeira forma, a representação social consiste na elaboração (por parte de uma coletividade) de uma concepção sobre determinada tarefa ou objeto

externo . Forma-se mediante indução social, quer dizer, existe uma solicitação para que o grupo se mobilize em relação a um novo evento, o que incidirá diretamente sobre o seu comportamento social e a sua organização. A elaboração da representação social não considera a realidade da estrutura funcional deste novo evento (tarefa, objeto ou idéia) e pode a modificar o próprio funcionamento cognitivo como resultado dos novos elementos introduzidos (Jodelet, 1985).

A formação da representação social repousa sobre uma base imaginária e simbólica, formada a partir da história do grupo e que define a sua forma de percepção dos objetos. Por outro lado, faz com que um mesmo fato seja analisado e situado conforme diferentes marcos de referência que se articulam a uma percepção ideológica.² A partir das representações sociais é possível acompanhar os deslocamentos que o significado de determinado evento ganha em cada contexto social e a emergência de diferentes discursos e práticas sociais que se lhe referem. Por exemplo, permite identificar a trajetória dos deslocamentos do significado de um conceito científico ou de uma construção ideológica, localizando-os na linguagem e nas práticas do homem comum, já convertidos em categorias do senso comum, em instrumentos para compreender e agir em relação ao outro, à sociedade, à natureza. De acordo com as posições sociais que ocupam, assim se estabelecem os códigos, valores e ideologias que interferem nas condutas. Os códigos de comunicação também são definidos por determinada pertença social.

A complexidade dos fenômenos representativos exige um esforço de compreensão do impacto das correntes de pensamento que circulam numa sociedade na elaboração das representações sociais de um grupo ou de indivíduos (Spink, 1993) e, ainda, segundo a autora, o entendimento do seu papel no funcionamento social e nas mudanças e transformações sociais que geram um pensamento social compartilhado ou a própria transformação das representações

² Devido a esta articulação, as ciências sociais têm tomado as representações sociais como elementos constitutivos da ideologia, instância abstrata que as estrutura e, através das quais se manifesta.

SOCIAIS (1993). Por isso, a psicologia social passa a debruçar-se sobre as questões do conhecimento como processo e não mais apenas como conteúdo³.

As representações sociais apresentam-se como pensamento constituído, campo estruturado, uma estrutura cognitiva, um universo de informações, opiniões, imagens ou crenças aqui entendidas como "organizações duráveis de percepções e conhecimentos relativos a certos aspectos do mundo do indivíduo"(Codol, 1970, Apud Herzlich, 1972: 310). Segundo Herzlich, é principalmente a análise da representações sociais como conteúdo que tem ocupado os pesquisadores, o que acaba por privilegiar os processos cognitivos associados aos seus elementos constitutivos. Mas, na medida em que o enfoque das representações sociais como produtos sociais sublinha as condições de sua produção, os determinantes sociais da sua estruturação, está assim estabelecida a diferença com as abordagens correntes da cognição social. Enquanto fenómeno, a representação social apresenta-se por uma percepção, sob a forma de "imagens que condensam um conjunto de significados"(Jodelet, 1985:473) e designam o conteúdo mental associado ao objeto. Ainda, no seu carácter de fenómenos, quando compreendidas dentro da realidade concreta da nossa vida social, apresentam-se por um conjunto de formas que permite defini-las como "uma maneira de interpretar e de pensar a nossa realidade cotidiana, uma forma de conhecimento social"(Jodelet, 1985: 473). Deste conjunto, além das imagens, fazem parte as suas formas de "sistemas de referências que nos permitem interpretar os acontecimentos e dar sentido ao inesperado e categorias que servem para classificar as circunstâncias, os fenómenos e os indivíduos (Jodelet,1985:472). Destaca ainda a apresentação das representações sociais sob forma de teorias com as quais estabelecemos explicações e relações entre os fatos.

Apresenta tanto conteúdos dinâmicos sujeitos à mudança como conteúdos mais estáveis e, por estas propriedades, expressam tanto a multiplicidade, a diversidade e a contradição próprias dos conteúdos mais flexíveis como as permanências culturais que sustentam o grupo historicamente. Como campos

³ Como tem sido aliás o campo das principais investigações em psicologia social sobre a noção.

socialmente estruturados, as representações sociais são determinadas pela interface dos contextos sociais de curto e longo alcances históricos que permeiam a construção dos significados sociais (Spink, 1993). Denominado de imaginário social, o contexto social de longo alcance inclui as produções culturais, conjunto cumulativo historicamente pertencente a determinada sociedade. Além das permanências culturais, outros produtos (como os que a ciência fornece) circulam na sociedade e também alimentam as representações sociais (op. cit., 1993), determinando a sua funcionalidade na situação interacional, no alcance do tempo curto em que decorre a ação. Tanto estes como os conteúdos cumulativos que revelam as permanências históricas, a memória coletiva, são reinterpretados no campo de alcance do tempo vivido tido como o espaço das determinações resultantes do processo de socialização, do *habitus*, ou seja, das disposições adquiridas em função da pertença ao grupo. O *habitus* é o "sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador das práticas e das representações" (Bourdieu, 1983: 61). Enquanto forma de conhecimento prático, as representações sociais são referendadas pelo *habitus*, pelas disposições adquiridas, maneiras duráveis de ser ou de fazer que contempla o movimento de "interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade" (op. Cit.: 25), assegurando, deste modo, a existência de uma concertação constante entre as aspirações subjetivas e as condições objetivas na formação das práticas e das representações.

Além da determinação social da emergência e dos conteúdos, é o estudo da representações sociais como processo, portanto, como pensamento constituinte ou núcleo estruturante que nos indica a sua eficácia na interação social, na orientação da ação e também o seu papel na mudança social. Especificamente aponta para a diversidade e a contradição inerentes à sua funcionalidade na criação e manutenção de determinada ordem social (Spink, 1993). Pela sua função afetiva de proteção de identidades, permitem-nos compreender as estratégias coletivas e individuais para a manutenção da identidade grupal e do equilíbrio sóciocognitivo a ele vinculado, por exemplo, face à introdução de um novo modelo político-ideológico.

Formadas na troca e no processo de interação, não constituem meras predisposições para responder pois, além de guiar o comportamento, estão na sua origem e criam as significações a seu respeito. Apresentam-se então como o pré-requisito para a ação humana em geral, com a função de modelar a realidade a partir do conhecimento existente e é este sentido que dirige-nos para as características da representação social como uma práxis.

3.5. Processos de objetivação e ancoragem

Os processos que engendram as representações sociais permitem a sua permanente construção numa sociedade que, a todo o momento, apresenta elementos novos para serem tornados familiares. Portanto, além da função afetiva de proteção e legitimação das identidades sociais, têm a função social de orientação das condutas e das comunicações e a função cognitiva que permite a familiarização com a novidade através da transformação do estranho potencialmente ameaçador às estruturas cognitivas vigentes em algo familiar.

A função cognitiva das representações sociais evidencia os mecanismos sociais que intervêm na sua elaboração, mediante o concurso de dois processos: a objetivação e ancoragem. Estes garantem o movimento constante da transformação do conhecimento em representação e da modificação do social pela representação.

Pela objetivação, os significantes se materializam, tornam-se coisas palpáveis e concretas: as noções abstratas traduzem-se em imagens e as palavras em coisas. Através da seleção e descontextualização, as informações sobre os objetos são deslocadas do seu conteúdo de origem para um repertório familiar onde se reconstituem. Nesta etapa, a seleção dá-se em função de critérios culturais e normativos (Jodelet, 1985) pois, os primeiros definem as modalidades de acesso de cada grupo às informações circulantes e, em segundo lugar, são retidas as informações que concordam com o sistema de valores vigente. Pela objetivação, as

informações são separadas do campo original a que pertencem e apropriadas pelo grupo que as domina ao projetá-las como fatos do seu próprio universo.

Assim, na etapa seguinte à descontextualização e seleção, os novos elementos são reagrupados e adquirem uma estrutura figurativa que, apenas parcialmente integra a estrutura inicial pois os elementos conflitantes que ameaçam as estruturas cognitivas vigentes são eliminados. Este esquema figurativo torna-se a expressão imediata e direta do conceito inicial, resulta numa imagem coerente onde as novas informações se integram com as experiências individuais e coletivas do sujeito e, assim reunidas, formam um conjunto compatível com as outras teorias e visões do mundo deste indivíduo. Devido a esta integração, a imagem contém atributos e conotações resultantes de um investimento afetivo e do imaginário. A seguir, pela naturalização, o conceito abstrato transforma-se em entidade concreta, de uma materialidade quase tangível para o sujeito que, no seu discurso, articula as noções, valores e normas, já existentes, à sua própria criação, embora não reconheça a simultaneidade no resultado.

A ancoragem permite o enraizamento social da representação, a integração cognitiva do objeto representado dentro de um sistema pré-existente que o transforma, ao mesmo tempo em que ele próprio se modifica para recebê-la. A intervenção do social, neste caso, serve para conferir significado e utilidade à representação e ao seu objeto. A ancoragem é a elaboração de um quadro e de instrumentos de conduta que prolongam a remodelagem feita pela objetivação. Expressa a diversidade de circunstâncias que o objeto encontra no momento em que penetra na sociedade e sua confrontação com normas sociais e correntes ideológicas, no decorrer da sua emergência como representação social (Herzlich, 1972).

Por este segundo processo, observa-se como se dá a própria inserção orgânica do novo ao pensamento já constituído. A ancoragem tem um carácter instrumental pois equivale à atribuição de uma funcionalidade à novidade que, por este meio e mesmo sob pressão dos valores do grupo, torna-se capaz de influenciar

significados que se formam em torno da novidade, do objeto inicial. Esta rede exprime a diversidade de circunstâncias (sociais, políticas, filosóficas, religiosas, econômicas e históricas) que o objeto encontra no momento da sua penetração e emergência como representação social. Expressa também o confronto deste novo com as normas sociais e as correntes ideológicas da sociedade. A novidade é socialmente situada e avaliada e, os atributos que lhe são conferidos, exprimem as posições ideológicas e a inserção social dos seus utilizadores. A função da ancoragem é a de integrar a novidade numa rede de significações sempre aberta que permite interpretar a realidade e estabelecer o quadro das condutas e das relações sociais.

3.6. Representações e práticas sociais

Propomos, neste trabalho, abordar a representação social da cooperativa destacando o seu carácter constituinte da prática social do cooperativismo, como processo que nos permite compreender o significado desta prática e suas características. Num contexto social de mudança sócio-política, as representações sociais esclarecem sobre as estratégias coletivas adotadas para a manutenção da identidade de um grupo que procura se adaptar a uma nova situação e incorporar novos elementos para dar conta das suas exigências atuais.

Na Psicologia Social, o campo de análise das relações entre práticas e representações sociais tem se apoiado principalmente nas formulações da corrente do interaccionismo simbólico e da sociologia marxista que acentuam a determinação do modo de produção da sociedade nas construções humanas, particularmente as ideologias e seus correspondentes institucionais. Por exemplo, a teoria da dissonância cognitiva parte da noção da determinação social das condutas humanas e aponta para o papel do quadro institucional e do meio social como determinantes do sistema de representações sociais e da ideologia. As práticas ganham, assim, o papel de modeladoras e condicionantes das representações sociais que, tomadas

como meros reflexos das primeiras, encontram-se sujeitas às condições objetivas de produção das condutas e das práticas e apresentam-se como resultantes de um processo de racionalização, sem a interferência de crenças ou de um saber coletivo anteriormente acumulado.

Ao contrário da abordagem que toma as práticas sociais como determinantes da ideologia, sistema de valores, crenças e representações sociais, a teoria e as pesquisas sobre a noção de representação social -tal como desenvolvidas a partir da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais- trouxeram para o centro da reflexão da psicologia social uma nova perspectiva, propondo a investigação sobre a determinação recíproca das possíveis interligações e interdependências entre as práticas e representações sociais tanto no funcionamento como nos mecanismos que determinam a sua criação.

Segundo Abric (1994), recentemente estas questões têm assumido um papel central e as investigações já indicam algumas orientações para o debate. Conforme o autor, as interrogações sob a ligação entre estes dois fenômenos partem do princípio (amplamente aceite) da influência das condições materiais e objetivas na elaboração das representações sociais e o seu papel na evolução e transformação. Porém, as pesquisas sobre as representações sociais apontam também para a contribuição de outros fatores nos processos representacionais e, conseqüentemente, a sua influência nas respostas dos indivíduos às situações objetivas.

Uma primeira ordem de fatores remete aos constituintes da representação que repousam sobre um fundo cultural comum associado à história do grupo e à sua memória coletiva. Por este conteúdo, a representação social reinterpreta matrizes culturais de interpretação em que se ancoram, em parte, os conhecimentos e comportamentos apresentados pelo grupo. Além do modo de interpretação da realidade, estas matrizes sócio-culturais determinam, igualmente, os efeitos das práticas sociais mostrando que só podem se modular e ser compreendidos na sua relação com a dimensão sócio-cultural.

O fato de que, face a determinadas práticas, o indivíduo pode escolher entre diferentes tipos de condutas possíveis alerta para outra ordem de fatores e elimina a possibilidade das condutas humanas resultarem apenas das condições materiais e objetivas de uma situação. A diversidade de opções de respostas a uma mesma situação indica que, a esta, o indivíduo atribui significado e objetivo, enfim, realiza uma avaliação das possibilidades que se lhe apresentam, independente da realidade objetiva. Para tal, relaciona-a com o seu próprio sistema de valores e normas que pode ser visto como um guia de leitura propiciador das condições necessárias à atribuição de qualidades à prática social em que o sujeito deve se engajar.

Uma última ordem de fatores evidencia a presença da representação social nas atividades de pré-decodificação da situação, nos processos de construção e de reapropriação da realidade. Segundo Abric (op. cit., 1994), os estudos mostram que o sujeito não apenas reage à situação como a submete ao seu próprio sistema de categorização revelando o impacto das dimensões subjetivas na avaliação das condições objetivas da situação. Esta atividade mostra que o sujeito racionaliza as suas práticas nas representações sociais, atribuindo àquelas uma significação central que lhe permite, em parte, apropriar-se da situação.

Verificamos que a descrição da influência dos fatores de ordem cultural, do sistema de valores e da atividade do sujeito evidencia o carácter apenas parcial do papel das práticas sociais na determinação das condutas ao mesmo tempo em que destaca o papel do sistema das representações sociais com relação às práticas e aos comportamentos. No seu estudo sobre a representação social da doença mental realizado no seio de uma comunidade, Jodelet observou a presença constante de certos elementos da representação social sobre a doença mental e identificou-os como parte constituinte de um mesmo núcleo central ou "nódulo figurativo" (como a autora preferiu chamar) pois, este, percorria todos os discursos e práticas dos atores mostrando-se prescritivo dos mesmos.

As representações constituídas e profundamente ancoradas na história da coletividade permitem explicar as escolhas efetuadas pelos indivíduos, a natureza

do seu engajamento numa situação e as suas práticas cotidianas. É importante assinalar também que estas representações constituídas- portadoras de um papel essencial nas práticas atuais- devem igualmente ser remetidas às suas condições de produção, às práticas sociais que o grupo desenvolveu e às quais foi confrontado ao longo da sua história.

Práticas e representações sociais se engendram mutuamente, não podem ser dissociadas pois, junto com o discurso, formam um todo, um sistema. A representação acompanha a estratégia, "ora a precede, informa e lhe dá forma, ora a justifica e racionaliza" (Autes, 1985, Apud Abric, 1994, p.230).

Abric observa que as pesquisas realizadas até ao momento no campo da teoria das representações sociais esclarecem sobre a questão da intercomunicabilidade dos dois fenômenos (práticas sociais e representações sociais) e permitem distinguir entre as situações em que a influência das representações é determinante para a elaboração ou transformação das práticas e as que resultam da influência destas sobre as primeiras. Diz o autor que, conforme a natureza da situação, assim será determinada a ligação entre as práticas e as representações, devido à forma como o sujeito está na situação (o lugar que ocupa, as pressões com que se confronta e as relações que mantém com o sistema de poder) e à presença, na situação, de elementos fortemente associados aos afetos e à memória coletiva. A avaliação destas circunstâncias esclarece sobre as situações em que a determinação da representação é mais significativa para a emissão de uma conduta do que uma norma social, o poder de uma autoridade ou as condições objetivas apresentadas.

A natureza da situação caracteriza a influência das representações sociais nas práticas sociais, na medida em que, quanto maior fôr o grau de ambiguidade e complexidade da situação apresentada, assim a representação social é responsável pelo tipo de conduta dos sujeitos. Ao contrário, quando as pressões da situação são muito fortes, a conduta do grupo se fundamenta muito mais nas circunstâncias e nas condições objetivas apresentadas.

Abric identifica como situações de forte pressão as que, suscitam uma transformação do meio físico, a inserção de novos dados (ecológicos, por exemplo), o aparecimento de um acontecimento que diz respeito a toda a população (como a Aids), a transformação do meio sócio-econômico ou uma mudança sócio-política radical como a instalação de um poder socialista. Conforme o autor, as pressões vindas seja das circunstâncias, seja da realidade social (ou material) são fortes, a realização de certas práticas pode levar à transformação completa das representações, caso os indivíduos avaliem que a nova situação é irreversível e não será possível voltar a práticas anteriores.

Nas situações em que as novas circunstâncias são percebidas como irreversíveis e, portanto, definitivas, diminuem as possibilidades dos atores sociais manterem o seu antigo sistema de representações quando as suas características centrais se mostram conflitantes em relação aos novos dados. As novas práticas impõem a sua natureza e geram uma transformação progressiva da representação para que se restabeleça o equilíbrio cognitivo do indivíduo.

Em outras circunstâncias, a situação pode ser percebida como temporária e excepcional, o que torna possível o retorno às antigas práticas. Neste caso, embora as informações novas possam ser integradas à representação, esta não sofrerá transformações nos seus elementos centrais; a interação com as práticas tidas como provisórias apenas modificará certos conteúdos da representação e não os seus princípios geradores e organizadores.

A compreensão das relações entre estes dois fenômenos supõe um duplo trabalho de análise e conhecimento da natureza de ambos; no que se refere à representação, esta natureza determina a sua significação e papel na interação social bem como a estrutura onde estão incluídos os seus elementos centrais. Quanto às práticas sociais, é necessário saber sobre as suas finalidades (operatória, social ou ideológica), as circunstâncias e tipo de engajamento que solicitam do ator social e se foram impostas ou parcialmente escolhidas. É importante também avaliar se, pela sua natureza, estão em contradição com os elementos centrais da representação social pois, o grau de concordância com estes

determina se haverá modificações profundas nos elementos das representações quando integradas às práticas sociais.

A nosso ver, esta postura na investigação das representações sociais indica que seja o interesse do pesquisador voltado para as suas características enquanto campo estruturado ou como núcleo constituinte das práticas sociais, é necessário considerar que devem ser sempre remetidas às suas condições de produção, ao processo que está sob a formação do seu conteúdo cognitivo. Portanto, a separação metodológica das representações como produto ou processo só deve ser considerada como uma "invenção metodológica" facilitadora da abordagem dada a multiplicidade de aspectos que se oferecem ao estudo das representações.

4

A TRAJETÓRIA EM SANTIAGO

4.1. A PESQUISA

Tendo por objetivo investigar sobre o significado prático da cooperativa numa situação social específica, este trabalho situa-se dentre os que, na área de Psicologia Social procuram abordar os aspectos psicossociais de uma prática social através da representação e das práticas dos seus atores, conforme expresso por estes. Tais aspectos foram considerados na definição do método de pesquisa.

O método utilizado na coleta de dados considerou que, através das representações sociais sobre as cooperativas, buscamos tanto a diversidade como o que é comum e compartilhado das práticas e teorias do senso comum construídas a seu respeito.

Referimo-nos a seguir, em capítulo específico, ao tipo de dados que constituem efetivamente material da nossa pesquisa de campo e que subsidiará as nossas reflexões sobre o tema.

4.2. A base empírica

Com o objetivo de conhecer as teorias implícitas sobre a cooperativa através do discurso dos seus associados, realizamos a pesquisa em cooperativas tanto do setor de produção como de consumo. Tal escolha justifica-se pelo fato de buscarmos o que é comum e compartilhado e, ao mesmo tempo, a singularidade do grupo e do

indivíduo estabelecida pela relação com uma atividade produtiva ou que serve de suporte à sobrevivência num meio particularmente adverso.

Escolhemos os associados da zona rural da ilha de Santiago por considerarmos que, a delimitação geográfica do campo de abrangência da nossa pesquisa, possibilitaria um maior aprofundamento e, conseqüentemente, melhor compreensão da prática do cooperativismo. Nesta região foram criadas as primeiras cooperativas do período após 1974 e, conforme se tem registro, foi a partir destas primeiras experiências que o movimento para a mobilização popular em torno do cooperativismo estendeu-se então para o restante do país. Os associados desta região protagonizam uma prática cooperativista que em muito aspectos se assemelha à dos associados das demais ilhas mas, tanto esta prática como a teorização a seu respeito diferenciam-se pela singularidade que caracteriza os atores, em cada localidade e situação social específica.

4.3. A amostra

A amostra desta pesquisa constitui-se de 15 pessoas entrevistadas em cooperativas da zona rural dos concelhos de Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, Nossa Senhora da Graça em Santiago¹.

Definimos a amostra conforme a perspectiva de apreender tanto as semelhanças como as diferenças entre os sujeitos, reflexos das faces distintas de uma mesma totalidade. Dos entrevistados, 8 são associados de cooperativas de consumo e 4 de agro-pecuária. Numa cooperativa de pesca e outra de carpintaria/marcenaria encontramos mais 2 dos nossos sujeitos e 1 na única

¹ Conforme dados oficiais (INC, 1991), existem 46 organizações do gênero na ilha: 34 desenvolvem atividades no setor de abastecimento; 8 são do setor da agro-pecuária; 1 do de pescas e 1 de carpintaria- marcenaria. Há ainda registro de 2 cooperativas que desenvolvem atividades nos setores de habitação/construção e estudos/consultoria e projetos, respectivamente. As cooperativas que não tiveram os seus estatutos publicados oficialmente estão ausentes do registro oficial e, comumente, recebem a designação de "grupo" ou "associação". Não encontramos um registro oficial definitivo sobre as cooperativas oficialmente reconhecidas e que, por diferentes motivos, neste momento encontram-se paralisadas em suas atividades.

associação de mulheres oficialmente reconhecida que se dedica ao trabalho de reflorestação e pecuária.

De um modo geral, as cooperativas encontram-se localizadas em regiões onde as principais atividades produtivas são a agricultura e a pecuária, simultaneamente. Entretanto, 4 cooperativas de consumo e 3 do setor agro-pecuário encontram-se em localidades onde a agricultura é a atividade principal.

Para a escolha das cooperativas a serem abrangidas por este estudo, consideramos, tanto as indicações dos técnicos do INC cujas atividades profissionais exigem o contato permanente com associados ou dirigentes das cooperativas como as facilidades de contato com os associados (avaliadas a partir de visitas iniciais realizadas às localidades). Outro aspecto importante nesta escolha refere-se às possibilidades de acesso às localidades devido tanto às condições físicas das estradas e caminhos como, ainda, às condições materiais (veículo, motorista e combustível) postos à disposição, pelo INC, para a realização do trabalho.

Para as entrevistas, tomamos como critério a condição do entrevistado como associado efetivo da cooperativa que, de acordo com as Bases Gerais das Cooperativas, é adquirida mediante o pagamento de uma jóia social, conforme a lei e a indicação dos cooperadores que se referiam a esta condição como "aquela jóia que pagamos" ou "aquele dinheiro que pusemos, no início". Consideramos este registro oficial como uma indicação efetiva da vinculação da pessoa à cooperativa.

4.4. A trajetória do trabalho de campo

As etapas do trabalho de campo foram definidas de forma a que, no conjunto, permitissem apreender o conhecimento prático dos associados sobre a cooperativa. Foi necessário, por conseguinte, seguir a sua trajetória enquanto atores que, nas suas práticas e linguagem próprias concretizam a idéia de cooperativa.

Iniciamos o trabalho de campo com o contato com o INC (direção e técnicos) com o objetivo de criar as condições materiais para a realização da investigação junto aos membros das cooperativas. A seguir, realizamos contatos com as cooperativas através de visitas, seja com os técnicos que trabalham com o terreno ou em deslocações individuais às localidades. Por fim, realizamos novamente visitas às cooperativas para colher as entrevistas.

4.4.1. Primeiro, o Instituto

Num primeiro momento, realizamos alguns encontros com os técnicos do INC nas instalações do próprio instituto com o objetivo de apresentar a proposta da pesquisa e conhecer o trabalho que desenvolvem com as cooperativas. Com estas atividades, procuramos, basicamente, entender a situação atual das cooperativas em Cabo Verde e recolher informações mais precisas sobre aspectos organizativos e de funcionamento das mesmas. Nesta etapa, recolhemos dados mais atualizados sobre o número de cooperativas existentes conforme os setores em que atuam. Verificamos que estes dados não eram conclusivos quando confrontados com a opinião dos técnicos; em alguns casos, enquanto os dados davam conta de que a cooperativa encontrava-se em funcionamento ou paralisada, os técnicos tinham apreciações diferentes sobre a questão. Os critérios que deveriam configurar tais situações suscitavam dúvidas e discussões frequentes fazendo emergir alguma problemática na forma de ver o papel e as funções das cooperativas e, pudemos verificar a sua associação com o momento de mudanças nas formas de relacionamento destas com o Estado (representado pelo INC). Não podendo contar com dados definitivos a este respeito, tomamos como referência os que nos foram fornecidos e procuramos verificar -através das observações no campo- a situação concreta das que suscitavam as maiores dúvidas.

Ao tomar conhecimento dos objetivos da investigação e dos procedimentos que pretendíamos adotar na coleta de dados, os técnicos faziam observações,

principalmente procurando indicar as cooperativas que deveriam ser visitadas e cujos associados deviam ser entrevistados. Conforme o profissional, eram citadas as que são consideradas modelos do sucesso ou as que, por algum motivo, tiveram as suas atividades paralisadas. Verificamos que, as indicações, baseavam-se numa percepção específica de indivíduos que dirigem outro foco ao tema, a partir do lugar que, em relação a este, ocupam².

4.4.2. Os primeiros contactos

Neste período inicial também acompanhamos os técnicos em suas deslocações a serviço junto a cooperativas do interior da ilha de Santiago. Esta atividade não seguiu um roteiro sistemático pois, frequentemente, tínhamos de verificar - momentos antes da partida- se as condições materiais postas à disposição para a viagem permitiam a nossa deslocação, sem prejuízo do trabalho dos técnicos. Tivemos oportunidade de, neste primeiro momento, conhecer 4 cooperativas de consumo, 1 de agricultura e pecuária e 1 de pescas. Estas ocasiões permitiram observar as atividades realizadas pelas pessoas em torno da cooperativa bem como as características físicas do local considerado como "a cooperativa" e a região em que se encontra inserida.

Verificamos que as cooperativas de consumo na verdade se constituem em pontos de venda de produtos e encontram-se fisicamente representadas pelo edifício em que funciona a "loja" . A de produção agrícola e pecuária, é o campo de agricultura para onde nos deslocamos e onde também se encontram o armazém e as instalações que servem de escritório e local de venda da produção. No caso da

² Concomitantemente a estas atividades, realizamos pesquisa bibliográfica na biblioteca do INC e Arquivo Histórico Nacional para levantamento de material escrito sobre o tema Cooperativas ou Cooperativismo (jornais, revistas, documentos oficiais como Decretos-Lei e Boletins Oficiais e publicações do PAIGC e PAICV). A convite, participamos ainda de reuniões de reflexão sobre a situação atual do cooperativismo em Cabo Verde e perspectivas futuras, organizadas pela direção do instituto e com participação dos técnicos. Durante este período também realizamos entrevistas com 4 fundadores do movimento cooperativo em Cabo Verde, antigos militantes do PAICV que tiveram um papel importante na criação e desenvolvimento das cooperativas após a independência.

cooperativa de pesca, o encontro realizou-se na casa que serve de escritório e armazém dos materiais utilizados na pesca.

Observamos que, nas cooperativas de consumo, os técnicos do INC realizavam atividades de controle de contabilidade e de entrada e saída de produtos junto com o balconista e o dirigente da cooperativa e, ao mesmo tempo, auxiliando ambos nas dúvidas de como manter em ordem o controle do movimento diário na loja da cooperativa. Em alguns casos, o trabalho era realizado só com o balconista ou, então, reunia várias pessoas que ocupam cargos dentro da cooperativa (como secretário e demais membros da direção). Na cooperativa agro-pecuária, o contato teve como objetivo verificar o andamento da criação da caixa de poupança e resultou numa conversa informal com o presidente e a responsável pela contabilidade. Na de pesca, participamos de um encontro promovido pelo técnico do INC entre os membros desta cooperativa e um grupo de pescadores de outra localidade que pretendiam criar uma cooperativa (o processo formal estava em andamento no INC) e, por isso, estavam interessados em conhecer a experiência dos primeiros. Na reunião, foram discutidas as etapas necessárias à formação da cooperativa, a forma de organização do trabalho adotada no barco e as funções e responsabilidades de cada membro em relação ao barco e à cooperativa em si. O presidente da organização dirigiu toda a reunião e, com base na experiência do grupo, acentuou as ações que prejudicam o funcionamento da cooperativa e deveriam ser evitadas pelos novos candidatos.

Após estes primeiros contactos, estabelecemos, no INC, um roteiro próprio de visitas a outras cooperativas, procurando cobrir as que se encontram localizadas próximas entre si, numa mesma região, e podiam ser visitadas num mesmo dia. O roteiro de deslocações foi elaborado tendo em consideração a necessidade de maximizar os recursos postos à disposição pela instituição, para a realização deste trabalho.

Nesta etapa, abordávamos os membros que se encontravam na loja da cooperativa (no caso das de consumo) ou, quando se tratava de cooperativas de produção, no seu local de trabalho. À nossa apresentação, invariavelmente nos era

perguntado se estávamos a fazer algum trabalho para o INC. Todas as pessoas contactadas identificavam imediatamente o veículo em que chegávamos como pertencente ao INC e o motorista que nos acompanhava como seu funcionário. Podemos dizer que a familiaridade deste com os membros de todas as cooperativas que visitávamos era um fator de facilitação neste primeiro contato em que, imediatamente, estabelecíamos uma conversa sobre a cooperativa ou sobre a região. Por algum tempo, acompanhávamos as atividades que se desenvolviam durante a nossa permanência e o contato entre as pessoas que ali se encontravam ou para lá se deslocavam, atraídas pela presença do carro do INC ou para realizar alguma tarefa na cooperativa. As conversas entre o motorista e seus conhecidos do local também traziam conteúdos interessantes sobre a cooperativa ou assuntos do cotidiano da região como, por exemplo, a disponibilidade de trabalho naquela época do ano, a qualidade do período das chuvas ou notícias sobre alguém conhecido.

Neste período inicial, começamos a verificar que, quando tema de conversa, a cooperativa de abastecimento suscitava queixas da parte de seus membros no sentido da "falta" e das suas dificuldades. Imediatamente eram trazidas as preocupações com o trabalho, com a falta de chuvas e as Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra abertas regularmente pelo Estado. Podíamos perceber também as expectativas em relação à função do INC no sentido de resolver problemas de relacionamento entre membros ou dificuldades de abastecimento em produtos. Nas cooperativas de produção, o tema principal referia-se ao trabalho que a cooperativa desenvolve e a preocupações com a produção devido às pragas nas plantações, por exemplo.

Esta fase do trabalho foi realizada em aproximadamente dois meses. A partir deste contato, pudemos levantar a hipótese da existência de algumas singularidades entre as percepções dos membros de cooperativas em funcionamento ou que se encontravam paralisadas e, igualmente, em relação aos diferentes setores em que atuam. Foi possível também registrar em maior detalhe, as difíceis condições econômicas da maioria das pessoas nas localidades visitadas e a impossibilidade de permanecer nos locais durante a próxima etapa, conforme propuseramos antes do

início do trabalho de campo. No final de cada viagem, de volta à capital, os encontros eram registrados num diário de campo.

Esta primeira fase de trabalho serviu para consolidar algumas percepções anteriores que tínhamos sobre as cooperativas na sua relação com o INC e, principalmente, estabelecer algumas diretrizes de condução da investigação posterior junto aos membros, individualmente.

4.4.3. As entrevistas

As entrevistas tiveram como objetivo captar as representações sociais dos membros sobre a cooperativa. Foram realizadas mediante um roteiro de questões, utilizado pelo seu papel de facilitador, fio condutor da comunicação e elemento de ligação, aproximação e ampliação dos diferentes momentos do encontro (Minayo, 1993). Os tópicos foram definidos visando a apreensão do ponto de vista dos cooperadores, de acordo com os objetivos da pesquisa e de modo a permitir a emergência do material através do qual se revelam as representações sociais.

A escolha da entrevista como método de investigação deve-se à sua possibilidade de fornecer dados objetivos e subjetivos referentes a comportamentos, crenças, idéias, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir e de pensar e suas razões conscientes e inconscientes. Para além destes aspectos, a entrevista é também um instrumento importante de recolha de dados pois permite a revelação de modelos culturais interiorizados que refletem o carácter histórico e específico das representações sociais(op. cit., 1993). Quando adotada na sua forma menos estruturada (ou semi-aberta), possibilita que o nível sócio-afetivo-existencial possa surgir e ser comunicado. Com estas características, correspondia às necessidades do campo e orientações gerais da nossa pesquisa.

A abordagem era feita por ocasião das primeiras visitas e, quando escolhido o sujeito, novamente apresentávamos os objetivos do nosso trabalho, destacando que a entrevista deveria ser individual.

As entrevistas foram registradas com auxílio de gravador e fita cassete. O único sujeito que solicitou o registro de anotações por escrito ao invés de gravador, foi o membro de uma cooperativa de consumo que se encontra paralisada³.

O local para a realização das entrevistas era escolhido de acordo com as disponibilidades apresentadas pelo sujeito. Quase todas tiveram lugar nas próprias instalações da cooperativa (loja, no caso das de consumo e escritório ou campo de agricultura quando se tratava das de produção). Em nenhum caso foram registradas interrupções que prejudicavam o seu andamento; o balconista da loja concedeu a entrevista num período de pouco movimento e houve apenas duas interrupções de cooperadores que foram fazer as suas compras e se retiraram a seguir; o membro da cooperativa de carpintaria/ marcenaria e o da de pescas marcaram o encontro nas sedes das respectivas cooperativas num domingo em que havia um importante jogo de futebol com transmissão ao vivo pela rádio, principal motivo apresentado para explicar a ausência de pessoas nos locais escolhidos, estando algum visitante ali.

Em dois casos, o membro de um grupo de pescas e a cooperadora de uma de consumo sugeriram como local a própria casa onde o movimento de pessoas (crianças, principalmente) no local, em torno das pessoas envolvidas na entrevista, foi mais significativo. O membro de uma extinta cooperativa agro-pecuária aguardá-va-nos sentado em baixo de uma árvore perto da fonte, no meio do campo, cultivado agora em parcelas individuais e, em outro caso que se tratava igualmente de uma cooperativa agro-pecuária extinta cujo terreno foi devolvido ao dono, sugerimos mudança de local pois o lugar indicado pelo sujeito não oferecia as mínimas condições⁴.

Em apenas 3 ocasiões foi possível marcar entrevistas com mulheres mas, uma das senhoras (ex-membro de uma cooperativa de consumo que se encontra

³ Esta solicitação foi acatada bem como a de enviar posteriormente, pelos correios, as anotações devidamente organizadas e tomadas legíveis, pela pesquisadora.

⁴ o sujeito propôs que nos instalássemos no interior de um quarto onde se encontrava uma criança que permanece deitada na cama, vítima de uma doença que a imobiliza e prejudica o seu desenvolvimento psico-motor. Verificamos posteriormente que esta entrevista girou em torno do tema da desgraça que se abateu sobre os membros devido às investidas do dono para recuperar a terra em que tinha sido criada a cooperativa.

paralisada), no dia marcado para a entrevista, alegando que não saberia dizer nada sobre a mesma, sugeriu que conversássemos com um antigo dirigente. Após alguma insistência, acatamos a nova situação cientes de que dificilmente teríamos condições de retornar ao local durante o período previsto para a realização do trabalho de campo. Num segundo caso, a entrevistada insistiu para que o marido (que chegou durante a entrevista) participasse e, depois, envolveu também 3 membros da cooperativa que se deslocaram à sua casa durante o encontro. Após algum tempo, o marido se retirou, restando apenas os demais que permaneceram até ao final. Observamos que a mulher é um dos membros da direção da cooperativa mas chamou-nos a atenção o fato de precisar da participação dos homens para falar da cooperativa. Estes sujeitos pertencem à única cooperativa de consumo da nossa amostra que é dirigida por uma mulher.

Apenas a mulher, membro de uma associação de mulheres, concedeu entrevista individual, durante a qual, salientava que fizeram tudo "sem a ajuda dos homens" e estes apenas tinham colaborado (mediante pagamento) na construção do aviário, ficando com os serviços pesados que as mulheres não podiam realizar.

Num outro caso (também referente a uma cooperativa de consumo extinta), marcáramos com um senhor mas participaram também a balconista e mais 2 senhoras que apareceram no local no momento da entrevista visivelmente com essa intenção. Durante a entrevista, porém, afastaram-se e retomaram os seus afazeres de modo que esta é uma entrevista iniciada e terminada pelo mesmo sujeito. Observamos que, aqui, pela primeira vez o sujeito refere-se ao fato de que ele era o "sócio" da cooperativa mas a sua mulher é que ali fazia as compras. E acrescenta que os "sócios" eram os chefes de família, não fazendo referência a nenhuma mulher da localidade que se encontrasse nesta condição e fôsse membro da cooperativa.

4.5. A Análise dos Dados

Para a análise dos dados foram escolhidos os temas indicados pelos discursos e que facilitariam a compreensão da construção do sentido.

Estes temas foram reconhecidos quando, primeiro, destacamos os fragmentos dos discursos nos lugares em que a palavra cooperativa foi mencionada e procuramos identificá-los pelo conteúdo referido em torno da palavra.

Com este trabalho, evidenciamos tanto os assuntos tratados como a retórica de justificação do seu conteúdo e os sujeitos identificados como estando envolvidos na ação de cooperar, conforme a atuação que lhes é conferida.

Em termos gerais, o tema "origem da cooperativa", foi tratado por todos os entrevistados e, por ele, foi possível evidenciar a justificação histórica dada à criação da cooperativa, os intervenientes e suas iniciativas. Por este mesmo tema, abordamos as questões emergentes sobre o mando e a liderança, trazidas a partir da referência ao papel dos intervenientes identificados pelos sujeitos como protagonistas do ato de cooperar. Em relação às cooperativas agrícolas, emergiu o conflito da terra diretamente associado à sua criação a qual, à semelhança das de consumo, remete às questões sobre as formas de exercício do poder. Procuramos indicar qual o sentido das responsabilidades na cooperativa, conforme indicado nos discursos pois, sendo formalmente estruturas democráticas, presume-se que os associados devem cumprir o princípio de "um homem, um voto". Através deste tema, é possível reconhecer a forma como, para o entrevistado, são cumpridas as responsabilidades e seus atores.

Com o título de "uma loja que nos serve", para as cooperativas de consumo e "beneficiários" nas de produção, evidencia-se as funções atribuídas às cooperativas, o benefício que deve trazer e o ponto de vista dos entrevistados sobre quem são ou devem ser os seus beneficiários.

"A loja e o trabalho" e "o trabalho na cooperativa" destacam a relação que os cooperadores estabelecem entre ambos e indica as motivações dos cooperadores

com relação à cooperativa e as relações desta com o sistema de produção e os significados sociais do trabalho.

"O lugar do encontro e do lazer" evidencia como a materialidade deste objeto social marca, simbolicamente, um sentido que, pelos entrevistados, a cooperativa tem para toda a comunidade e indica as discrepâncias entre o papel que é lhe é socialmente atribuído e as inicialmente indicadas.

Por fim, os fragmentos do discurso foram retomados para neles se identificar em que consiste a ação de cooperar, para os cooperadores, tomando-a como uma ação que envolve sujeitos que estabelecem entre si determinadas relações e definem as suas atuações no conjunto.

5

UMA LOJA PARA O POVO

Ao analisar as entrevistas, identificamos alguns temas cuja emergência no discurso dos sujeitos elucida acerca das representações sociais da cooperativa. A cada tema atribuímos uma designação que pudesse esclarecer sobre o conteúdo trazido pelos sujeitos.

5.1. Construtores e operários

A memória é recente e, mesmo quando não guardou a data precisa do calendário, registra a origem e a criação da cooperativa pelo momento em que "O INC resolveu fazer a cooperativa" e, "então, veio para cá.", como conta C1. Para os cooperadores, na sua origem, a cooperativa é uma idéia que "veio", trazida por outrem, pessoas de fora da comunidade, representantes do Estado ou do Partido que assim as fizeram chegar às comunidades do interior. Deste começo, C8 registrou que, "Primeiro foi o PAICV que 'saiu' com coisas de cooperativa", enquanto C4 identifica a pessoa que primeiro lhes falou da novidade: "Veio (a idéia) de um que era 'cabeça'¹ de todas as cooperativas do concelho(...). Ele se juntou a nós e perguntou-nos se queríamos arranjar uma cooperativa, nós dissemos que sim". Do mesmo modo, C7 conta que a idéia de cooperativa foi-lhe transmitida por "um homem que se chama L(...)" que à localidade se deslocara acompanhado por outro e, por isso, é-lhe possível comparar a situação: "soube da cooperativa depois que eles vieram(...) que falaram para entrar na cooperativa (...) daí, seguimos na cooperativa mas, antes, não tinha idéia."

¹ Termo usado em crioulo para designar a pessoa que está à frente, o chefe ou responsável por algum grupo ou ação.

O cooperador **C4** refere-se a um padre como sendo a pessoa que, servindo de porta-voz da comunidade, teria sugerido a idéia a um funcionário do INC e militante do partido que encaminhou a solicitação á instituição.

Por seu lado, a comunidade a que pertence **C6** tomou contato com a nova idéia quando, conforme conta, *"aqueles grupos que vinham trabalhar aqui² (...) explicavam-nos o que é cooperativa, isso e aquilo(...) e foi aí que começamos a entrar na cooperativa."* Por causa da forma como foi abordado, o cooperador conclui que, para uma pessoa *"aceitar entrar"* na cooperativa, é preciso que alguém venha lhe dizer o que é e qual o seu interêsse, ou seja, para que serve.

Sobre o conteúdo desta idéia transmitida, os cooperadores dão-nos conta do sentido atribuído pelas pessoas que, no caso de **C1** foi percebida como uma intenção dos outros de colaborar com o povo da sua região para *"fazer uma cooperativa para o povo daqui mesmo"*.

Ao referir-se diretamente aos seus elementos ideológicos, os cooperadores remetem-se ao entendimento inicial das pessoas. **P1** que também pertenceu a uma cooperativa de consumo menciona assim à perspectiva dos antigos cooperadores:

"Não me esqueço que o X³ tinha vindo passear aqui um dia(...) De modo que, quando chegou, ofereceu-nos 50 contos⁴ de ajuda(...) Mas uns calaram-se, outros recusaram terminantemente porque ainda não se sabia das coisas que diziam, comunismo, comunismo, comunismo! Cada um dizia o seu e foi-se dizendo aquelas coisas: 'Oh, é para tomar a mulher deste, é para tomar a mulher daquele!' Pela sua mulher, o badiu briga! Daí, ficou-se com medo e... e, quem tem terra, vai-se tomar, vai-se fazer isso e aquilo... ali mesmo 'deu-se aquele receio(...) Contra a igreja, contra isso, aquilo... a nossa gente é toda católica de forma que aquilo atrasou as coisas um bocado. Bom, legal, mas, passados 2 meses, faltou açúcar(...) não havia açúcar, não havia açúcar... e nós, amantes do nosso

² Refere-se aos grupos de militantes do partido que deslocavam-se às comunidades para o trabalho de mobilização e conscientização política.

³ Todos os nomes de pessoas que possam ser identificadas foram substituídos por letras.

⁴ Cinquenta mil escudos caboverdeanos.

café... cada um se queixava, cada um se queixava e, um belo dia, um dos sócios- hoje já morto-, chegou e estava a dizer-me essa coisa, eu disse-lhe: 'Oh, já devíamos estar com esse açúcar nas mãos! Está lá, está lá, nós é que o recusamos!' Ele disse: 'Nhô! Que dia é que eles podem vir aqui?' Eu disse: 'Tal dia eles podem vir aqui'. Ok, quando vierem, eu vou-lhes fazer 'queixa' sobre o açúcar'. De fato, eles vieram visitar-nos naquele dia e, daí, disse: 'Temos falta de açúcar. Arranjem-nos açúcar e coisa que queremos aquela ajuda. Daí, de fato viemos a ter 25 contos (25.000\$00) Sim, foi nos dado açúcar, outras coisas em gêneros. Aqueles 25 contos só em gêneros.

Nas palavras de C6, o projeto político, social e de desenvolvimento econômico subjacente à proposta do cooperativismo em Cabo Verde foi assim interpretado pela sua comunidade:

"As pessoas até confundiram quando... porque, no início da independência, havia muita gente que recusava a independência, não queriam a independência e diziam: 'Ah, é comunismo que vem para a terra!' Quando veio a cooperativa, muita gente disse que era comunismo. Que era para vir tomar as coisas das pessoas, para juntar e ir pôr lá que, depois, ia-se pôr lá para ser dividido a... aos poucos! Como, por exemplo, eles disseram que tem um país em que se faz, trabalha... o povo trabalha na agricultura e, depois, vai, junta-se as coisas, divide-se... conforme fôr a quantidade de famílias(...) Muita gente confundiu isso. Por isso é que, no princípio, muita gente, por exemplo, recusou-se a entrar 'diretamente' na cooperativa mas, daí, com a motivação, muita gente viu que, de fato, não era comunismo".

O próprio cooperador atuou de acordo com as argumentações que circulavam na comunidade conforme relata: "quando explicaram mais ao menos o que era a cooperativa, até eu(...) ofereci um pedacinho do terreno para a cooperativa(...) Mas, daí, acabei por não dar. As pessoas diziam que era comunismo, que iam tomar, que já tinham tomado aquele pedacinho é porque iam tomar tudo depois. Já me tinha comprometido com o pessoal da Praia mas, aí, não dava para isso(...) parece-me que se eu tivesse perguntado, diziam que não havia problemas".

Segundo C1, com o tempo, o entendimento das pessoas mudou porque, *"Quando foi criada a cooperativa, (...) não havia dúvida(...) aí viu-se que, de fato, (...) a cooperativa tem outra idéia! Idéia de divisão, de juntar tudo e dividir o dinheiro"*.

C8 traduziu-a da seguinte forma:

"Isso já é uma ciência' do trabalho de Cabral⁵ que mostra 'de ser' uma cooperativa. Nem eu conheço bem (...) mas ele disse que a cooperativa é um centro do povo. É um centro do povo para se 'negociar'⁶. Então, se tem lucro, o lucro fica para nós, né".

A concepção da cooperativa e a criação de condições para a materialização idéia são tidas como atribuições dos seus construtores⁷, identificados como o Estado e o Partido que, através dos seus funcionários e militantes, respectivamente, procuram mobilizar a população em torno da nova proposta.

Quanto aos cooperadores, os segundos personagens do conjunto, no processo de criação das cooperativas, cabe-lhes a atribuição de serem os operários deste novo empreendimento, agentes que, através da sua ocupação manual, devem realizar o que os primeiros conceberam e formularam.

Em diversos momentos dos discursos, verifica-se como é percebida a contribuição dos cooperadores, em termos ideais, os sujeitos da prática social do cooperativismo. Diz-nos C6 : *"Fizemos parede, tudo. Fizemos tudo aqui!(...) Todos os sócios!(...) Já éramos sócios. Havia uma casa popular onde se vendia, uma casa pequena que ficava aí em cima... onde se vendia. Então, nós nos juntamos, viemos... cavar o chão... e fizemos a cooperativa!"* Para o cooperador C1, a contribuição dos sócios aconteceu depois que o INC escolheu o espaço onde seria construída e, dirigindo-se à igreja, reuniu todos para fazer a cooperativa: *"(...) Deu-se ajuda de carradas de pedra(...) dia de trabalho de sábado"*. Os motivos para esta contribuição

⁵ Amílcar Cabral, herói nacional, ideólogo e fundador do PAIGC, principal mentor da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde.

⁶ Fazer compras

⁷ Adotamos o significado da palavra que consideramos esclarecedora do conteúdo apreendido do discurso dos cooperadores. Partindo das definições encontradas no Dicionário Aurélio (Ferreira, 1988), consideramo-los como aqueles que concebem, dão a estrutura, organizam e procuram dispor as peças de uma construção de acordo com algumas regras pré-estipuladas.

vêm, a seguir, acompanhados de uma avaliação sobre a importância desta construção em que destaca os aspectos materiais: *"Porque era nossa vontade que tivéssemos cooperativa(...) Mas pagou-se muito, essa cooperativa gastou muito(...) Gastou milhões e milhares(...) Mas, também, ouvi dizer que é a melhor cooperativa construída! Foi 'bem paga'(...) O INC é que nos ajudou(...) O próprio S. é que veio. Tem uma estrada aqui que foi feita... Essa estrada é da cooperativa. Eu mesmo é que vim com a máquina..."*

No caso do cooperador C3, a construção da cooperativa representa a última tarefa que realizaram antes de se extinguir: *"Quando era naquela casa arrendada, fazia-se reunião mas, aqui nesta cooperativa, aqui só nos reunimos para fazê-la".* A construção é realizada no meio à emergência de um conflito que opõe cooperadores e INC: *"O INC disse para a cooperativa pôr as pedras... compraram-se as pedras, foram trazidas e tudo e o INC não pagou.(...) Eles próprios disseram que era para ir quebrar (pedra), para vir 'circular' toda a cooperativa que pagariam. Quando já estava tudo 'circulado, não pagaram. Não pagaram... eles (rapazes da região) vieram tirar todas as pedras e foram fazer as suas casas".* Quando o novo edifício ficou pronto, *"Já não éramos mais nada, já não estávamos mais lá"*, considera o cooperador, ao mesmo tempo em que separa a experiência em duas cooperativas: primeiro a da casa arrendada e, por fim, a que construíram e que, segundo ele, já não lhes pertencia: *"A mudança aconteceu porque passamos para esta cooperativa nova"*, diz o cooperador. Este momento de ruptura coincide com uma tentativa de mudança de estratégia por parte do INC que substitui o antigo balconista por uma pessoa de sua confiança, não pertencente à comunidade e determina o fim do sistema de vendas a crédito na loja da cooperativa. Estas mudanças provocam uma reação por parte dos cooperadores, familiarizados com uma prática mais simples e, no seu entender, adaptada às suas necessidades imediatas e ao que, até ao momento, entendiam como sendo as funções da cooperativa..

Construtores e operários mantêm entre si relações que, estabelecidas sob o fundamento da hierarquia e da separação entre **ter**, **saber fazer** e **executar**, não permitem alterações sem que uma das partes se sinta prejudicada e incapaz de

realizar as novas atribuições que a outra propõe, como nos ilustra o caso acima relatado. Nesse momento, não existe possibilidade de conciliação entre os interesses pois, os cooperadores, operários, executores da idéia, estabelecem uma relação direta de usuário-loja, enquanto o INC pretende que esta funcione em moldes que, para os primeiros se revelam complexos ou desprovidos de utilidade prática.

A participação diferenciada dos dois principais atores identificados pelos sujeitos caracteriza as relações de poder, a forma como é exercido o mando e a liderança nas cooperativas de consumo.

O Estado (INC) e o Partido são apontados pela maioria como os principais responsáveis pelas cooperativas pelo papel que exerceram para a sua criação e funcionamento desde a independência. A este respeito, é muito elucidativo o argumento do ex-cooperador C3 quando reflete sobre as responsabilidades em relação ao que restou da cooperativa:

"A cooperativa é... vocês têm que vir reerguê-la novamente. Vocês (INC). Eles é que tinham posto, eles é que têm de pôr novamente. (...) É do INC... é do INC. Eles é que punham o negócio, o negócio era do INC. Agora... a cooperativa e... a casa é nossa. (...) A questão é... é só eles virem abrir a cooperativa... Que o INC venha abrir a cooperativa! O povo quer! Se o INC não vier, fica como está aí! Quem é que vai abri-la? Quem!? Ninguém abre! Se o INC não vier, vai ficar assim!"

Sobre o funcionário do INC responsável pelo controle das atividades de todas as cooperativas da região, tem um entendimento particular a respeito das suas funções, identificando-o como se fôsse o presidente da cooperativa: *"... aquele que é chefe da cooperativa, que manda na cooperativa... Todo o balconista tem o chefe que manda nele... como naquele tempo lá, tinha o I. Às vezes, vinha fazer vistoria e, depois,... ajudava a apoiar em alguma coisa. Às vezes vinha visitar a cooperativa, como está, como está o funcionamento e tal..."*

Alguns cooperadores, como C1, identificam a figura de um líder natural da comunidade cuja função é a de servir de interlocutor com o INC e, no seu caso, trata-se de uma mulher muito religiosa que, para o cooperador tem as seguintes qualidades:

"A presidente é que comanda a cooperativa. Desde o início essa presidente, a nna L. é que é a presidente da cooperativa. Ela... todas as coisas que estão aqui, ela é que toma conta das coisas da igreja, ela é que toma conta de todas as coisas. Sim, porque ela é uma boa mulher, todos nós a consideramos muito, todas as pessoas a consideram, é uma boa mulher, dirige tudo bem. Todas as pessoas lhe dão atenção⁸ porque é uma boa mulher".

As decisões sobre a cooperativa são tomadas pela presidente junto com os funcionários do INC e, os cooperadores têm a responsabilidade e obrigação de *"irem à reunião quando lhes mandam"*.

Como ex-cooperador, C2 considera que as dificuldades da cooperativa devem-se, em grande parte, às fracas capacidades técnicas e de conhecimento de gestão e cooperativismo do presidente e às atitudes dos sócios. Ilustra a sua opinião com a sua própria experiência anterior como presidente da cooperativa:

"Eu como membro e presidente da cooperativa, eu tinha um papel importante a desempenhar que era sensibilizar os sócios a quitarem as suas dívidas e, ao mesmo tempo, cumprirem as suas tarefas dentro da cooperativa(...) mas, infelizmente, porque os sócios pensam que a cooperativa é deles(e como de fato é), não aceitam a orientação do presidente, simplesmente porque dizem: Isso é nosso! E porque é que você quer nos obrigar a fazer isso? Você não pode obrigar! Mas, tudo isso acho que o problema básico foi não ter uma formação cooperativista; faltou conhecimento básico de como deve funcionar uma cooperativa.(...)

Normalmente, uma pessoa que se encontra à frente de uma cooperativa deve ter conhecimento do que significa gestão. O fato de não saber o que é uma cooperativa, o que significa administrar sem ser dono ou representante dos donos foi a maior causa do fracasso. Penso que tudo isso contribuiu para o fracasso da cooperativa".

⁸ Respeitam o que ela diz e faz.

Segundo este cooperador, por INCapacidade de gestão é que os sócios sempre consideraram o INC como "a cabeça da cooperativa" e, os seus "elementos" são vistos como a direção.

Novamente, aponta para os problemas de mando e liderança na sua cooperativa, envolvendo outros personagens como o balconista:

"Eu penso que isso nunca chegou a uma mentalidade correta dos sócios dizerem que a cooperativa é deles. Eu... por exemplo, se eu fôr criar uma cooperativa, tenho, pelo menos tens que ter um gerente que gere... que domina o balconista.

Se fôr uma cooperativa que tem um bom movimento... bom, uma cooperativa forte que tem o mínimo da capacidade... de gestão! Não ter uma pessoa... só porque sabe ler e escrever... pô-la a gerir uma cooperativa! Porque, normalmente, é uma coisa que contribuiu um bocado para... o fracasso da cooperativa. Por exemplo, nesta cooperativa (...) porque nós éramos da direção, estávamos metidos na gestão... fazíamos a gestão, não conhecíamos... às vezes...podes até comprar um produto mais e vender mais barato do que aquilo que compraste! (...) Má gestão! Contribuiu muito para o fracasso desta cooperativa!"

O cooperador C6 também considera a forma como a antiga direção e alguns funcionários do INC que cuidavam a organização da cooperativa como responsável pelo seu funcionamento deficiente que a direção atual procura corrigir, adotando novas estratégias, as quais procura descrever:

"Bem, quem não cumpriu... talvez nós! Se... talvez nós não, talvez tenha sido a cooperativa! Mas, com a 'má dirigência', com a má coordenação daquele que estava á frente(...) Porque ele... foi a pessoa daqui mesmo que se influenciou. Quem veio de longe... para já, não quero mencionar nome nem de Pedro nem de Paulo mas, as pessoas que vieram de longe(...) que vieram, fizeram todas aquelas promessas mas trabalharam mal na gestão, também!"

Bom, nós nesta direção... normalmente foi nesta segunda cooperativa. Não sei contar como foi escolhida a direção da primeira. Mas, a nossa segunda cooperativa(...) quando foi feita a segunda cooperativa, então, aquele

coordenador(...) ele chegou a dizer que a cooperativa não pode ficar sem direção, sem controle, sem nada. Mas, o pessoal, como está desmotivado(...) com aquela outra cooperativa anterior, então, as pessoas não apareceram".

Na cooperativa de C4, antigo posto de venda de outra organização do gênero na região, uma ação dos sócios é considerada exemplar para o cooperador, quando se refere à orientação sobre os destinos da cooperativa:

"Desde o início que eu sou sócio desta cooperativa(...) os sócios pediram independência para criarmos cooperativa, para ficarmos independentes. Nós... nós víamos o nosso lucro, sabíamos como é que estava(...) Então, os sócios, todos os sócios, nós nos juntamos e dissemos: 'Não! Então nós pedimos a nossa independência e ficamos... e tiramos esta parte porque esta cooperativa... pode trabalhar!

Aí, desde (...) que nós trabalhamos independentes de outra cooperativa. Ficou só esta cooperativa, nós não temos... não somos ligados a mais ninguém!"

Conforme C4, a desistência do antigo presidente em manter a liderança da cooperativa deve-se ao fato de ter montado a sua própria loja e, esta atitude foi condenada pelos seguintes argumentos:

"Ele foi o primeiro que tivemos. Ele foi presidente(...) Mas, ele depois montou a sua loja... Daí, depois que montou a sua loja, os sócios até disseram que não, que uma pessoa, depois que montou a sua loja, já não é mais da cooperativa(...) Ele também achou que ficava melhor com a sua loja, pronto! Ele foi montar a sua loja.(...) Porque aquele homem, desde que ele era presidente, devia ter tomado medidas para a cooperativa!"

Remetendo-se à prática da sua cooperativa⁹, C4 aponta o que considera como qualidades da pessoa que, atualmente, exerce a liderança entre os cooperadores:

"B. não trabalhava aqui. E... depois é que ele entrou. E B. está com... ainda... há um ano que nos deu este apoio. Quer dizer, desde o início da cooperativa, ele

⁹ Que, segundo C4, fora alvo de 3 roubos consecutivos.

era... era um parceiro da cooperativa mas, só... hum, no começo, ele era... Mas, depois, ele trabalhava fora, depois, ele deixou de trabalhar fora e, então, ele entrou aqui a trabalhar também(...) para nós resolvermos todos os assuntos da cooperativa através dele!

Depois daquele roubo,(...) o senhor B. é que nos deu este apoio.(...) Ele deu-nos este grande apoio, em dinheiro... deu-nos apoio em aguardente, apoio de batata... então, assim é que pudemos 'levantar'. Ele pôs e... quando, á medida que fôr 'caindo' e não der prejuízo para a cooperativa, ele vem tomar o seu dinheiro. Está tudo escrito no papel! quando houver dinheiro, é para nós lhe pagarmos(...) Foi o único apoio que tivemos.

Nós tínhamos dinheiro no banco e ele mesmo é que nos disse para não levantarmos aquele dinheiro do banco porque... se o levantássemos, provavelmente teríamos prejuízo. Ele deu-nos aguardente, batata, deu dinheiro... ele próprio foi ao banco, foi fazer compras e trouxe aqui para a cooperativa! Tudo! A partir daí é que tivemos este movimento na cooperativa.¹⁰ "

O cooperador C7 considera que, como acontecia na sua cooperativa, quem "manda" é quem vem de fora e remete-se à sua experiência para definir quem, a seu ver, deve "mandar e quais as atribuições dos sócios na escolha:

"Tem aquele L. que vem e diz:'Tem reunião da cooperativa! Nós vamos 'observar' o que ele diz.(...) Ele diz que nós é que... diz para escolhermos... quem é que pode ficar presidente, nós próprios da cooperativa. Quando precisa de um presidente, temos de procurar quem quer. Mas, na ocasião de uma compra ou uma coisa assim, para um balanço... uma... da cooperativa, os que estão mais 'perto'(...) como o presidente, o outro, o outro... daí, eles é que têm que... fazer!

Para a cooperativa funcionar, nós 'dizemos' que uma pessoa tome conta da cooperativa; uma pessoa séria! Então, se a cooperativa 'andar para a frente', nós até ficamos com mais amor pela cooperativa".

¹⁰ Assistimos a uma reunião nesta cooperativa em que o senhor B. apresentaria a prestação de contas do ano anterior e, provavelmente, haveria eleição para a nova direção (de que ele não pretendia fazer parte). O encontro não se realizou porque, tanto o antigo presidente como a sua mulher interromperam a reunião e, a discussão sobre a legitimidade de B. e supostas acusações de roubo que teria feito àquele, terminou num confronto físico aberto.

C8 descreve o processo de votação na sua cooperativa, a escolha do presidente e as responsabilidades que lhe cabem, remetendo-se às funções que considera como sendo as que caracterizam uma cooperativa:

"Bom, se mesmo esse (presidente) não está a trabalhar bem(...) aí, reunes os sócios da cooperativa(...) Mas são os sócios que põem. Cada um faz aquele voto(...) bom: quer aquele fulano. Se 'apanhar' muitos pontos, fica mas, se 'apanhar' poucos pontos, daí, não tem 'entrada'.

O presidente é que o 'maior'. Ele é que organiza dentro da cooperativa, vem, vê como é que as coisas estão como é que deixam de estar... está mal, coisas mal arrumadas, ele manda arrumar, se está mal controlado..., se a casa está bem limpa, se tudo está bem lavado, se as coisas estão bem organizadas... O sócio pode fazer compra e encontrar todas as coisas mal arrumadas e dizer assim: 'Fui lá à cooperativa e encontrei as coisas mal colocadas' (...) Daí, se o presidente estiver, ele é o mais 'alto', tem que pôr as coisas a andar direito, no caminho".'

Verificamos que, para os sujeitos, as funções de presidente correspondem às de um gerente de loja e, a referência a uma gestão realizada com a participação dos cooperadores, indica as dificuldades com que tal atividade é exercida devido, principalmente, às poucas capacidades técnicas reveladas para tal exercício. Procurando uma forma de linguagem mais técnica, **C5** formula de um modo muito particular o sentido do melhor funcionamento da cooperativa, o qual depende de que *"tenhamos um fundo de maneio e, dentro desse fundo de maneio, 'estamos previstos' para fazermos reunião com os sócios para apresentarmos o balanço anual de 92 para fazermos eleição de novas direções da cooperativa".*

5.2. Uma loja que nos serve

A denominação de "loja" e as suas características são as que, conforme os discursos, com maior frequência descrevem a cooperativa. O cooperador **C4** assim

esclarece sobre a importância da cooperativa para os sócios: *"Sabemos que a cooperativa tem um lucro que serve a todos os sócios.(...) Não é como uma loja particular que serve só a uma pessoa: o seu dono"*. Para C1, a cooperativa é, fundamentalmente, o lugar onde há comida para os sócios: *"A nossa cooperativa é o centro de tudo quanto é alimento(...) É lá que se vende milho, feijão, açúcar, sabão, óleo, arroz, tudo"*. Por seu lado, C5, ao iniciar a sua fala, observa que, antes da cooperativa, não havia nenhum posto de abastecimento no local, enquanto C8 assim a caracteriza: *"Deram-nos a idéia de que a cooperativa... é preciso arrumar para ter aquela casa e negócios"*. A seguir, este cooperador recorda-se de como começou e explica porque considera que a cooperativa está a funcionar bem: *"(...) Vieram mobilizar-nos com muita gente sobre cooperativa, como funciona, deixa de funcionar(...) O povo todo concordou(...) avançamos novamente com a nossa cooperativa. Que a nossa cooperativa, pode-se abrir a porta agora tranquilo; dentro da loja, a senhora encontra tudo o que quiser"*. Para C1, a cooperativa é muito importante porque trouxe maiores facilidades às pessoas da localidade que, por ser longe de qualquer centro urbano, obrigava-as a percorrer grandes distâncias para fazer compras. A cooperativa de C1 é *"a única mercearia da zona"* e, além dos produtos de primeira necessidade, ainda oferece às pessoas a possibilidade de outro tipo de consumo: *"No período da tarde, se não tens outro meio de te distraíres... quem tem uns dez escudos¹¹, toma um grogue, um vinho... uma cerveja..."*. C8 observa que, na sua cooperativa há muitas coisas (como pratos e louças) que as lojas não têm.

A vantagem desta *"casa de venda"*, como a denomina C5, é que *"tinha um maior 'caído'¹² do que o comércio privado (...), era mais barato(...), vendia mais barato e, por isso todos se interessavam"* (C3) e, além de vender mais barato e permitir a aquisição de outros produtos, para C4, num lugar em que também há comerciantes, *"ela ajuda mais do que todos"* porque vende *"Com ou sem dinheiro, aceita tudo!"*. A seguir, o cooperador aponta para as consequências de ser uma loja

¹¹ Oitenta escudos caboverdeanos (80\$00), aproximadamente, equivalem a um dólar americano

¹² Significa que podia-se adquirir mais coisas comprando lá do que numa loja de particulares.

uma loja para o povo

...ação: "Só que temos muitas dívidas

o pagam!"

a maioria das coisas lá na loja do A.". Este procedimento é repetido por outras cooperativas que, assim, se tornaram clientes das lojas particulares.

As funções comerciais são consideradas como a razão da existência da cooperativa e, segundo C4, sendo um lugar de compras, deve ter sempre tudo o que os sócios precisam e fornecer a crédito. Para ele, uma cooperativa que funcione bem precisa reunir as qualidades da que existe na sua localidade que, antes de ser alvo de três roubos consecutivos, *"estava bem abastecida, estava bonita"*. Sobre a sua cooperativa já extinta, C2 justifica que lhe faz falta sobretudo pela ausência *"dessas coisinhas que é para pôr na prateleira..., um azeite, óleo... essas coisas que dificilmente encontras em outros lugares"*. Neste caso, aponta a má gestão, ou seja, o procedimento de, às vezes, vender um produto a um preço menor do que o seu valor de compra, como uma das principais causas da extinção.

Por sua vez, C8 nos conta que os cooperadores reclamaram do funcionamento da cooperativa *"porque demorava de abrir a porta (da loja), tinha que abrir mais cedo"* e, quando percebem que o movimento está *"fraco"*, *"os sócios pedem para pôr... uma brincadeira, uma festa, um baile, pronto, aí, a cooperativa volta a negociar"*.

A indicação dos beneficiários da cooperativa situa os sujeitos perante um conflito entre a determinação (racionalmente admitida) de que a cooperativa deve ser dos sócios e a percepção de que ela serve a todos numa mesma comunidade.

Por ser a única loja, conforme C1, beneficia a comunidade em geral, mesmo que esta se divida entre sócios *"permanentes"*- que fundaram a cooperativa e *"são inscritos"*- e aqueles que, não estando nestas condições, *"são sócios na mesma"*, a condição é *"negociar lá"*.

As observações dos cooperadores C3 e C4 coincidem com a apreciação geral sobre a utilidade social da cooperativa mas, ambos consideram que existem diferenças entre sócios e não-sócios. Para o cooperador C4, *"Há uma diferença porque sabemos que os sócios têm mais possibilidades na cooperativa e, se ele não tem, compra fiado e depois vem pagar. Mas uma pessoa que não é sócia, daí... não é bom dar-lhe fiado. Porque daí, se não vier pagar... não é sócio! Daí, prejudica a*

cooperativa! Queremos sempre apoiar todos mas mais... o que apoiamos mais é... sócios!"

No entender dos cooperadores, são sócias as pessoas que pagaram uma jóia para a formação da cooperativa: *"Nós entramos porque nos chamaram de que ia-se abrir uma cooperativa(...) para juntar, para pôr 500\$00. Daí, seria sócio e a coisa saía mais barato"*(C7). Em outra ocasião, por pertencer a uma cooperativa que já não se encontra em funcionamento, C3, considera que este valor deveria ser-lhes restituído pelo INC.

Para C4, esta contribuição assegura alguns benefícios pois, quem é sócio que, *"pôs o seu dinheiro quando a cooperativa veio"*, pode indicar os produtos de que necessita e exigir que a cooperativa os mantenha à sua disposição para compra. As obrigações dos que, do ponto de vista formal, são os principais beneficiários, consistem, segundo os cooperadores em assistir às reuniões, indicar os produtos que a cooperativa deve comprar e *"fazer aquele voto"*, ou seja, participar nas reuniões de escolha da direção.

Porém, há cooperadores que se referem à dificuldade deste usufruto da loja se traduzir numa interiorização do sentido de pertença à cooperativa: *"Os sócios tinham certa razão em dizer que a cooperativa era do Estado... nunca a cooperativa chegou a uma fase de beneficiar o associado porque...a maioria das cooperativas sempre fracassam antes de atingir o ponto de beneficiar os associados"*. Como benefício, entende a possibilidade de aumentar os produtos na loja, ter lucro e dividi-lo entre os cooperadores. Por isso, C2 conclui que *"esse é o ponto que leva os sócios a dizer que a cooperativa é do Estado"* embora, na prática deste cooperador, terem dito, no início, que a cooperativa *"serve aos sócios, que não é nada com o Estado"*

Já o cooperador C3 aponta para restrições impostas pelas relações sociais pré-existentes. Em primeiro lugar, os que moram perto da única casa de comércio privado do local, *"já não iam ser sócios da cooperativa porque fica na vizinhança e não saem de lá para vir fazer compras mais longe"*. Muito mais do que o conforto da

distância, deve-se à necessidade de manutenção das boas relações de vizinhança, anteriores à fundação da cooperativa.

Como forma de garantir os laços de parentesco existentes e considerando que, por atuarem no mesmo setor, a cooperativa e a loja de comércio privado das pequenas comunidades são concorrentes, para **C3**, uma das restrições implícitas é a de que os familiares mais próximos de um comerciante não se candidatam a cooperadores porque, pelo menos no caso desta comunidade, segundo ele, "*fica mal, não dá.*"

Se de um modo geral toda a comunidade pode usar a cooperativa como uma loja, a diferenciação entre sócios e não-sócios deve-se ao fato de que, apenas os primeiros podem se beneficiar dos lucros da cooperativa e, este é um dos motivos de adesão, como mostra **C5**: "*Eu gosto de ser sócio porque o lucro da cooperativa não fica só com uma pessoa mas sim serve a todos.*" Entretanto, os cooperadores informam que, até ao momento, a cooperativa não rendeu lucro aos seus associados e, em apenas dois casos, fazem referência à conta que mantêm no banco. A situação mais comum é a da realização de festas ou almoços quando, ao final do ano, constata-se um saldo resultante do movimento de vendas da cooperativa. A justificativa é a de que, caso fôsse dividido, o valor que caberia a cada cooperador seria irrisório e a comunidade em geral participa das festas.

Outro cooperador (**P1**) refere-se a um episódio para ilustrar a carácter de solidariedade que a cooperativa permite desenvolver: "*Houve um sócio aqui que estava doente e foi evacuado. Mas chegou uma altura em que a mulher e o filho ficaram em casa, iam à cooperativa, deviam a cota e não podiam pagar(...) Mas isso, foi Deus, até que me deu na mente aquela coisa, coloquei-lhes a idéia de todos nós contribuirmos com um xis, conforme as nossas possibilidades para ajudarmos aquela mulher a sair daquela situação(...) Daqui a pouco, já havia aquele dinheiro para ela pagar a cota, já tinha dinheiro também para fazer compras e nunca mais ficou naquela situação.*"

5.3. A loja e o trabalho

Para os cooperadores, as relações entre cooperativa de consumo e trabalho são de carácter imediatista, baseadas nas exigências cotidianas de garantir um meio de sobrevivência que aponta a dívida como o denominador comum do vínculo entre *loja e trabalho* e colocando a primeira em estreita dependência das possibilidades dos cooperadores terem uma ocupação laboral.

Como qualquer loja do meio rural, à excepção das duas cooperativas já extintas, as restantes, utilizam o sistema de vendas a crédito¹³, procedimento comum no comércio privado, responsável pelas relações de dependência permanentes entre a população mais pobre e os comerciantes. Para os cooperadores, a instabilidade do trabalho que o Estado pode oferecer (quando a falta de chuvas impede que desenvolvam a agricultura) e a precariedade dos salários que recebem os mantem permanentemente em dívida com a cooperativa: *"Todo o pessoal de N. quando trabalha, 'negocia' lá. No dia do pagamento, vai-se diretamente para lá. Pagas e tomas. Paga à cooperativa e vai fazer compras. Quando traz as compras, volta a tomar, quando recebe, paga"*.

Entre o papel de assegurar a subsistência de famílias sem outras alternativas e a necessidade de ser uma organização gerida de forma mais racional e distanciada, existe um conflito que tem como origem a própria instabilidade do trabalho e dos meios de subsistência da população. No seu discurso, os cooperadores procuram reunir estes elementos contraditórios. C1 explica que, para se comprar é preciso que haja trabalho mas, conclui, opondo-se a esta dependência: *"O trabalho está difícil para mim, se não estou a fazer..., não vou tomar porque é nosso, porque a cooperativa... isso não tem nada a ver com o trabalho. Sim porque assim, se todos nós levantarmos um saco de milho porque somos sócios, pronto, acaba! Não há dinheiro para se ir comprar. Se não se pagar, acaba. O trabalho... a cooperativa não tem nada a ver"*. Este sujeito coloca em outros momentos do discurso o desejo de uma cooperativa ideal que funcione sem depender das

¹³ Popularmente diz-se "dar fiado"

possibilidades de trabalho dos sócios e, ao mesmo tempo, mostra a sua extrema utilidade para as pessoas da comunidade que, sem recursos, podem ali comprar a crédito. Esta perspectiva o faz concluir, apontando para o que seria a necessidade fundamental de todos e o primeiro passo para a formação da cooperativa: *"Esta cooperativa é o centro da população(...) Mas é preciso termos trabalho"*.

O sujeito **C3** de uma cooperativa já extinta refere-se, nestes termos à relação com o trabalho: *"Quando as pessoas têm trabalho... havia movimento mas, como não havia trabalho, ficou com pouco movimento. Porque a cooperativa... não se dá fiado"*. Esta regra da cooperativa é por ele criticada porque *"uma cooperativa dá fiado para no fim do mês ou quinzena trabalhares e pagares mas aqui não davam fiado"* e, por isso as pessoas passaram a não comprar lá porque, conforme acrescenta, *"se é para vires e não te darem..."*

O cooperador **C4** expressa desta forma a relação entre a cooperativa e as condições económicas dos cooperadores: *"Sentimos e... pessoa com necessidade de comprar muitas coisas mas falta dinheiro! Até a cooperativa negociava mais, era mais dinheiro que entrava mas, agora é menos. Vendia mais, agora vende menos. Daí, tudo isso está a fazer falta à cooperativa!"*

5.6. O lugar do encontro e do lazer

Espaço para fazer compras, lugar onde se exercita a ação de "estar juntos", de fazer reuniões quando não há uma igreja ou escola, ali também são discutidos os principais problemas da comunidade. É comum que o edifício da cooperativa se apresente com certo destaque entre as pequenas casas da localidade, seja pelo tamanho ou qualidade da construção ou, ainda, porque apresenta uma arquitetura diferente, sinal da tentativa de padronização destas construções, por iniciativa do INC.

As especificidades no uso da cooperativa mostram como, ao longo do tempo, adquire determinada funcionalidade para os cooperadores, talvez distante das atribuições formalmente consentidas mas reveladora das necessidades mais urgentes das comunidades e do que representa para elas.

C1, reúne as qualidades da cooperativa num conjunto do qual também faz parte a igreja e, pela falta, a escola de que ainda aguardam a construção, mostrando como o lugar que a cooperativa ocupa é-lhe favorecido pela extrema carência em que vive a comunidade:

"A igreja foi construída primeiro. Depois então é que se veio a construir a cooperativa. Como, no início, a igreja foi feita lá, então, quando o INC resolveu fazer a cooperativa, daí, veio para cá.

(...)A igreja... Aqui não temos escola. Aqui, a melhor coisa que temos é esta cooperativa aqui(...) Esta cooperativa e a capela que o senhor padre lutou com a ajuda das pessoas.

(...) No período da tarde, se não tens outro meio de te distraíres... Para te distraíres, não há, por exemplo, um polivalente, uma coisa assim... um campo de jogo, futebol..., um campo de futebol. Tu te distraís lá.

(...) Desde que esta cooperativa existe aqui(...), quer dizer, muitas atividades... daí, por exemplo, os sócios da cooperativa fazem... uma atividade, por exemplo, uma

atividade cultural. Então... mas isso nunca... uma vez, eles fizeram, parece-me, uma batucada. eles tinham feito uma batucada, uma vez. Uma tarde cultural".

Para C2 a função social da cooperativa traduz-se na atribuição de um sentido por parte da população associado ao conjunto dos problemas da região que foram levantados na época da sua criação e, ainda, pela diferença percebida nas relações entre as pessoas quando deixou de funcionar:

"O povo se reuniu e debruçou-se sobre os problemas de L., fazendo pedidos e reuniões, fazendo levantamento dos problemas ligados à sociedade de L. Mas, depois, chegou a uma fase em que parecia que já tinham se cansado ou desleixado, o que implicou na queda da cooperativa".

"(...) para mim, a cooperativa é um dos elementos mais importantes dentro de uma comunidade. Antes, quando existia a cooperativa, existia mais um laço de união entre os cooperadores e, conseqüentemente, da própria sociedade. Portanto, há algum tempo a cooperativa ficou parada e a gente ficou um pouco disperso".

Este mesmo cooperador destaca a oportunidade que a cooperativa ofereceu à comunidade de sair do isolamento, receber e fazer trocas com cooperadores de outros países:

"Ela se desenvolveu a tal ponto que tivemos cooperadores da Dinamarca a fazer intercâmbio com a nossa cooperativa(...) Eles nos ajudaram na ampliação das construções da cooperativa(...) nos deram mais idéias sobre o funcionamento de uma cooperativa".

C5 também atribui à cooperativa a visibilidade que a sua comunidade recebeu quando, em contato com estrangeiros, pode ser filmada enquanto realizava atividades cotidianas. O registro marca um momento importante de afirmação da identidade, enquanto grupo, perante um outro, antes desconhecido:

"Aquele R. também filmou-nos, nós aparecemos no filme. Lá no INC! Tenta pedir-lhes porque está lá. Eles têm o filme em que estamos no mar (isso foi na associação de pescadores). Veio aqui à cooperativa, filmou-se os rapazes a dançar, a beber, a fazer isso... aquilo... Tudo isso no tempo do J.. Está lá. Está lá no INC!"

A utilização do espaço da cooperativa como local de encontro e lazer é referida por todos os cooperadores; o pátio da loja é, por vezes a praça do lugar onde as pessoas da comunidade se encontram para conversar, discutir assuntos de interesse de todos, jogar ou realizar festas e almoços, frequentemente com a presença de funcionários do INC.

C5 atribui à cooperativa um carácter de espaço neutro que, ao contrário do espaço doméstico, oferece melhores condições para as pessoas se reunirem e jogarem sem que haja um anfitrião, obrigado a servir almoço aos visitantes. No caso destas comunidades em que é difícil garantir a alimentação da própria família, este é um aspecto importante que o cooperador ressalta:

"(...) queríamos arranjar tanto mesa quanto cadeiras para jogarmos às cartas, oril... costumamos jogar cartas... jogamos lá, passamos o tempo livre lá. Queríamos fazer um quintal mas... se a cooperativa daqui estivesse com mais 'força', já o teríamos feito,(...) Como no domingo, por exemplo, sentamo-nos lá a jogar desde manhã até à tarde(...) lá na cooperativa... porque é mais à vontade, não INComodas ninguém".

Para **C8**, além de loja, a cooperativa também é o lugar onde as pessoas se encontram para realizar atividades de lazer como festas, almoços de confraternização e atividades culturais como a visita de um conhecido humorista e dos funcionários do INC.

A referência ao papel da cooperativa enquanto espaço que proporciona o lazer e o encontro entre as pessoas remete **C8** à lembrança de uma visita que os sócios fizeram à organização de outra localidade e avalia o benefício que trouxe:

"Fomos a outra cooperativa lá em Tchom Bom(...) Os sócios disseram para irmos. Mas, naquele dia, aquela cooperativa ficou 'fornecida'(...) ficou 'garantida' porque fomos daqui(...) era um carro cheio. Nem todos foram(...) Daí, chegamos, compramos, bebemos, fomos para cá, para lá... naquele dia, aquela cooperativa de Tchom Bom, no Colunato, ficou 'garantida' ".

No caso das duas cooperativas que tiveram as suas atividades comerciais encerradas, o benefício comum para a comunidade traduz-se, atualmente, na

atribuição de uma função social pela utilização espontânea das suas instalações no espaço de lazer onde as crianças brincam e os adultos se reúnem para conversar nas horas livres. Num dos casos, o seu interior serve a um morador que ali se instalou e realiza uma pequena atividade de venda de alguns produtos.

Para o cooperador **C4**, é exatamente esta função de *"ajudar a sociedade"* que *"obrigou a todos a entrar como sócios"* porque viram que a cooperativa *"serve bem"* e que *"dá um grande lucro"*. Lucro é aqui entendido como o benefício dos cooperadores puderem comprar num lugar mais acessível, a preços mais baratos que não sofrem aumento pelo fato dos produtos serem vendidos a crédito. Por outro lado, como donos da cooperativa, podem solicitar à direção a aquisição de produtos que pretendem consumir e, ainda, contar com os serviços da cooperativa a qualquer momento de uma emergência como, por exemplo, quando ocorre uma morte:

"Quando é de dia ou de noite, quando há um caso de morte, ela nos serve! Há 3 dias, houve uma morte então, eles foram lá a minha casa, eu vim abrir a cooperativa de noite. A morte era lá na minha vizinhança e, aí, eu vim junto com eles... o que precisavam nós levamos para lá."

6

AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

Verificamos, pela análise dos discursos¹, que alguns temas indicados descrevem a prática do cooperativismo. O trabalho, a identificação da diferença entre os que concebem e os que executam o conceito de cooperativa, as formas de exercício de poder na cooperativa e o significado desta na sua inserção junto às comunidades rurais esclarecem sobre o conteúdo das representações sociais da cooperativa. Indicam ainda o processo através do qual estas se associam a uma prática social específica.

6.1. O conflito da terra

A referência à origem das cooperativas agrícolas remete os cooperadores a um conflito em relação à propriedade e posse das terras² que, á época da independência, deveriam ser trabalhadas pelo sistema de cooperativas, por antigos trabalhadores rurais. Deste conflito, os cooperadores indicam como protagonistas, de um lado, o proprietário da terra ou quem defende os seus interesses e, de outro, o Estado e os futuros cooperadores, apoiados pelo Partido e o INC.

P4 identifica como promotores da idéia de cooperativa algumas pessoas ligadas ao INC que procuraram mostrar aos camponeses as vantagens de terem um terreno próprio, trabalharem juntos e dividirem por igual o resultado da produção. A adoção da idéia por parte dos que trabalhavam com o reideiro de uma propriedade marca o início de um confronto permanente com o proprietário que termina apenas quando, por pressão deste, a cooperativa é extinta.

¹ Apresentamos trechos das falas dos cooperadores aqui designados pela letra P. O diferentes números que acompanham a letra, referem-se a uma codificação adotada para a identificação dos sujeitos.

² Á época da independência, deveriam ser trabalhadas pelo sistema de cooperativas, por antigos trabalhadores rurais.

A formação da cooperativa tem, para **P4**, o sentido de um conflito em relação ao meio (a terra) que, de posse individual, tornaria possível a realização de uma idéia de coletividade. Neste conflito, a atuação do proprietário (que inviabiliza o projeto) é descrita como injusta e contrária à atitude apaziguadora dos cooperadores:

"Quando ele queria tomar o terreno, aí, fomos pedir-lhe para ver se ele não poderia nos arrendar para fazermos a nossa cooperativa. Ele disse que não daria nenhum terreno a nenhum macaco para fazer cooperativa! (...) Que o seu terreno, ele não arrendava e nem dava para a cooperativa".

No seu discurso, **P4** descreve todo o período de funcionamento da cooperativa como marcado por oscilações entre os investimentos do INC no terreno, o trabalho dos agricultores e o confronto com o proprietário durante os períodos da colheita.

Do conflito original que marcou a criação da sua cooperativa, **P3** registrou o que lhe contaram da seguinte forma:

"Esta área de (...) até à cooperativa de consumo, disseram que era de um senhor. Mas não dá para eu contar a história com muita muita certeza porque eu era ainda menino. A partir da independência, tomaram esta propriedade... Mas, nem depois da independência... não sei se passou a ser cooperativa ou não".

Entretanto, as consequências possíveis do desenrolar deste conflito são por ele temidas:

"Depois da mudança política³, disseram que o dono vinha aqui tomar o seu terreno mas nós não temos nada com ele; o INC é que nos deu o terreno! Se ele quiser, que vá tomar lá no INC! Nós não temos nada com isso. O nosso assunto é com o INC! É com o INC. Ele não pode chegar e vir tomar assim...!"

Referindo-se à ilegitimidade das reclamações dos que ocupavam o terreno antes da cooperativa, **P5** remete-se ao significado que para ele tem a posse da terra:

³Refere-se ao regime do multipartidarismo adotado a partir de 1991

"Arranjamos este lugar aqui(...) era 'extraviado' de terra, que as pessoas atravessavam com os seus currais aqui... Alguns foram indenizados, outros foram malcriados, aí, não conseguimos... não conseguimos indenizá-los. Mas, aqueles que... que andaram sempre com civilização, nós indenizamos por causa do trabalho que tinham feito. O terreno não era deles... o terreno não era deles. Eles não tinham nenhum documento que dizia que era deles. Só que eles tinham o seu trabalho porque a achada era vazia, era dos animais".

Entretanto, a atitude de um proprietário de terras próximas, apesar de prejudicar os trabalhos na cooperativa, é vista da seguinte forma:

"Viemos a ter um atraso... faz um ano e tal que tivemos um atraso porque o morgado... a água vem da várzea, vem da várzea e, o morgado reteve-nos a água de lá de perto de Junta... Demorou-se para se resolver essa coisa! Então, daí, tivemos 90 dias... não tínhamos água, o lugar ficou seco!"

Membro da única cooperativa de Santiago que se formou num terreno vendido aos trabalhadores rurais ainda na época colonial, com a intervenção do Estado, P1, atualmente um ex-cooperador, sintetiza a diferença que significa a posse da terra para a criação da cooperativa:

"Cooperativa igual à de M.⁴, só a de M.! Porque, M. comprou a sua propriedade e, da sua propriedade fêz cooperativa. Os outros, foi-lhes dada a propriedade!"

É esta característica que o faz estabelecer a diferença com as outras cooperativas e adiantar um sentido do que seja cooperação a que os demais cooperadores não se referem:

"Quer dizer, nós começamos com coisas de cooperativa antes da independência. Só não tinha sido 'feito' o nome, ainda. Mas, no começo, 'cooperava-se', dava-se aquele sentido de cooperação. Daí, então, é que veio a ter o verdadeiro nome de cooperativa!"

⁴ Nome de localidade e da cooperativa agrícola a que pertenceu

6.2. Os promotores da cooperativa

Conforme **P1** se refere, embora já tivessem um sistema de cooperação anterior, a sua denominação "verdadeira" surge depois que o Partido inicia a mobilização popular em torno das cooperativas:

"No governo de transição, já tínhamos a nossa cooperativa. Tínhamos a nossa cooperativa mas não lhe dávamos esse nome. Mas já cooperávamos em igualdade(...) Até, eu digo que tínhamos até solidariedade, tínhamos... posso chamar de ajuda mútua porque, uma pessoa que não tem condições para arranjar uma coisa, nós ajudávamos a arranjar. Então, aqui está uma ajuda mesmo!(...)

É a primeira cooperativa que foi fundada mas, foi oficializada mais tarde. Daí, já estávamos tão habituados que, daí, já não nos importávamos mais com isso".

Com os principais promotores das cooperativas em Santiago, o antigo sistema de cooperação espontânea a que se refere o cooperador tomou a forma de cooperativa de consumo e de produção que têm o apoio do Estado: "Sempre tivemos apoio da Central de Cooperativas ou do Instituto Nacional das Cooperativas... Apoio também de técnicos da repartição. Nós não fomos abandonados não!"

O conteúdo ideológico da fala de **P1** remete-se às perspectivas iniciais dos promotores do cooperativismo após a independência:

"Eu confio, aposto na cooperativa, que ela vai se desenvolvendo porque a cooperativa criou-se junto com a independência. Aliás, a independência baseou-se na cooperativa. Porque, nós vemos que o Cabral não podia lutar sózinho mas... E aquelas pessoas? Que nome podemos dar-lhes? Aqui já vemos uma cooperação. É isso que eu digo: que a cooperativa criou-se junto com a independência e, se não se cooperasse o esforço, a luta não iria adiante; ia até um ponto e pararia porque eles não têm... nenhum apoiaria o outro.

Eu digo que a cooperativa está 'bem nascente' porque ela está assente no povo. É o mesmo que dizer que ela está assente na rocha. Sim e ela está ligada à independência.

(...) Quer dizer, é para desenvolvermos a cooperativa para ajudarmos Cabo Verde a desenvolver."

As ações realizadas inicialmente pelo INC para a criação da cooperativa, no caso de **P3**, são indiretamente referidas quando este cooperador aponta a instituição como a principal interlocutora caso o proprietário reivindique as terras onde a cooperativa foi criada. Já o ex-cooperador **P4** conta que, "para juntar e... a cooperativa..., o INC deu-nos apoio" e refere-se aos funcionários do INC como os que teriam despertado nos trabalhadores rurais da sua localidade a idéia de que, através da cooperativa, poderiam explorar a terra de outra forma, tornando-se donos do produto do seu próprio trabalho. Na ocasião, diz o cooperador, as pessoas teriam tomado consciência da injustiça e da exploração de que eram vítimas por parte do proprietário.

O cooperador **P2** identifica dois promotores da sua cooperativa: em primeiro lugar, o INC que levou a idéia à sua localidade e aos pescadores e, em segundo, o país estrangeiro que, através do INC, viabilizou financeiramente a compra do barco, instrumento de trabalho cuja aquisição, segundo ele, marca o início verdadeiro da cooperativa. Entre os pescadores e a instituição apresenta a figura do atual presidente como principal idealizador da cooperativa, o que representa para ele, objetivamente, o protagonista da realização da idéia:

"No início, antes de nos organizarmos(...) ficamos uns três anos em reuniões a correr atrás da cooperativa(...) Até que um dia, chegou a decisão sobre a nossa cooperativa(...) Tivemos uma decisão sobre a nossa cooperativa, o barco ficou pronto, chegou à Praia(...) Como o presidente surgiu com essa idéia da cooperativa, então ele nos avisou(...) Bom, fêz a escolha de onde é que poderia encontrar a melhor pedra para... colocar junto consigo e... conseguiu encontrar algumas pedras(...) A primeira idéia partiu de uma pessoa! Então, essa pessoa fêz 'escola' para os oito."

P5 conta como a cooperativa nasceu na sua localidade:

"No início... a questão era de que arranjassemos um emprego aqui. É a razão que nos fundaram a cooperativa.(...) Então, daí... no começo, eu não sabia o que era uma cooperativa... real. As coisas foram conversadas ... no começo... mas eu não sabia o que era cooperativa! (...) Daí, conseguimos arranjar esta cooperativa agrícola por causa do apoio do Estado. Fomos apoiados pelo Estado.(...) Aí é que viemos encontrar o apoio... em dinheiro. Aí é que 'abrimos' e fomos trabalhando nesta cooperativa".

O cooperador **P6** remete-se aos primeiros tempos em que o cooperativismo passou a ser conhecido na sua localidade e destaca a atuação dos que considera serem os promotores da iniciativa:

'Naquela época era... quem 'coisava' essas diretrizes era o governo que tinha... a cooperativa era com o município e... e, o município daqui... quer dizer, eles queriam formar cooperativa, cooperativa para melhorar o nível de vida dos seus... dos seus membros mesmo. (...) Porque eles achavam que, numa cooperativa, pelo menos há igualdade de direitos entre os sócios(...) Não há mais ricos, não há mais pobre na cooperativa... pelo menos dentro da cooperativa... Não há nada disso. É por isso que optaram por criar uma cooperativa.

Tinham essa idéia de formar mesmo uma cooperativa... Porque, poderiam ter formado mesmo uma sociedade ou um... ou uma coisa ou outra... Podiam ter formado isso mas não formaram: formaram uma cooperativa.

(...) Depois, junto ao INC, os próprios membros do INC faziam reuniões para incentivar grupos de jovens a criar cooperativas."

Este cooperador ainda destaca outro protagonista como um importante impulsionador da cooperativa: trata-se da cooperação de um país europeu cujo apoio financeiro viabilizou o projeto político do cooperativismo. **P6** identifica estes segundos promotores como tendo um projeto de desenvolvimento da região do qual fazem parte as cooperativas que financia na localidade mas, pela experiência de relacionamento com os seus responsáveis, considera que, no momento atual, após as mudanças políticas no país, para eles, não lhes interessa o tipo de organização

esta oficina aqui acabe ou que a cooperativa R. acabe, ou que a outra acabe⁴... Que isso eles não permitem! Que, se fôr para isso, então eles tomam e dão a outra pessoa! Que, se fôr para acabar, eles tomam e dão a outra pessoa que não nós, por exemplo(...)"

Este cooperador retoma o que considera serem os princípios que inicialmente serviam de suporte a este apoio:

"Se neste momento voltarmos, se viermos a organizar a cooperativa agora... não teremos mais aquele apoio da Áustria. Porque, se fôsse uma sociedade, nós estaríamos a enriquecer. A Áustria não nos apoiaria... nós, 12 pessoas... para enriquecermos! Isso ela não apoiaria! Mas, no caso da cooperativa, como somos nós que enriquecemos..."⁵

6.2. O mando e a liderança

Sobre a autoridade e responsabilidade dentro da cooperativa, do mesmo modo que os outros cooperadores do setor agrícola, P1 refere-se a mais de um personagem e identifica as circunstâncias em que tais papéis eram assumidos. O Estado apresenta-se como o principal responsável pela manutenção da cooperativa para cuja constituição contou com iniciativa de um técnico que lhes dava assistência⁶ e, na época, considerou conveniente que "fizessem" uma cooperativa.

O tema suscita que este ex-cooperador se coloque enquanto sujeito de várias ações, apresente as suas expectativas e assinale a impossibilidade da cooperativa funcionar sem uma atuação conjunta e igualmente direcionada de todos:

"Eu era 'testa' nela, de forma que nós 'vencíamos' mais ou menos bem mas não deixávamos de ter comissão que é onde tínhamos a nossa assembléia que

⁴ Na localidade, existem mais duas cooperativas financiadas por esse país.

⁵ Entendimento de que, o enriquecimento na cooperativa pertence a todos e não pode ser visto como recurso de um, apenas.

⁶ Refere-se a um técnico do serviço governamental de agricultura que prestava assistência técnica aos agricultores

mandava de forma que aqui... pena é que passamos a decidir mas não punhamos na prática porque eu queria que puséssemos na prática, o outro fugia, o outro fugia".

De igual modo, as representações sociais associadas à figura responsável pela cooperativa de produção ou de consumo são comuns e, a imagem de que P1 se utiliza diz respeito a ambas:

"Se dentro da cooperativa houver uma pessoa que é desonesta, que não está a melhorar, se a deixarem lá em cima, como é que é? É como amarrar uma cabrinha ao pé de um jardim. Todos os dias ela tira uma folha daquela planta e acaba por secá-la.(...)

A cooperativa, desde que tenha uma pessoa honesta nela, dá. Mas, uma pessoa desonesta na cooperativa, é como ter uma cabra junto do jardim; toda a planta que... coisa, assim... ela arranca e não desenvolve nada".

P2, antigo pescador de bote, hoje membro de uma cooperativa de pesca, remete-se à figura do presidente, único elemento do grupo a que atribui a autoria das idéias, desde a iniciativa de criá-la às decisões sobre o seu funcionamento e contato com outras instituições. O cooperador considera que mantém uma dívida para com o presidente por este tê-lo escolhido, de entre tantos, para *"ser o seu trabalhador junto com ele"*. Ao presidente compete-lhe todas as responsabilidades pelo funcionamento da cooperativa na sede⁷ e, a divisão de tarefas entre os demais cooperadores respondeu à necessidade de diminuir a sua carga de trabalho. O cooperador atribui ao INC o papel de auxiliá-los nas tarefas mais complexas de contabilidade e de fiscalizar o cumprimento das diretrizes gerais sobre a cooperativa:

"Aquele contabilista do INC, ele dá-nos apoio na contabilidade, ele disse que o capital mínimo que a cooperativa pode ter é de trezentos contos⁸ de capital social. Tínhamos que aumentar o capital social para 'coisar' o regulamento."

O fato de, apesar de mais novo, ser o que tem *"mais escola"* justifica que P3 tenha sido o escolhido como *"membro superior da cooperativa"*, como designa o

⁷ No barco, o mestre é o superior de todos.

⁸ Trezentos mil escudos caboverdeanos.

cargo de presidente. A escolha foi feita pelos sócios mais velhos da cooperativa conforme o próprio avalia. No caso de **P7**, as decisões são tomadas pelas quatro mulheres do grupo, escolhidas porque sabem ler e escrever e, depois, transmitidas às demais integrantes da associação.

Em meio ao conflito que os opôs ao proprietário durante o tempo de existência da cooperativa, **P4**, além de agricultor, assumiu as responsabilidades de presidente que define como o organizador do trabalho no campo (horário de trabalho e divisão de tarefas) e o que devia deslocar-se à capital e fazer contatos com o INC e as autoridades procurando resolver as questões ligadas às invasões constantes do terreno e apropriação do produto da colheita por parte dos mandatários do proprietário.

O INC encarregava-se de adquirir equipamentos e introduzir técnicas para a melhoria do plantio, atribuição também reconhecida por **P5** que, ainda, refere-se ao papel do INC e das autoridades oficiais na resolução do conflito com o morgado que não queria ceder água para as suas plantações e a obtenção de financiamento para investir na cooperativa. Este cooperador atribui aos órgãos da cooperativa o papel de assegurar a realização das tarefas cotidianas, restando os que não possuem qualificação adequada para o desempenho de funções burocráticas. Por esta divisão, o cooperador apresenta o que, para ele, é coletivo na tomada de decisão:

"Quer dizer, nós temos esta secretaria com números para controlar toda a atividade da cooperativa, principalmente campo de aviário e tudo mais. Temos um conselho de direção... um conselho é assim: nós temos uma di... um homem que é a 'cabeça', que é a direção. Nós temos... dentro da direção, nós temos conselho que tem... acho, umas... umas cinco pessoas. Outro... tem atividade para venda, comercial, temos um secretário, temos... um secretário, um contabilista, temos... já me esqueci o nome. Tem um cofreiro que chamamos... já me esqueci o nome... Tesoureiro. Deixa-me ver... parece-me que são cinco pessoas. Temos um homem que ele é a direção. Portanto, essas cinco pessoas estão aí para... para controlar as atividades da cooperativa, para não extraviar.

E nós, o restante, nós trabalhamos no campo."

P6 pertence a uma cooperativa cujo setor de atividades conheceu um grande desenvolvimento após a independência e, as exigências de uma maior racionalização das tarefas, mantêm-no no meio a uma contradição com as características empresarias que a organização apresenta. Do primeiro presidente da cooperativa, **P6** destaca a sua atuação num ambiente onde as exigências a respeito do seu desempenho eram diferentes das que o presidente atual precisa enfrentar. Num primeiro momento, o presidente tinha como principal função incentivar as pessoas a ingressarem na cooperativa, mostrando as suas vantagens. Na época, *"o presidente trabalhava no município mas saiu para abrir isto, para abrir esta cooperativa. Naquela época, tinham só uma máquina para trabalhar e cada um fazia o seu e ia embora"*. Em contraste, as modernas e eficientes máquinas que possuem hoje exigem cada vez maior especialização e complexização da forma de organização. No momento atual, a escolha do presidente, segundo **P6** deve considerar sobretudo as suas responsabilidades à frente de uma empresa de tal porte:

"Um guarda, por exemplo, não pode ser presidente. Porque, pode chegar um cliente... ele é guarda, não tem nenhum conhecimento técnico de... na área de carpintaria, um cliente pode enganá-lo. Pode enganá-lo ou... Porque ele é que faz os negócios da cooperativa. Suponhamos que ele vai fazer negócios da cooperativa... ele não está de dia, por exemplo, (porque o guarda fica à noite). Suponhamos que ele trabalhe de noite; de dia ele não está na cooperativa! Ele não pode ser presidente!

Por exemplo, se o carpinteiro é presidente... ele passa um monte de tempo fora do seu posto de trabalho porque ele tem de estar sempre a ... nos negócios da cooperativa, ele é que assina todos os documentos da cooperativa, o presidente é que assina, ele tem de passar um monte de tempo a assinar documentos! Por exemplo, tem de passar o tempo a fazer uma série de coisas. É por isso que optamos para que... um presidente, automaticamente também tem que ser gerente!"

Por exemplo, se o carpinteiro é presidente... ele passa um monte de tempo fora do seu posto de trabalho porque ele tem de estar sempre a ... nos negócios da cooperativa, ele é que assina todos os documentos da cooperativa, o presidente é que assina, ele tem de passar um monte de tempo a assinar documentos! Por exemplo, tem de passar o tempo a fazer uma série de coisas. É por isso que optamos para que... um presidente, automaticamente também tem que ser gerente!"

6.4. Os beneficiários

Nas cooperativas de produção parece existir uma identificação clara dos beneficiários do resultado alcançado com o trabalho coletivo; entre cooperadores e trabalhadores que são eventualmente contratados, mesmo que realizando as mesmas tarefas, sabe-se que os benefícios auferidos serão diferentes.

Para **P1**, os sócios são a própria razão de existir da cooperativa e, também, os principais responsáveis pela sua extinção, como foi o seu caso em que os cooperadores preferiam usar a cooperativa como um espaço em que os laços familiares se prolongariam:

"De fato, uns termos que de vez em quando se empregavam, devem ser empregues na cooperativa de sócios, de que a cooperativa é de sócios. Se os sócios querem arrebentar com a sua cooperativa, não aparece ninguém para lhes mostrar até que ele veja que está a arrebentar com a sua cooperativa. A cooperativa arrebenta-se sim e é por causa dessa questão que eu considero que a cooperativa foi indo para trás, cada um que tivesse a sua família, passou a querer que a família trabalhasse mas não tínhamos condições de adquirir dinheiro para pagar salários a todos, né?"

P1 considera que, ao longo do tempo, ser beneficiário da cooperativa, traduziu-se numa atitude de espera e exigência em relação à organização à qual os cooperadores não teriam correspondido à altura: *"Noto na cooperativa, primeiro, a falta de honestidade e, o outro é que, infelizmente, na cooperativa só se fala em*

direito. Mas, eu faço isso porque é meu dever, ninguém faz... Primeiro é o dever. Mas não é só na cooperativa; é em tudo."

Tratando-se de um benefício de todos, a concertação coletiva é, para este cooperador, a condição essencial para o seu funcionamento:

"É preciso uma reunião para vermos bem quem é que quer e quem não quer cooperativa porque, todos nós queremos cooperativa mas, deve ter um modo que eu quero, que um ou dois querem daquela maneira... deve ter o outro que eles já combinaram que queriam de outra maneira(...) Agora, temos de ver se encontramos, de entre os cooperadores, aquela correspondência sim, aquela correspondência que a cooperativa exige."

Pessoalmente, **P1** percebe-se um grande beneficiário da cooperativa pela visibilidade que esta lhe proporcionou e a atribuição de uma identidade correspondente ao fato de ser cooperador: *"Eu fui bastante conhecido que, quase todas as repartições em que eu chegava, atendiam-me porque eu era da cooperativa de M., devido a isso, talvez e a estima e consideração."*

P2 atribui à chegada do barco o início efetivo da cooperativa mas, segundo ele, foi preciso fazer antes uma avaliação das pessoas que tinham condições de ser cooperadores e, durante o tempo em que esperavam o barco, procuraram "segurar" a cooperativa, ou seja, ver *"até onde os sócios podiam ir, até onde teriam coragem"*, o que significou 'aguentar' a espera do barco e cada sócio *"entrar com a sua metade também, para ajudar a cooperativa que era para ela ter mais 'autoridade'."* Remetendo-se à sua experiência pessoal, **P2** descreve o que considera como principal benefício da cooperativa:

'Quando entrei na cooperativa, senti bastante mudança, muita mudança. Porque daí, fui vendo as coisas de forma diferente da pesca de bote porque, até que eu consiga remar até ali e voltar... Bom, no barco, estarei mais abastecido do que preciso! Por acaso ficou diferente porque também, na pesca de bote, eu tinha o que ganhava mas, se passar uma semana sem ganhar nada, eu não tenho nada! Onde é que eu vou pegar? Eu não tenho onde pegar!

distância, deve-se à necessidade de manutenção das boas relações de vizinhança, anteriores à fundação da cooperativa.

Como forma de garantir os laços de parentesco existentes e considerando que, por atuarem no mesmo setor, a cooperativa e a loja de comércio privado das pequenas comunidades são concorrentes, para **C3**, uma das restrições implícitas é a de que os familiares mais próximos de um comerciante não se candidatam a cooperadores porque, pelo menos no caso desta comunidade, segundo ele, "*fica mal, não dá.*"

Se de um modo geral toda a comunidade pode usar a cooperativa como uma loja, a diferenciação entre sócios e não-sócios deve-se ao fato de que, apenas os primeiros podem se beneficiar dos lucros da cooperativa e, este é um dos motivos de adesão, como mostra **C5**: "*Eu gosto de ser sócio porque o lucro da cooperativa não fica só com uma pessoa mas sim serve a todos*". Entretanto, os cooperadores informam que, até ao momento, a cooperativa não rendeu lucro aos seus associados e, em apenas dois casos, fazem referência à conta que mantém no banco. A situação mais comum é a da realização de festas ou almoços quando, ao final do ano, constata-se um saldo resultante do movimento de vendas da cooperativa. A justificativa é a de que, caso fôsse dividido, o valor que caberia a cada cooperador seria irrisório e a comunidade em geral participa das festas.

Outro cooperador (**P1**) refere-se a um episódio para ilustrar a carácter de solidariedade que a cooperativa permite desenvolver: "*Houve um sócio aqui que estava doente e foi evacuado. Mas chegou uma altura em que a mulher e o filho ficaram em casa, iam à cooperativa, deviam a cota e não podiam pagar(...) Mas isso, foi Deus, até que me deu na mente aquela coisa, coloquei-lhes a idéia de todos nós contribuímos com um xis, conforme as nossas possibilidades para ajudarmos aquela mulher a sair daquela situação(...) Daqui a pouco, já havia aquele dinheiro para ela pagar a cota, já tinha dinheiro também para fazer compras e nunca mais ficou naquela situação*".

5.3. A loja e o trabalho

Para os cooperadores, as relações entre cooperativa de consumo e trabalho são de carácter imediatista, baseadas nas exigências cotidianas de garantir um meio de sobrevivência que aponta a dívida como o denominador comum do vínculo entre *loja e trabalho* e colocando a primeira em estreita dependência das possibilidades dos cooperadores terem uma ocupação laboral.

Como qualquer loja do meio rural, à excepção das duas cooperativas já extintas, as restantes, utilizam o sistema de vendas a crédito¹³, procedimento comum no comércio privado, responsável pelas relações de dependência permanentes entre a população mais pobre e os comerciantes. Para os cooperadores, a instabilidade do trabalho que o Estado pode oferecer (quando a falta de chuvas impede que desenvolvam a agricultura) e a precariedade dos salários que recebem os mantem permanentemente em dívida com a cooperativa: *"Todo o pessoal de N. quando trabalha, 'negocia' lá. No dia do pagamento, vai-se diretamente para lá. Pagas e tomas. Paga à cooperativa e vai fazer compras. Quando traz as compras, volta a tomar, quando recebe, paga"*.

Entre o papel de assegurar a subsistência de famílias sem outras alternativas e a necessidade de ser uma organização gerida de forma mais racional e distanciada, existe um conflito que tem como origem a própria instabilidade do trabalho e dos meios de subsistência da população. No seu discurso, os cooperadores procuram reunir estes elementos contraditórios. C1 explica que, para se comprar é preciso que haja trabalho mas, conclui, opondo-se a esta dependência: *"O trabalho está difícil para mim, se não estou a fazer..., não vou tomar porque é nosso, porque a cooperativa... isso não tem nada a ver com o trabalho. Sim porque assim, se todos nós levantarmos um saco de milho porque somos sócios, pronto, acaba! Não há dinheiro para se ir comprar. Se não se pagar, acaba. O trabalho... a cooperativa não tem nada a ver"*. Este sujeito coloca em outros momentos do discurso o desejo de uma cooperativa ideal que funcione sem depender das

¹³ Popularmente diz-se "dar fiado"

possibilidades de trabalho dos sócios e, ao mesmo tempo, mostra a sua extrema utilidade para as pessoas da comunidade que, sem recursos, podem ali comprar a crédito. Esta perspectiva o faz concluir, apontando para o que seria a necessidade fundamental de todos e o primeiro passo para a formação da cooperativa: *"Esta cooperativa é o centro da população(...) Mas é preciso termos trabalho"*.

O sujeito **C3** de uma cooperativa já extinta refere-se, nestes termos à relação com o trabalho: *"Quando as pessoas têm trabalho... havia movimento mas, como não havia trabalho, ficou com pouco movimento. Porque a cooperativa... não se dá fiado"*. Esta regra da cooperativa é por ele criticada porque *"uma cooperativa dá fiado para no fim do mês ou quinzena trabalhares e pagares mas aqui não davam fiado"* e, por isso as pessoas passaram a não comprar lá porque, conforme acrescenta, *"se é para vires e não te darem..."*

O cooperador **C4** expressa desta forma a relação entre a cooperativa e as condições económicas dos cooperadores: *"Sentimos e... pessoa com necessidade de comprar muitas coisas mas falta dinheiro! Até a cooperativa negociava mais, era mais dinheiro que entrava mas, agora é menos. Vendia mais, agora vende menos. Daí, tudo isso está a fazer falta à cooperativa!"*

5.6. O lugar do encontro e do lazer

Espaço para fazer compras, lugar onde se exercita a ação de "estar juntos", de fazer reuniões quando não há uma igreja ou escola, ali também são discutidos os principais problemas da comunidade. É comum que o edifício da cooperativa se apresente com certo destaque entre as pequenas casas da localidade, seja pelo tamanho ou qualidade da construção ou, ainda, porque apresenta uma arquitetura diferente, sinal da tentativa de padronização destas construções, por iniciativa do INC.

As especificidades no uso da cooperativa mostram como, ao longo do tempo, adquire determinada funcionalidade para os cooperadores, talvez distante das atribuições formalmente consentidas mas reveladora das necessidades mais urgentes das comunidades e do que representa para elas.

C1, reúne as qualidades da cooperativa num conjunto do qual também faz parte a igreja e, pela falta, a escola de que ainda aguardam a construção, mostrando como o lugar que a cooperativa ocupa é-lhe favorecido pela extrema carência em que vive a comunidade:

"A igreja foi construída primeiro. Depois então é que se veio a construir a cooperativa. Como, no início, a igreja foi feita lá, então, quando o INC resolveu fazer a cooperativa, daí, veio para cá.

(...)A igreja... Aqui não temos escola. Aqui, a melhor coisa que temos é esta cooperativa aqui(...) Esta cooperativa e a capela que o senhor padre lutou com a ajuda das pessoas.

(...) No período da tarde, se não tens outro meio de te distraíres... Para te distraíres, não há, por exemplo, um polivalente, uma coisa assim... um campo de jogo, futebol..., um campo de futebol. Tu te distraís lá.

(...) Desde que esta cooperativa existe aqui(...), quer dizer, muitas atividades... daí, por exemplo, os sócios da cooperativa fazem... uma atividade, por exemplo, uma

atividade cultural. Então... mas isso nunca... uma vez, eles fizeram, parece-me, uma batucada. eles tinham feito uma batucada, uma vez. Uma tarde cultural".

Para C2 a função social da cooperativa traduz-se na atribuição de um sentido por parte da população associado ao conjunto dos problemas da região que foram levantados na época da sua criação e, ainda, pela diferença percebida nas relações entre as pessoas quando deixou de funcionar:

"O povo se reuniu e debruçou-se sobre os problemas de L., fazendo pedidos e reuniões, fazendo levantamento dos problemas ligados à sociedade de L. Mas, depois, chegou a uma fase em que parecia que já tinham se cansado ou desleixado, o que implicou na queda da cooperativa".

"(...) para mim, a cooperativa é um dos elementos mais importantes dentro de uma comunidade. Antes, quando existia a cooperativa, existia mais um laço de união entre os cooperadores e, conseqüentemente, da própria sociedade. Portanto, há algum tempo a cooperativa ficou parada e a gente ficou um pouco disperso".

Este mesmo cooperador destaca a oportunidade que a cooperativa ofereceu à comunidade de sair do isolamento, receber e fazer trocas com cooperadores de outros países:

"Ela se desenvolveu a tal ponto que tivemos cooperadores da Dinamarca a fazer intercâmbio com a nossa cooperativa(...) Eles nos ajudaram na ampliação das construções da cooperativa(...) nos deram mais idéias sobre o funcionamento de uma cooperativa".

C5 também atribui à cooperativa a visibilidade que a sua comunidade recebeu quando, em contato com estrangeiros, pode ser filmada enquanto realizava atividades cotidianas. O registro marca um momento importante de afirmação da identidade, enquanto grupo, perante um outro, antes desconhecido:

"Aquele R. também filmou-nos, nós aparecemos no filme. Lá no INC! Tenta pedir-lhes porque está lá. Eles têm o filme em que estamos no mar (isso foi na associação de pescadores). Veio aqui à cooperativa, filmou-se os rapazes a dançar, a beber, a fazer isso... aquilo... Tudo isso no tempo do J.. Está lá. Está lá no INC!"

A utilização do espaço da cooperativa como local de encontro e lazer é referida por todos os cooperadores; o pátio da loja é, por vezes a praça do lugar onde as pessoas da comunidade se encontram para conversar, discutir assuntos de interesse de todos, jogar ou realizar festas e almoços, frequentemente com a presença de funcionários do INC.

C5 atribui à cooperativa um carácter de espaço neutro que, ao contrário do espaço doméstico, oferece melhores condições para as pessoas se reunirem e jogarem sem que haja um anfitrião, obrigado a servir almoço aos visitantes. No caso destas comunidades em que é difícil garantir a alimentação da própria família, este é um aspecto importante que o cooperador ressalta:

"(...) queríamos arranjar tanto mesa quanto cadeiras para jogarmos às cartas, oril... costumamos jogar cartas... jogamos lá, passamos o tempo livre lá. Queríamos fazer um quintal mas... se a cooperativa daqui estivesse com mais 'força', já o teríamos feito,(...) Como no domingo, por exemplo, sentamo-nos lá a jogar desde manhã até à tarde(...) lá na cooperativa... porque é mais à vontade, não INComodas ninguém".

Para **C8**, além de loja, a cooperativa também é o lugar onde as pessoas se encontram para realizar atividades de lazer como festas, almoços de confraternização e atividades culturais como a visita de um conhecido humorista e dos funcionários do INC.

A referência ao papel da cooperativa enquanto espaço que proporciona o lazer e o encontro entre as pessoas remete **C8** à lembrança de uma visita que os sócios fizeram à organização de outra localidade e avalia o benefício que trouxe:

"Fomos a outra cooperativa lá em Tchom Bom(...) Os sócios disseram para irmos. Mas, naquele dia, aquela cooperativa ficou 'fornecida'(...) ficou 'garantida' porque fomos daqui(...) era um carro cheio. Nem todos foram(...) Daí, chegamos, compramos, bebemos, fomos para cá, para lá... naquele dia, aquela cooperativa de Tchom Bom, no Colunato, ficou 'garantida' ".

No caso das duas cooperativas que tiveram as suas atividades comerciais encerradas, o benefício comum para a comunidade traduz-se, atualmente, na

atribuição de uma função social pela utilização espontânea das suas instalações no espaço de lazer onde as crianças brincam e os adultos se reúnem para conversar nas horas livres. Num dos casos, o seu interior serve a um morador que ali se instalou e realiza uma pequena atividade de venda de alguns produtos.

Para o cooperador C4, é exatamente esta função de *"ajudar a sociedade"* que *"obrigou a todos a entrar como sócios"* porque viram que a cooperativa *"serve bem"* e que *"dá um grande lucro"*. Lucro é aqui entendido como o benefício dos cooperadores puderem comprar num lugar mais acessível, a preços mais baratos que não sofrem aumento pelo fato dos produtos serem vendidos a crédito. Por outro lado, como donos da cooperativa, podem solicitar à direção a aquisição de produtos que pretendem consumir e, ainda, contar com os serviços da cooperativa a qualquer momento de uma emergência como, por exemplo, quando ocorre uma morte:

"Quando é de dia ou de noite, quando há um caso de morte, ela nos serve! Há 3 dias, houve uma morte então, eles foram lá a minha casa, eu vim abrir a cooperativa de noite. A morte era lá na minha vizinhança e, aí, eu vim junto com eles... o que precisavam nós levamos para lá."

6

AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

Verificamos, pela análise dos discursos¹, que alguns temas indicados descrevem a prática do cooperativismo. O trabalho, a identificação da diferença entre os que concebem e os que executam o conceito de cooperativa, as formas de exercício de poder na cooperativa e o significado desta na sua inserção junto às comunidades rurais esclarecem sobre o conteúdo das representações sociais da cooperativa. Indicam ainda o processo através do qual estas se associam a uma prática social específica.

6.1. O conflito da terra

A referência à origem das cooperativas agrícolas remete os cooperadores a um conflito em relação à propriedade e posse das terras² que, à época da independência, deveriam ser trabalhadas pelo sistema de cooperativas, por antigos trabalhadores rurais. Deste conflito, os cooperadores indicam como protagonistas, de um lado, o proprietário da terra ou quem defende os seus interesses e, de outro, o Estado e os futuros cooperadores, apoiados pelo Partido e o INC.

P4 identifica como promotores da idéia de cooperativa algumas pessoas ligadas ao INC que procuraram mostrar aos camponeses as vantagens de terem um terreno próprio, trabalharem juntos e dividirem por igual o resultado da produção. A adoção da idéia por parte dos que trabalhavam com o rebanho de uma propriedade marca o início de um confronto permanente com o proprietário que termina apenas quando, por pressão deste, a cooperativa é extinta.

¹ Apresentamos trechos das falas dos cooperadores aqui designados pela letra P. Os diferentes números que acompanham a letra, referem-se a uma codificação adotada para a identificação dos sujeitos.

² À época da independência, deveriam ser trabalhadas pelo sistema de cooperativas, por antigos trabalhadores rurais.

A formação da cooperativa tem, para **P4**, o sentido de um conflito em relação ao meio (a terra) que, de posse individual, tornaria possível a realização de uma idéia de coletividade. Neste conflito, a atuação do proprietário (que inviabiliza o projeto) é descrita como injusta e contrária à atitude apaziguadora dos cooperadores:

"Quando ele queria tomar o terreno, aí, fomos pedir-lhe para ver se ele não poderia nos arrendar para fazermos a nossa cooperativa. Ele disse que não daria nenhum terreno a nenhum macaco para fazer cooperativa! (...) Que o seu terreno, ele não arrendava e nem dava para a cooperativa".

No seu discurso, **P4** descreve todo o período de funcionamento da cooperativa como marcado por oscilações entre os investimentos do INC no terreno, o trabalho dos agricultores e o confronto com o proprietário durante os períodos da colheita.

Do conflito original que marcou a criação da sua cooperativa, **P3** registrou o que lhe contaram da seguinte forma:

"Esta área de (...) até à cooperativa de consumo, disseram que era de um senhor. Mas não dá para eu contar a história com muita muita certeza porque eu era ainda menininho. A partir da independência, tomaram esta propriedade... Mas, nem depois da independência... não sei se passou a ser cooperativa ou não".

Entretanto, as consequências possíveis do desenrolar deste conflito são por ele temidas:

"Depois da mudança política³, disseram que o dono vinha aqui tomar o seu terreno mas nós não temos nada com ele; o INC é que nos deu o terreno! Se ele quiser, que vá tomar lá no INC! Nós não temos nada com isso. O nosso assunto é com o INC! É com o INC. Ele não pode chegar e vir tomar assim...!"

Referindo-se à ilegitimidade das reclamações dos que ocupavam o terreno antes da cooperativa, **P5** remete-se ao significado que para ele tem a posse da terra:

³Refere-se ao regime do multipartidarismo adotado a partir de 1991

"Arranjamos este lugar aqui(...) era 'extraviado' de terra, que as pessoas atravessavam com os seus currais aqui... Alguns foram indenizados, outros foram malcriados, aí, não conseguimos... não conseguimos indenizá-los. Mas, aqueles que... que andaram sempre com civilização, nós indenizamos por causa do trabalho que tinham feito. O terreno não era deles... o terreno não era deles. Eles não tinham nenhum documento que dizia que era deles. Só que eles tinham o seu trabalho porque a achada era vazia, era dos animais".

Entretanto, a atitude de um proprietário de terras próximas, apesar de prejudicar os trabalhos na cooperativa, é vista da seguinte forma:

"Viemos a ter um atraso... faz um ano e tal que tivemos um atraso porque o morgado... a água vem da várzea, vem da várzea e, o morgado reteve-nos a água de lá de perto de Junta... Demorou-se para se resolver essa coisa! Então, daí, tivemos 90 dias... não tínhamos água, o lugar ficou seco!"

Membro da única cooperativa de Santiago que se formou num terreno vendido aos trabalhadores rurais ainda na época colonial, com a intervenção do Estado, P1, atualmente um ex-cooperador, sintetiza a diferença que significa a posse da terra para a criação da cooperativa:

"Cooperativa igual à de M.⁴, só a de M.! Porque, M. comprou a sua propriedade e, da sua propriedade fêz cooperativa. Os outros, foi-lhes dada a propriedade!"

É esta característica que o faz estabelecer a diferença com as outras cooperativas e adiantar um sentido do que seja cooperação a que os demais cooperadores não se referem:

"Quer dizer, nós começamos com coisas de cooperativa antes da independência. Só não tinha sido 'feito' o nome, ainda. Mas, no começo, 'cooperava-se', dava-se aquele sentido de cooperação. Daí, então, é que veio a ter o verdadeiro nome de cooperativa!"

⁴ Nome de localidade e da cooperativa agrícola a que pertenceu

6.2. Os promotores da cooperativa

Conforme P1 se refere, embora já tivessem um sistema de cooperação anterior, a sua denominação "verdadeira" surge depois que o Partido inicia a mobilização popular em torno das cooperativas:

"No governo de transição, já tínhamos a nossa cooperativa. Tínhamos a nossa cooperativa mas não lhe dávamos esse nome. Mas já cooperávamos em igualdade(...) Até, eu digo que tínhamos até solidariedade, tínhamos... posso chamar de ajuda mútua porque, uma pessoa que não tem condições para arranjar uma coisa, nós ajudávamos a arranjar. Então, aqui está uma ajuda mesmo!(...)

É a primeira cooperativa que foi fundada mas, foi oficializada mais tarde. Daí, já estávamos tão habituados que, daí, já não nos importávamos mais com isso".

Com os principais promotores das cooperativas em Santiago, o antigo sistema de cooperação espontânea a que se refere o cooperador tomou a forma de cooperativa de consumo e de produção que têm o apoio do Estado: "Sempre tivemos apoio da Central de Cooperativas ou do Instituto Nacional das Cooperativas... Apoio também de técnicos da repartição. Nós não fomos abandonados não!"

O conteúdo ideológico da fala de P1 remete-se às perspectivas iniciais dos promotores do cooperativismo após a independência:

"Eu confio, aposto na cooperativa, que ela vai se desenvolvendo porque a cooperativa criou-se junto com a independência. Aliás, a independência baseou-se na cooperativa. Porque, nós vemos que o Cabral não podia lutar sózinho mas... E aquelas pessoas? Que nome podemos dar-lhes? Aqui já vemos uma cooperação. É isso que eu digo: que a cooperativa criou-se junto com a independência e, se não se cooperasse o esforço, a luta não iria adiante; ia até um ponto e pararia porque eles não têm... nenhum apoiaria o outro.

P5 conta como a cooperativa nasceu na sua localidade:

"No início... a questão era de que arranjassemos um emprego aqui. É a razão que nos fundaram a cooperativa.(...) Então, daí... no começo, eu não sabia o que era uma cooperativa... real. As coisas foram conversadas ... no começo... mas eu não sabia o que era cooperativa! (...) Daí, conseguimos arranjar esta cooperativa agrícola por causa do apoio do Estado. Fomos apoiados pelo Estado.(...) Aí é que viemos encontrar o apoio... em dinheiro. Aí é que 'abrimos' e fomos trabalhando nesta cooperativa".

O cooperador **P6** remete-se aos primeiros tempos em que o cooperativismo passou a ser conhecido na sua localidade e destaca a atuação dos que considera serem os promotores da iniciativa:

'Naquela época era... quem 'coisava' essas diretrizes era o governo que tinha... a cooperativa era com o município e... e, o município daqui... quer dizer, eles queriam formar cooperativa, cooperativa para melhorar o nível de vida dos seus... dos seus membros mesmo. (...) Porque eles achavam que, numa cooperativa, pelo menos há igualdade de direitos entre os sócios(...) Não há mais ricos, não há mais pobre na cooperativa... pelo menos dentro da cooperativa... Não há nada disso. É por isso que optaram por criar uma cooperativa.

Tinham essa idéia de formar mesmo uma cooperativa... Porque, poderiam ter formado mesmo uma sociedade ou um... ou uma coisa ou outra... Podiam ter formado isso mas não formaram: formaram uma cooperativa.

(...) Depois, junto ao INC, os próprios membros do INC faziam reuniões para incentivar grupos de jovens a criar cooperativas."

Este cooperador ainda destaca outro protagonista como um importante impulsionador da cooperativa: trata-se da cooperação de um país europeu cujo apoio financeiro viabilizou o projeto político do cooperativismo. **P6** identifica estes segundos promotores como tendo um projeto de desenvolvimento da região do qual fazem parte as cooperativas que financia na localidade mas, pela experiência de relacionamento com os seus responsáveis, considera que, no momento atual, após as mudanças políticas no país, para eles, não lhes interessa o tipo de organização

esta oficina aqui acabe ou que a cooperativa R. acabe, ou que a outra acabe⁴ ...Que isso eles não permitem! Que, se fôr para isso, então eles tomam e dão a outra pessoa! Que, se fôr para acabar, eles tomam e dão a outra pessoa que não nós, por exemplo(...)"

Este cooperador retoma o que considera serem os princípios que inicialmente serviam de suporte a este apoio:

"Se neste momento voltarmos, se viermos a organizar a cooperativa agora... não teremos mais aquele apoio da Áustria. Porque, se fôsse uma sociedade, nós estaríamos a enriquecer. A Áustria não nos apoiaria... nós, 12 pessoas... para enriquecermos! Isso ela não apoiaria! Mas, no caso da cooperativa, como somos nós que enriquecemos..."⁵

6.2. O mando e a liderança

Sobre a autoridade e responsabilidade dentro da cooperativa, do mesmo modo que os outros cooperadores do setor agrícola, P1 refere-se a mais de um personagem e identifica as circunstâncias em que tais papéis eram assumidos. O Estado apresenta-se como o principal responsável pela manutenção da cooperativa para cuja constituição contou com iniciativa de um técnico que lhes dava assistência⁶ e, na época, considerou conveniente que "fizessem" uma cooperativa.

O tema suscita que este ex-cooperador se coloque enquanto sujeito de várias ações, apresente as suas expectativas e assinale a impossibilidade da cooperativa funcionar sem uma atuação conjunta e igualmente direcionada de todos:

"Eu era 'testa' nela, de forma que nós 'vencíamos' mais ou menos bem mas não deixávamos de ter comissão que é onde tínhamos a nossa assembléia que

⁴ Na localidade, existem mais duas cooperativas financiadas por esse país.

⁵ Entendimento de que, o enriquecimento na cooperativa pertence a todos e não pode ser visto como recurso de um, apenas.

⁶ Refere-se a um técnico do serviço governamental de agricultura que prestava assistência técnica aos agricultores

mandava de forma que aqui... pena é que passamos a decidir mas não punhamos na prática porque eu queria que puséssemos na prática, o outro fugia, o outro fugia".

De igual modo, as representações sociais associadas à figura responsável pela cooperativa de produção ou de consumo são comuns e, a imagem de que P1 se utiliza diz respeito a ambas:

"Se dentro da cooperativa houver uma pessoa que é desonesta, que não está a melhorar, se a deixarem lá em cima, como é que é? É como amarrar uma cabrinha ao pé de um jardim. Todos os dias ela tira uma folha daquela planta e acaba por secá-la.(...)

A cooperativa, desde que tenha uma pessoa honesta nela, dá. Mas, uma pessoa desonesta na cooperativa, é como ter uma cabra junto do jardim; toda a planta que... coisa, assim... ela arranca e não desenvolve nada".

P2, antigo pescador de bote, hoje membro de uma cooperativa de pesca, remete-se à figura do presidente, único elemento do grupo a que atribui a autoria das idéias, desde a iniciativa de criá-la às decisões sobre o seu funcionamento e contato com outras instituições. O cooperador considera que mantém uma dívida para com o presidente por este tê-lo escolhido, de entre tantos, para *"ser o seu trabalhador junto com ele"*. Ao presidente compete-lhe todas as responsabilidades pelo funcionamento da cooperativa na sede⁷ e, a divisão de tarefas entre os demais cooperadores respondeu à necessidade de diminuir a sua carga de trabalho. O cooperador atribui ao INC o papel de auxiliá-los nas tarefas mais complexas de contabilidade e de fiscalizar o cumprimento das diretrizes gerais sobre a cooperativa:

"Aquele contabilista do INC, ele dá-nos apoio na contabilidade, ele disse que o capital mínimo que a cooperativa pode ter é de trezentos contos⁸ de capital social. Tínhamos que aumentar o capital social para 'coisar' o regulamento."

O fato de, apesar de mais novo, ser o que tem *"mais escola"* justifica que P3 tenha sido o escolhido como *"membro superior da cooperativa"*, como designa o

⁷ No barco, o mestre é o superior de todos.

⁸ Trezentos mil escudos caboverdeanos.

cargo de presidente. A escolha foi feita pelos sócios mais velhos da cooperativa conforme o próprio avalia. No caso de **P7**, as decisões são tomadas pelas quatro mulheres do grupo, escolhidas porque sabem ler e escrever e, depois, transmitidas às demais integrantes da associação.

Em meio ao conflito que os opôs ao proprietário durante o tempo de existência da cooperativa, **P4**, além de agricultor, assumiu as responsabilidades de presidente que define como o organizador do trabalho no campo (horário de trabalho e divisão de tarefas) e o que devia deslocar-se à capital e fazer contatos com o INC e as autoridades procurando resolver as questões ligadas às invasões constantes do terreno e apropriação do produto da colheita por parte dos mandatários do proprietário.

O INC encarregava-se de adquirir equipamentos e introduzir técnicas para a melhoria do plantio, atribuição também reconhecida por **P5** que, ainda, refere-se ao papel do INC e das autoridades oficiais na resolução do conflito com o morgado que não queria ceder água para as suas plantações e a obtenção de financiamento para investir na cooperativa. Este cooperador atribui aos órgãos da cooperativa o papel de assegurar a realização das tarefas cotidianas, restando os que não possuem qualificação adequada para o desempenho de funções burocráticas. Por esta divisão, o cooperador apresenta o que, para ele, é coletivo na tomada de decisão:

"Quer dizer, nós temos esta secretaria com números para controlar toda a atividade da cooperativa, principalmente campo de aviário e tudo mais. Temos um conselho de direção... um conselho é assim: nós temos uma di... um homem que é a 'cabeça', que é a direção. Nós temos... dentro da direção, nós temos conselho que tem... acho, umas... umas cinco pessoas. Outro... tem atividade para venda, comercial, temos um secretário, temos... um secretário, um contabilista, temos... já me esqueci o nome. Tem um cofreiro que chamamos... já me esqueci o nome... Tesoureiro. Deixa-me ver... parece-me que são cinco pessoas. Temos um homem que ele é a direção. Portanto, essas cinco pessoas estão aí para... para controlar as atividades da cooperativa, para não extraviar.

E nós, o restante, nós trabalhamos no campo."

P6 pertence a uma cooperativa cujo setor de atividades conheceu um grande desenvolvimento após a independência e, as exigências de uma maior racionalização das tarefas, mantêm-no no meio a uma contradição com as características empresarias que a organização apresenta. Do primeiro presidente da cooperativa, **P6** destaca a sua atuação num ambiente onde as exigências a respeito do seu desempenho eram diferentes das que o presidente atual precisa enfrentar. Num primeiro momento, o presidente tinha como principal função incentivar as pessoas a ingressarem na cooperativa, mostrando as suas vantagens. Na época, *"o presidente trabalhava no município mas saiu para abrir isto, para abrir esta cooperativa. Naquela época, tinham só uma máquina para trabalhar e cada um fazia o seu e ia embora"*. Em contraste, as modernas e eficientes máquinas que possuem hoje exigem cada vez maior especialização e complexização da forma de organização. No momento atual, a escolha do presidente, segundo **P6** deve considerar sobretudo as suas responsabilidades à frente de uma empresa de tal porte:

"Um guarda, por exemplo, não pode ser presidente. Porque, pode chegar um cliente... ele é guarda, não tem nenhum conhecimento técnico de... na área de carpintaria, um cliente pode enganá-lo. Pode enganá-lo ou... Porque ele é que faz os negócios da cooperativa. Suponhamos que ele vai fazer negócios da cooperativa... ele não está de dia, por exemplo, (porque o guarda fica à noite). Suponhamos que ele trabalhe de noite; de dia ele não está na cooperativa! Ele não pode ser presidente!

Por exemplo, se o carpinteiro é presidente... ele passa um monte de tempo fora do seu posto de trabalho porque ele tem de estar sempre a ... nos negócios da cooperativa, ele é que assina todos os documentos da cooperativa, o presidente é que assina, ele tem de passar um monte de tempo a assinar documentos! Por exemplo, tem de passar o tempo a fazer uma série de coisas. É por isso que optamos para que... um presidente, automaticamente também tem que ser gerente!"

Por exemplo, se o carpinteiro é presidente... ele passa um monte de tempo fora do seu posto de trabalho porque ele tem de estar sempre a ... nos negócios da cooperativa, ele é que assina todos os documentos da cooperativa, o presidente é que assina, ele tem de passar um monte de tempo a assinar documentos! Por exemplo, tem de passar o tempo a fazer uma série de coisas. É por isso que optamos para que... um presidente, automaticamente também tem que ser gerente!"

6.4. Os beneficiários

Nas cooperativas de produção parece existir uma identificação clara dos beneficiários do resultado alcançado com o trabalho coletivo; entre cooperadores e trabalhadores que são eventualmente contratados, mesmo que realizando as mesmas tarefas, sabe-se que os benefícios auferidos serão diferentes.

Para **P1**, os sócios são a própria razão de existir da cooperativa e, também, os principais responsáveis pela sua extinção, como foi o seu caso em que os cooperadores preferiam usar a cooperativa como um espaço em que os laços familiares se prolongariam:

"De fato, uns termos que de vez em quando se empregavam, devem ser empregues na cooperativa de sócios, de que a cooperativa é de sócios. Se os sócios querem arrebrantar com a sua cooperativa, não aparece ninguém para lhes mostrar até que ele veja que está a arrebrantar com a sua cooperativa. A cooperativa arrebranta-se sim e é por causa dessa questão que eu considero que a cooperativa foi indo para trás, cada um que tivesse a sua família, passou a querer que a família trabalhasse mas não tínhamos condições de adquirir dinheiro para pagar salários a todos, né?"

P1 considera que, ao longo do tempo, ser beneficiário da cooperativa, traduziu-se numa atitude de espera e exigência em relação à organização à qual os cooperadores não teriam correspondido à altura: *"Noto na cooperativa, primeiro, a falta de honestidade e, o outro é que, infelizmente, na cooperativa só se fala em*

direito. Mas, eu faço isso porque é meu dever, ninguém faz... Primeiro é o dever. Mas não é só na cooperativa; é em tudo."

Tratando-se de um benefício de todos, a concertação coletiva é, para este cooperador, a condição essencial para o seu funcionamento:

"É preciso uma reunião para vermos bem quem é que quer e quem não quer cooperativa porque, todos nós queremos cooperativa mas, deve ter um modo que eu quero, que um ou dois querem daquela maneira... deve ter o outro que eles já combinaram que queriam de outra maneira(...) Agora, temos de ver se encontramos, de entre os cooperadores, aquela correspondência sim, aquela correspondência que a cooperativa exige."

Pessoalmente, **P1** percebe-se um grande beneficiário da cooperativa pela visibilidade que esta lhe proporcionou e a atribuição de uma identidade correspondente ao fato de ser cooperador: *"Eu fui bastante conhecido que, quase todas as repartições em que eu chegava, atendiam-me porque eu era da cooperativa de M., devido a isso, talvez e a estima e consideração."*

P2 atribui à chegada do barco o início efetivo da cooperativa mas, segundo ele, foi preciso fazer antes uma avaliação das pessoas que tinham condições de ser cooperadores e, durante o tempo em que esperavam o barco, procuraram "segurar" a cooperativa, ou seja, ver *"até onde os sócios podiam ir, até onde teriam coragem"*, o que significou 'aguentar' a espera do barco e cada sócio *"entrar com a sua metade também, para ajudar a cooperativa que era para ela ter mais 'autoridade'."* Remetendo-se à sua experiência pessoal, **P2** descreve o que considera como principal benefício da cooperativa:

'Quando entrei na cooperativa, senti bastante mudança, muita mudança. Porque daí, fui vendo as coisas de forma diferente da pesca de bote porque, até que eu consiga remar até ali e voltar... Bom, no barco, estarei mais abastecido do que preciso! Por acaso ficou diferente porque também, na pesca de bote, eu tinha o que ganhava mas, se passar uma semana sem ganhar nada, eu não tenho nada! Onde é que eu vou pegar? Eu não tenho onde pegar!'

Mas nesta cooperativa, se ficar um mês sem receber nada, a cooperativa apóia o seu trabalhador que é para ele aguentar naqueles dias que ele não tem nada em casa."

Ser agricultor sempre foi a aspiração de **P3**, realizada com a sua entrada na cooperativa: *"Eu gosto, sempre gostei do serviço agrícola, sempre ficava junto com eles a aprender, a fazer junto com eles".* Outros benefícios que recebe pelo fato de ser cooperador coincidem com o que todos esperam receber da cooperativa:

"Eu acho que o sócio da cooperativa tem uma liberdade com o seu serviço da cooperativa e..., por exemplo, não sei como muitas pessoas consideram que seja a cooperativa mas eu, o meu caso, considero que a cooperativa é uma organização que serve para recolher os problemas dos seus membros.

E, neste caso, eu trabalho para ser 'progressivo', para esta cooperativa ser 'progressiva' para quando houver uma necessidade 'excessiva', a cooperativa tem que se responsabilizar para essa necessidade dos membros da cooperativa."

Na medida em que se trata de uma organização pertencente a uma coletividade, **P3** entende que os seus dividendos devem ser repartidos como acontece na sua cooperativa: *"Tiramos um xis que fica para a cooperativa, que é daqui, que é de casa. Fica outro xis que é para nós. Uma metade fica aqui, a outra é dividida entre os membros."*

Uma experiência recente com a expulsão de alguns cooperadores faz com que **P3** reflita sobre a forma como deve ser desfeita a relação cooperador-cooperativa, nestes termos:

"O cooperador só pode sair da cooperativa se cometer algum erro ou, se ele não cometer nenhum erro e se decidir a sair, pode combinar com os seus... reunir-se com os seus colegas para explicar primeiro por que não quer ficar mais na cooperativa. E então, ele sai da cooperativa. Porque nós também, nenhuma organização vai obrigar uma pessoa a ficar num lugar que ela não queira. E também, não vai se sujeitar a admitir uma pessoa que esteja com artimanhas. Podemos combinar que, dentro das Bases Gerais, podemos entregar a uma pessoa que está a sair da cooperativa sem cometer nada, por exemplo, uns vinte contos, uns quarenta

Mas nesta cooperativa, se ficar um mês sem receber nada, a cooperativa apóia o seu trabalhador que é para ele aguentar naqueles dias que ele não tem nada em casa."

Ser agricultor sempre foi a aspiração de **P3**, realizada com a sua entrada na cooperativa: *"Eu gosto, sempre gostei do serviço agrícola, sempre ficava junto com eles a aprender, a fazer junto com eles".* Outros benefícios que recebe pelo fato de ser cooperador coincidem com o que todos esperam receber da cooperativa:

"Eu acho que o sócio da cooperativa tem uma liberdade com o seu serviço da cooperativa e..., por exemplo, não sei como muitas pessoas consideram que seja a cooperativa mas eu, o meu caso, considero que a cooperativa é uma organização que serve para recolher os problemas dos seus membros.

E, neste caso, eu trabalho para ser 'progressivo', para esta cooperativa ser 'progressiva' para quando houver uma necessidade 'excessiva', a cooperativa tem que se responsabilizar para essa necessidade dos membros da cooperativa."

Na medida em que se trata de uma organização pertencente a uma coletividade, **P3** entende que os seus dividendos devem ser repartidos como acontece na sua cooperativa: *"Tiramos um xis que fica para a cooperativa, que é daqui, que é de casa. Fica outro xis que é para nós. Uma metade fica aqui, a outra é dividida entre os membros."*

Uma experiência recente com a expulsão de alguns cooperadores faz com que **P3** reflita sobre a forma como deve ser desfeita a relação cooperador-cooperativa, nestes termos:

"O cooperador só pode sair da cooperativa se cometer algum erro ou, se ele não cometer nenhum erro e se decidir a sair, pode combinar com os seus... reunir-se com os seus colegas para explicar primeiro por que não quer ficar mais na cooperativa. E então, ele sai da cooperativa. Porque nós também, nenhuma organização vai obrigar uma pessoa a ficar num lugar que ela não queira. E também, não vai se sujeitar a admitir uma pessoa que esteja com artimanhas. Podemos combinar que, dentro das Bases Gerais, podemos entregar a uma pessoa que está a sair da cooperativa sem cometer nada, por exemplo, uns vinte contos, uns quarenta

contos conforme virmos que é a nossa possibilidade. E, uma pessoa que sai, como tem dinheiro, é claro que sai sem nada! Sem nada da cooperativa!

Uma pessoa... para sair, eu penso que é decisão da cooperativa."

Por fim, este cooperador apresenta o que considera ser o maior benefício da cooperativa: *"Eu vejo que os membros da cooperativa são membros que produzem, que fazem. Eles fazem dinheiro! É por isso que... todas as pessoas gostam de dinheiro, não é?"*

Para referir-se aos benefícios da cooperativa, **P4** relaciona uma forma de viver individualizada e a possibilidade que a cooperativa traz de ser solidário para com o outro: *"Se a senhora tem um jantar nas mãos e eu não tenho, eu não a trato bem. Se eu tiver poder, ou tiro-o de si ou... ou tiro-o de si e passo para mim. Mas, quando formamos a cooperativa, nós comemos..., comemos junto com todas as pessoas."*

Ser da associação, segundo **P7** é pertencer a uma organização que pode proporcionar um emprego, ter um trabalho mesmo que este dependa das oscilações da associação¹⁰. Apesar da instabilidade, é clara a diferenciação entre quem pertence ou não à associação: *"Somos 24 associações", avalia P7 e conta por que isso as diferencia: "Nos disseram que aquela associação ficaria para nós mesmo porque, aquelas plantas que nós plantamos ficariam para nós. Fizemos o trabalho todas juntas! Todas juntas! Só pagamos aos homens porque eles não... eles não são da nossa associação, daí, tivemos que pagar-lhes."*

P5 indica os beneficiários da cooperativa: *"Somos nós que aqui temos lutado e vivido e, até agora, aqui estamos vivendo. Não podemos dizer que estamos ricos mas, é aqui que vivemos! Todos nós que estamos empregados aqui, dizemos que encontramos... que arranjamos um lugar de trabalho que nos serve."*

Por isso, justifica o seu engajamento:

"Primeiro fui membro da cooperativa de consumo e, segundo, eu tenho mais amor de ser desta cooperativa. Eu mesmo mobilizei as pessoas para que

¹⁰ Que depende de financiamentos para sobreviver e ainda não conseguiu um mercado fixo para a lenha que as mulheres retiram das pequenas árvores plantadas.

avançássemos. Eu tinha interesse porque eu tenho conhecimento perfeito de que as coisas... que nós levaríamos para a frente. Por isso, eu tinha que mobilizar. Eu sou o primeiro, um dos primeiros.

O cooperador **P6** considera que o principal benefício da cooperativa está na sua rentabilidade e foi escolhida porque já conheciam as suas vantagens por não pagar impostos e por ter crédito junto ao INC. Para ele, o beneficiário da cooperativa deve corresponder ao perfil estabelecido no regulamento: *"No nosso regulamento diz que só pode ser sócio uma pessoa que trabalha aqui na cooperativa. Porque há outras cooperativas, há outros regulamentos que... pode ser uma pessoa de fora. Mas nós preferimos alguém que trabalha aqui, que pode ser sócio. e até hoje é assim que está no regulamento."* Neste caso, o beneficiário deve reunir características tanto de sócio como de trabalhador, conforme destaca **P6**:

"Mesmo os sócios são sindicalizados. Porque os sócios são donos da cooperativa mas podem sindicalizar-se. Porque, entre os sócios, pode acontecer uma injustiça entre os sócios, podem fazer-lhe alguma coisa. Se a maioria... a maioria pode optar por uma coisa errada! Ou a maioria não gosta dele e o expulsa, por exemplo. Ele recorre ao sindicato!"

Ser sócio da cooperativa a que pertence apresenta outras vantagens relacionadas com a sua própria inserção entre as cooperativas da localidade:

"Sentimo-nos mais bem tratados do que outras cooperativas. Quer dizer, talvez seja pelo nome. Sentimo-nos mais bem tratados porque beneficiamos muito mais do que as outras cooperativas daqui mesmo. Beneficiamos muito mais com a cooperação! Talvez porque nós pagamos o crédito pontualmente. Sempre pagamos o crédito pontualmente e pusemos-lhes claramente todas as dificuldades."

O cooperador apresenta-se como sujeito que procura o seguinte benefício na cooperativa: *"Se se estivesse a vir formar a cooperativa agora, eu... o nome também não me interessa, eu também... é como a cooperação austríaca; o nome não me afeta nada! Só preciso que seja uma coisa rentável, uma coisa que pode garantir-me o futuro. Essa é a minha idéia. O nome não me interessa, se é cooperativa ou se é..."*

se é sociedade anônima. Porque isso, o mais importante é o projeto. Basta uma pessoa apresentar-me um bom projeto, não me interessa o nome!"

6.5. O trabalho na cooperativa

A palavra cooperativa remete todos os personagens às representações sociais sobre o trabalho que, no seu conteúdo, encontram-se fundadas na concorrência entre elementos novos introduzidos pela prática atual e elementos anteriores, constituintes de um modo secular das relações de produção. A prática dos cooperadores determina o destaque de um desses conjuntos.

Vários "atrasos" estariam na origem do processo de extinção da cooperativa a que pertenceu **P1** que, entre eles considera como mais relevantes, em primeiro lugar, a dificuldade dos sócios em conciliar os seus interesses individuais e coletivos. Em relação ao trabalho, este fato se traduziria num conflito entre a necessidade de realização das tarefas no campo coletivo da cooperativa e na parte do terreno destinada ao cultivo individual, explorada por cada agricultor.

Sobre este mesmo tema, no caso de **P3**, a realização do trabalho coletivo e individual deve seguir os seguintes motivos:

" Por exemplo, a parte coletiva... tem uma parte em que trabalhamos para 'segurar' o próprio 'ser' da cooperativa. Para vermos se, de fato, conseguimos atender uma determinada coisa que desejamos... Podemos pensar em investir num campo... aquele dinheiro do campo, pensamos logo se vamos pagar uma dívida ou se vamos... ou se vamos 'conservá-lo' para investirmos noutra coisa. Mas, a parte individual, é uma parte que não tem nada a ver com a coletividade; ela só tem a ver

com... com a pessoa a que pertence. Pelo seguinte: e... quando há na parte individual... se tens necessidade de repolho, não vais pedir que a cooperativa te dê uma cabeça de repolho para tua satisfação ou para ofereceres a um amigo. Daí, antes de pedires, já sabes que tem no teu espaço e, então, vais lá buscar!

Porque, daí, senão, ficamos sempre a pedir favor, sempre a rondar a cooperativa para nos ceder e, assim, já não temos aquela percentagem de quilos que esperávamos. Os da coletividade não queremos que diminua... para os membros de fora... se tirarmos para nossa satisfação, ele diminui! Então, convém que seja posto na nossa parte individual".

Parte individual e parte coletiva, embora do mesmo campo, têm objetivos separados, pois o primeiro destina-se a cobrir as necessidades alimentares imediatas de cada agricultor e família enquanto que o trabalho no segundo deve satisfazer as necessidades de acumulação e rendimento da cooperativa, ou seja, do coletivo, a um prazo mais longo do que o primeiro.

P3 aponta para a exigência de cada cooperador- agricultor ter como objetivo, primeiro o coletivo e considerar que o trabalho na cooperativa agrícola deve responder às necessidades do grupo que não se confundiriam às individuais:

"Quem trabalha na cooperativa é uma pessoa que... que pensa, não vê só a sua, a sua parte: vê tudo, o geral! Por exemplo, quando vê para si, vê para mim, vê no outro. Aí, diz assim: 'Preciso de uma quantia xis' mas diz: 'Se eu tirar essa quantia que o Jorge e o Manuel também tirarem e... se eu tirar, não fica nada!' Por isso é que temos de 'aguentar', esperar quando tiver."

As vantagens da realização do trabalho coletivo também são apontadas por P4 pois, em relação ao seu grupo; conta que, esta nova forma de organização para o trabalho *"é uma grande vantagem para nós porque, na cooperativa, fazemos tudo coletivamente, tudo o que fazíamos era... um junto com o outro, todos juntos"*.

P5 remete-se às principais características da forma de trabalho no sistema de djunta-mon procurando mostrar, pela oposição, as vantagens do trabalho em cooperativa:

"A diferença é que, dantes, era trabalhar individual... cada um a trabalhar por si. Podíamos 'djunta-mon' mas... um almoço... a gente leva um almoço... hoje temos uma monda ou uma cova, uma lavoura de agricultura... aí nós nos uníamos em 'djunta-mon' mas era diferente. Para termos um dinheiro para termos uma produção, para termos uma cadeira, para termos isso ou aquilo, em conjunto...!"

Enquanto que outrora a gente se unia mas para um almoço, no... no passar do tempo... tinha 'djunta-mon' mas eu digo que era um djunta-mon sem importância. Mas cada um com o seu campo! Hoje você vai ao meu, vai ter comigo no meu campo, amanhã vou ao seu. É por isso que lhe digo mas... Mas agora, nós temos um 'djunta-mon' diferente! Na cooperativa é diferente. O trabalho é diferente!"

A diferença para este cooperador está no fato de que trabalhar em cooperativa permite-lhe "pensar no amanhã", trabalhar "com a idéia no futuro de amanhã", ter a expectativa de uma velhice tranquila.

P2 considera que, com a nova forma de organização, mantém-se inalterada a estruturação do trabalho na pesca; pois, no barco, em alto-mar, é o mestre que comanda as atividades mesmo que, em terra, o presidente da cooperativa seja outra pessoa. "No mar" diz o cooperador, "somos todos trabalhadores como qualquer um dos outros pescadores que trabalham para nós. Obedecemos ao mestre e realizamos as tarefas que devemos, conforme as nossas responsabilidades". Em relação ao trabalho, a cooperativa trouxe benefícios por torná-lo mais rentável (com a aquisição de um barco maior) e oferecer benefícios e segurança a uma profissão conhecida pelos riscos que oferece.

Antes de receber o barco, o tema das reuniões dos futuros pescadores, segundo **P2**, era a expectativa de que, na cooperativa, poderiam resolver problemas importantes para pescadores que trabalham no bote:

"Discutíamos sobre doença de família porque não tínhamos seguro, discutíamos sobre muitos problemas da cooperativa sem que tivéssemos no que pegar. Quer dizer, pensávamos: 'É o futuro!' Pensávamos assim; 'Bom, quando tivermos o nosso barco, se a família estiver doente, o sócio vai ganhar como se tivesse ido ao trabalho'. Também discutíamos assim, se o sócio morrer... (mas isso

foi antes de termos o barco, hein?) a família deve ter... alguma coisinha, ela deve ter a metade daquele sócio que morreu!"

É através do trabalho que se torna possível a estes cooperadores conhecer, de fato, os benefícios da cooperativa. O cooperador completa que, *"depois que começamos a trabalhar é que vimos a conveniência da cooperativa... vimos a validade que tem, que deve ter mais ainda"*. A avaliação destas vantagens é feita por uma comparação com a prática anterior e que se traduz numa diferenciação entre um pescador-cooperador e um pescador contratado pela própria cooperativa:

Com o barco, o trabalho na cooperativa trouxe maiores rendimentos aos seus associados e a possibilidade de ultrapassar o cotidiano e seus problemas imediatos e planejar o futuro, poder ambicionar a compra de um barco maior *"para ir mais longe, lá onde tem mais peixe"*.

A referência ao trabalho remete **P6** às diferenças entre a cooperativa e uma sociedade anônima; a partir da sua prática, separa o que no seu entender pode funcionar *"como cooperativa"* e o que deve ser realizado nos moldes do funcionamento de uma empresa. A dependência da primeira (cooperativa) em relação à segunda é a seguir explicada:

"A nossa 'coisa' é como cooperativa mas temos que adotar o sistema de trabalho como empresa. O nosso método de trabalho é como empresa. Nós já somos empresa, só temos o nome de cooperativa. Mas temos que... porque, se viermos a gerir como cooperativa... porque, a cooperativa, os sócios não ligam, os sócios não fazem isso mas, aqui, exigimos dos sócios! Porque temos que fazer exigências de uma empresa, em faltas, pontualidade, em tudo! Porque, senão, não funcionamos, não sobrevivemos! Se não exigirmos, não sobrevivemos. Se não fizermos uma gestão rigorosa em todos os aspectos, não sobrevivemos!"

Se não funcionarmos como empresa, automaticamente a cooperativa cai. Porque não tem suporte. A cooperativa está 'suportada' na empresa, se acabarmos como empresa, a cooperativa não existe!"

As vantagens e dificuldades de ambas permanecem contraditórias:

"Eu acho que a cooperativa tem mais... neste momento, prefiro fazer uma cooperativa do que uma sociedade anônima, por exemplo. Neste momento, prefiro fazer uma cooperativa porque a sociedade anônima tem vantagens e desvantagens¹¹. Se fôr uma sociedade anônima, temos que pagar esse apoio que a cooperação austríaca nos dá. Já na cooperativa não. E a cooperativa, até há pouco tempo, não pagava imposto".

Ao mesmo tempo, avalia a situação atual da seguinte forma:

"Eu estou achando que agora a cooperativa não tem muito aquela vantagem que tinha antigamente. Porque não pagava imposto, o que era uma vantagem(...) Hoje está em pé de igualdade com sociedades anônimas ou empresas. Por exemplo, a cooperativa também tem dificuldades no banco; você chega com o nome da cooperativa no banco e tens dificuldades em conseguir financiamento. Porque o banco sempre... sabe que a cooperativa tem dificuldade, que a cooperativa é mal gerida, que isso e aquilo... que tem dificuldades. É difícil dar-te um financiamento, dar-te um crédito. Mas se fôr uma sociedade, tens xis capital, pões fiador, eles vêm que vais pagar-lhes com certeza. Já com a cooperativa não".

Ao referir-se ao trabalho na cooperativa, o cooperador estabelece uma diferença entre as perspectivas que se tinha no início e a forma atual de trabalho. Ainda na escola, a idéia que lhe foi transmitida sobre o trabalho na cooperativa era simples, segundo ele:

" Tinha a idéia de formar alunos que saíssem e formassem cooperativas. (Tinha idéia) que se dava apoio para que 6 alunos formassem cooperativa. Sabíamos o que era, explicaram-nos(...) que era... (porque havia dificuldade de emprego), que os alunos saíssem e encontrassem emprego. (...) Tínhamos reuniões que nos diziam que podiam dar-nos uma máquina, por exemplo. Nós seis podíamos nos associar assim... para nos associarmos, para trabalharmos e depois pagarmos a máquina. ".

¹¹ Em outra ocasião, explica que, caso se organizassem em sociedade anônima, não receberiam auxílio da cooperação internacional porque seriam vistos como pessoas que pretendem enriquecer individualmente. No caso da cooperativa, o resultado do trabalho é dividido por todos, o enriquecimento seria "do grupo".

O trabalho dos primeiros cooperadores é assim descrito:

"Havia uma máquina, cada um preparava a sua peça, depois pagava, depois ia, depois vendia a sua... Depois, viram: 'Tem máquina na loja!' Vieram com a máquina, puseram... Depois que puseram a máquina aqui, viram que podiam fazer uma coisa maior, podiam formar uma cooperativa com 10 ou 20 pessoas. Formaram a cooperativa, foi subindo ano a ano, uns saíram, outros entraram... até que eles passaram a... cresceram de tal maneira que a instalação lá embaixo não era suficiente".

A diferença na forma de trabalho, segundo **P6** é que, atualmente, procuram introduzir o sistema de trabalho em série e outros procedimentos que permitam a maior rentabilidade das máquinas modernas que recebem da cooperação e, conseqüentemente, um maior rendimento da cooperativa-empresa.

As conseqüências do trabalho da cooperativa traduzem-se num maior rendimento para os cooperadores e, em termos sociais, num benefício para a localidade, atualmente conhecida pelo grande número de carpinteiros que abriga. A contribuição da cooperativa é caracterizada por **P6**:

"Depois da fundação da cooperativa, muitas pessoas aprenderam aqui. Aprendem e saem. Há muitas pessoas que pedem mesmo para vir aprender aqui, não para ficar a trabalhar aqui. Outros se interessam e ficam a trabalhar aqui. Mas outros aprendem e saem. Muitas pessoas já foram formadas e, a partir daí, passou a haver muitos carpinteiros aqui. Às vezes, até digo que há mais do que a necessidade. Porque há muitas oficinas, o lugar é pequeno. Quer dizer, há concorrência e ainda, fora a nossa porque a nossa... os nossos clientes praticamente não são daqui".

7

A LOJA, O CAMPO E O BARCO

Com base nos princípios universais do cooperativismo e nas orientações políticas dos programas de governo, nos países em desenvolvimento, as cooperativas são definidas como sociedade de pessoas que, através da prática do auxílio mútuo, procuram melhorar as suas condições de vida e, ainda, como um instrumento de promoção da mudança social e do desenvolvimento econômico em bases mais igualitárias.

Ao investigarmos sobre o conteúdo correspondente a estes princípios no discurso dos cooperadores, identificamos um sentido atribuído à cooperativa que destaca as suas características de organização vocacionada para a prestação de serviços e a gestão da produção.

Pelos temas apontados nos discursos, verifica-se que, no processo de construção do sentido da cooperativa, a noção abstrata transmitida traduz-se num objeto social significativo para os cooperadores, sujeitos deste estudo. Em torno deste objeto, forma-se um universo simbólico constituído, em parte, pelos elementos teóricos considerados proveitosos aos interesses dos indivíduos. A interiorização de uma proposta socialista se realiza por interferência das mediações simbólicas dos sujeitos, muito mais do que pelo conteúdo positivo que possa apresentar. Neste sentido, podemos compreender o alcance das críticas de Tragtenberg, referentes aos regimes socialistas que procuram impôr as mudanças: "O socialismo não significa sómente propriedade comum e controle dos meios de produção e distribuição, significa, também, igualdade, liberdade afetiva, reconhecimento recíproco e uma *radical* transformação das relações entre os homens. É a autêntica auto-consciência do homem" (1987: 22).

A introdução das cooperativas no cenário social do interior de Santiago suscitou, objetivamente, uma mobilização popular que, do ponto de vista interno de cada sujeito, correspondeu a uma reação subjetiva face à presença de elementos ideológicos, avaliados como ameaçadores, contrários às noções pré-existentes sobre o direito à propriedade privada. Esta rejeição indica uma identificação clara dos objetivos essenciais do cooperativismo, traduzidos como partilha e usufruto comum de bens existentes ou realizáveis. Os elementos considerados estranhos e ameaçadores a uma ordem social, compõem a proposta (oficial) de mudança social que é recusada por ser interpretada como "o comunismo que vem para a terra". Para os sujeitos, a cooperativa significa, neste contexto, uma forma de partilha dos bens pertencentes a cada indivíduo para o usufruto de toda a comunidade. Por esta interpretação verifica-se que a novidade atinge conteúdos profundos pois, na sua formação, as representações sociais da cooperativa têm a função afetiva de proteção das individualidades e da identidade social.

Pelo mesmo processo de familiarização com a novidade, os aspectos da idéia abstrata de cooperativa avaliados como úteis e que se referem ao conteúdo que a define como uma organização com finalidades econômicas específicas, são selecionados e separados do conteúdo ideológico inicial que é recusado. Pelo reagrupamento destes elementos, forma-se uma imagem da cooperativa que, conforme indicado pelos discursos, corresponde às necessidades e interesses das comunidades; a cooperativa é internalizada de forma positiva "quando as pessoas entenderam que ela era um centro do povo, para o povo ir comprar lá" ou, no caso das cooperativas de produção, "quando viram que era para ter um emprego".

Na prática, esta imagem corresponde a um objeto material identificado como cooperativa: a loja, o campo, o barco ou a carpintaria. Estes correspondem, portanto, à objetivação social dos significados atribuídos à cooperativa, a partir da interiorização da experiência vivida pelos sujeitos.

Retiradas de um repertório familiar, as qualidades atribuídas aos objetos que materializam a idéia de cooperativa indicam que a sobrevivência é um dos

elementos principais do conteúdo das representações sociais da cooperativa que, por este fato, apresenta-se como um lugar de intenso investimento emocional, onde são realizadas práticas sociais relativamente simples, se comparadas às propostas iniciais que pretendiam transformar a cooperativa num evento social capaz de conduzir a transformações sociais; a ação de cooperar traduz-se, para os sujeitos, essencialmente em usufruir, junto com outros, dos serviços prestados pela cooperativa e em condições favoráveis de acordo com o seu poder aquisitivo ou, no caso das cooperativas de produção, trabalhar junto e dividir, em partes iguais, o resultado da produção. Cooperar significa, ainda, para todos os sujeitos, ter colaborado com a sua força de trabalho na construção do edifício da loja, assistir às reuniões convocadas pelos funcionários do INC ou o presidente da cooperativa, participar das festas eventualmente promovidas pelos mesmos e “pôr aquele voto” para a escolha do presidente.

O engajamento exigido para a prática social do cooperativismo nas condições concretas apresentadas pelos sujeitos permite que recorram a formas por eles já conhecidas de participação social como membros da igreja ou de associações religiosas como o *meeting*, por exemplo. A ação de cooperar, nos moldes em que os sujeitos a definem, resultou na adoção de determinadas formas de conduta que puderam ser retiradas de um repertório familiar e adaptadas às exigências da nova situação. A permanência de formas anteriores de comportamento social evidenciam a influência de fatores de ordem cultural, do sistema de valores e da atividade do sujeito que se mostraram muito mais determinantes das condutas do que as pressões da nova situação e as condições objetivas apresentadas pela inserção de instrumentos associados a uma proposta de transformação do meio sócio-econômico e de mudança social. Ao invés da prática do cooperativismo modificar as formas anteriores dos indivíduos se organizarem para garantir a sobrevivência, verifica-se que a proposta revolucionária é que se integra ao sistema anterior de representações sem que estas se modifiquem nos seus elementos centrais. Daí o recurso a imagens anteriormente conhecidas para significar a cooperativa e a

descrição de condutas que indicam o retorno a práticas anteriores para dar conta da novidade.

No processo de re-significação da idéia de cooperativa, o conteúdo que representa o desequilíbrio cognitivo dos indivíduos é excluído; a ação de cooperar, tal como indicada pelos sujeitos, pressupõe uma ação coletiva que não coloque em risco as individualidades, permita a manutenção das formas anteriores de relação Estado/camponês, caracterizada pela prática da autoridade e hierarquia das condutas e a salvaguarda da família como célula nuclear da sociedade. Em relação a esta última, a regra adotada numa comunidade que proibia os familiares de um comerciante e os vizinhos da sua loja de realizar compras na recém criada cooperativa de consumo porque "fica mal" tem o objetivo de preservar laços considerados essenciais para a comunidade e que a cooperativa parece ameaçar, num primeiro momento. Posteriormente, quando a cooperativa assume o papel de "loja de todos", a determinação perde o valor, pois a identidade dos sujeitos não mais parece encontrar-se ameaçada pela presença da cooperativa.

A busca da preservação das identidades coincide com a indiferenciação entre um provável grupo social de cooperadores e o restante da comunidade; o "nós", sujeitos, cooperadores, presos a determinações sociais que ultrapassam a sua inserção na cooperativa, identificam-se, em primeiro lugar, como elementos de uma mesma comunidade e apresentam-na como sendo o sujeito coletivo que efetiva a ação de cooperar dando sentido, assim, à cooperativa. Tal promoção contraria as expectativas oficiais em torno da atuação do grupo de cooperadores como guia de toda a comunidade no sentido da autopromoção cooperativa. Porém, a indiferenciação entre cooperadores e comunidade está em consonância com as atribuições conferidas à cooperativa que, segundo os sujeitos, deve servir a todos. Indica, ainda, que a comunidade se percebe como sendo homogeneamente atingida pelas dificuldades de abastecimento e consumo.

Em relação às cooperativas agrícolas, a realização do trabalho coletivo nos moldes propostos representa, inicialmente, para os sujeitos, uma contradição em relação ao papel da família como célula nuclear da produção. Na resolução desse

conflito, a maioria das cooperativas adota o sistema de divisão de parte do campo em pequenas parcelas, exploradas individualmente, pelo cooperador e sua família. A necessidade de preservação do papel da família constitui-se, segundo um dos sujeitos, no principal motivo da extinção da sua cooperativa, pois a defesa da inclusão de vários membros da uma família numa mesma cooperativa contraria a necessidade prática de garantir o direito de acesso a um número de trabalhadores representativo da comunidade.

O trabalho é tema central e a sua referência nos discursos remete ao conteúdo simbólico das representações sociais da cooperativa. De forma direta encontra-se presente nas atribuições de significado das cooperativas de produção pois, segundo os sujeitos, o entendimento do que era a cooperativa foi obtido quando "viram" que "era para ter um emprego" ou, como conta o pescador, "quando vi o barco e compreendi que era para termos uma coisa nossa e trabalharmos juntos". O tema sugere aos cooperadores que estabeleçam uma comparação entre a forma de trabalhar na cooperativa e no sistema de *Djunta-mon* o que, por sua vez, permite compreender as qualidades da cooperativa, consideradas relevantes. Em primeiro lugar, o carácter permanente do trabalho na nova organização é avaliado positivamente, ao contrário das oscilações do sistema *Djunta-mon*, praticado em terrenos de sequeiro e dependente do regime de chuvas, portanto. As cooperativas de produção agrícola foram criadas em áreas de regadio o que significa, para os camponeses, a garantia de uma ocupação com a terra durante todo o ano. Por este fato, a cooperativa proporciona um vínculo permanente e "conciliador" com a terra o que, entretanto, não se traduz num sentimento de posse, pois a terra é percebida como sendo propriedade de um "dono" que, a qualquer momento, poderá reivindicá-la. Sobretudo nas circunstâncias atuais em que o sistema político sofreu transformações, há o temor de que, legalmente protegidos pela lei, antigos proprietários procurem retomar a posse das suas terras anteriormente nacionalizadas. Porém, ao contrário do *Djunta-mon*, pelo seu carácter mais permanente, a cooperativa agrícola significa, para os sujeitos, a possibilidade de acumulação, de futuro (a curto prazo), de "poder ter uma cadeira".

Tais melhorias não se apresentam como resultantes de uma transformação significativa nas formas de trabalhar a terra ou de relações no campo: verifica-se que a cooperativa presta-se a uma forma simples de organização do trabalho, no campo, no barco ou na carpintaria/ marcenaria. A possibilidade de transcender às práticas simples na produção representa, para o sujeito, carpinteiro e marceneiro, a necessidade de transformação da própria cooperativa. Na sua percepção, quando o trabalho torna-se mais complexo, as tarefas mais técnicas e os indivíduos mais capacitados, a cooperativa "tem que transformar-se, tem que passar a funcionar como empresa".

A cooperativa é principalmente referida pelo seu carácter de "lugar de trabalho", ao contrário do sistema Djunta-mon, historicamente apontado como importante espaço de encontros e trocas sociais relevantes que asseguram e reafirmam os laços de parentesco e vizinhança entre pares, fisicamente distantes entre si. Para as comunidades, o espaço de lazer que representam as cooperativas de consumo permite trocas sociais cotidianas, alimentadas, portanto, nas situações interacionais do alcance do tempo curto em que se realizam.

As características do vínculo entre as cooperativas de consumo e o sistema de produção, indicam que este é percebido como frágil e deficiente, incapaz de garantir o envolvimento das pessoas e, conseqüentemente, a sua sobrevivência. As incertezas face a um sistema de produção que tem como base a produção agrícola insuficiente traduzem-se, simbólicamente, no estabelecimento de um círculo permanente de dependência da cooperativa em relação ao trabalho, expressa na seguinte equação: se há trabalho, a cooperativa vende porque as pessoas podem pagar. Se não há, a cooperativa vende da mesma forma e as pessoas vão pagar quando puderem. A permanência no trabalho significa estabilidade para a cooperativa e, se o primeiro se apresenta instável, a solução (ideal) deste conflito, segundo os sujeitos, exigiria que esses dois fatos se mantivessem desvinculados. Na prática, há uma percepção da impossibilidade da separação: a cooperativa não deveria vender a crédito para poder ter lucro mas não pode deixar de fazê-lo porque as pessoas precisam comer. Por esta contradição, constata-se a discrepância das

disposições legais que proíbem a venda a crédito face à realidade das populações. Esta prática inviabiliza as cooperativas do ponto de vista econômico (o círculo de dívidas se repete continuamente porque, normalmente, as pessoas conseguem trabalho por curtos períodos de tempo) mas encontra-se socialmente justificada. Conforme os sujeitos e, pelos discursos, fica clara a impossibilidade de a prática do cooperativismo ser re-significada, mantendo-se as características atuais do sistema de produção.

Além destes fatores estruturais, ao definir a ação de cooperar como resultante da presença de dois atores e ao caracterizar os papéis que ambos desempenham, os sujeitos remetem-nos às formas que, historicamente têm caracterizado as relações do Estado com o camponês. Ao Estado, ator e autor da iniciativa de introdução das cooperativas atribui-se, portanto, o papel de construtor, aquele que "faz acontecer". Os cooperadores definidos pelos nossos sujeitos são identificados como os operários e percebem a sua participação pela realização de uma atividade concreta: construir o edifício da cooperativa de consumo, trabalhar no campo ou no barco e participar das reuniões quando convocados pelos funcionários do INC ou o presidente da cooperativa. A separação entre concepção e ação, tal como apresentada pelos sujeitos, é vivida como intransponível, como um fator constituinte das relações entre ambos. A percepção do Estado como o "dono" da cooperativa remete a formas culturais historicamente sedimentadas que favorecem o estabelecimento do poder tendo por base a hierarquia e a autoridade. Por isso, reproduz-se mesmo nas relações entre cooperadores e o presidente da cooperativa, escolhido entre os mesmos.

Embora em contradição com um dos princípios essenciais da doutrina do cooperativismo que prega a democracia na tomada de decisões, subjaz à aceitação desta prática (à qual os sujeitos não atribuem uma conotação negativa), o valor socialmente atribuído a quem "sabe ler e escrever", ao detentor do conhecimento formal. Historicamente, estas capacidades concorrem para a diferenciação social e, por estarem associadas às necessidades gerenciais das cooperativas, confirmam a percepção dos sujeitos de que a maioria dos cooperadores não detém as

capacidades técnicas desejadas ao desempenho de funções de chefia. A autoridade e a hierarquia não são questionadas; a inexistência de uma democracia na escolha do líder se apresenta como uma inevitabilidade não traduzida pelos sujeitos que, enquanto indivíduos com localizações e interesses sociais concretos, legitimam a instituição (do poder) e o universo simbólico que a envolve.

A interiorização de hierarquia, da submissão e da divisão entre quem planeja e quem executa, contribui para a reprodução de determinada estrutura, na qual os trabalhadores não detêm o poder de se auto-organizar e dirigir a organização da produção.

A constatação de que a cooperativa, tal como existe, é uma produção dos cooperadores sugere que a mudança social só se efetiva quando parte dos próprios sujeitos a quem ela deverá atingir a iniciativa de criar as instituições que julguem necessárias.

A possibilidade de desenvolver e dar continuidade à prática cooperativista deverá considerar as diferenças entre a concepção oficial e ideológica de cooperativa e as representações sociais que os cooperadores têm da cooperativa. A consideração destas diferenças poderá levar ao aprimoramento do processo de construção de uma prática cooperativista original em que, ao invés de autoridade, o Estado assuma o papel de coordenador das iniciativas dos camponeses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. T. Família e trabalho numa comunidade camponesa de Cabo Verde. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, 3: 85-106, jan./dez. 1985.
- ABRIC, J. C. Pratiques sociales, représentations sociales. *In*: Abric, J. C., **Pratiques sociales et représentations**. cap. 8: 217-251, Paris, Presses Universitaires de France, 1994.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: Tratado de Sociologia da conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1974. 247p.
- BAYART, J.F. **L'État en Afrique. La politique du ventre**. Paris, Fayard, 1989. 61p.
- BLUMER, H. Movimentos sociais. *In*: Pereira, L. (org.). **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pp: 83-97.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria prática. *In*: Ortiz, R. (org.). **Pierre Bourdieu**, São Paulo, Ática, 1983.
- CABRAL, N. E. **Le moulin et le pilon: Les îles du Cap-Vert**. Paris, L'Harmattan - ACCT, 1980. 185p.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1987. 284p.
- CARDOSO, P. M. **Folclore Caboverdiano**. Lisboa, Solidariedade Caboverdiana/Safil, 1983. 120p.
- CARREIRA. **Cabo Verde, classes sociais, estrutura familiar, migrações**. Lisboa, Bibl. Ulmeiro 9, 1977.
- COLE, G. D. Introducción. *In*: **História del pensamento socialista**, cap. 1: 9-18, México, ed Fondo del Cultura Economica, 1975.
- DOISE, W. L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. **Bulletin de Psychologie**, tomeXLV, 405: 189-195.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

- DOCUMENTOS DO "II CONGRESSO DO PAICV". Praia, 1983.
- DECRETO-LEI nº 80/79, **Boletim Oficial de Cabo Verde**, nº 34, 25 de Agosto de 1979.
- _____. nº 101- H/90, _____, nº 46, 23 de Novembro de 1990.
- DURKHEIM, E. Representações individuais e representações coletivas. *In: Sociologia e Filosofia*, Rio de Janeiro, Forense, 1970.
- FANON, F. Uma ilustração: Subdesenvolvimento e anticolonialismo. *In: Pereira, L. (org.). Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pp: 109-133.
- FARR, R. Social Representations: a French tradition of research. **Journal for the Theory of Social Behaviour** (número especial sobre representações sociais) 17(4): 343-369, 1987.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s/d.
- FERREIRA, M. **A aventura crioula**. Lisboa, Ulisséia, 1967. 276p.
- FOUCAULT, M. Ciência e saber. *In: Foucault, M., A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- FURTADO, C. **As transformações das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago de Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, USP, 1988.
- GERBER, H. H. Medidas práticas para superar os obstáculos à atuação do cooperativismo nos países em desenvolvimento. *In: Pinho, B. (coord.). A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*, São Paulo, 1974.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1975.
- HAMILTON, R. G. As origens de uma sociedade crioula. *In: Hamilton, R. G., Literatura, Africana, Literatura necessária - II -Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Cap. 5: 93-211, Lisboa, Edições 70, 1984.
- HERNANDEZ, L. M. G. L. A sociedade cabo-verdiana; Estado e administração pública em Cabo Verde; O Partido Africano para a independência de Cabo Verde (PAICV). **R. C. Pol.**, Rio de Janeiro, 31(3): 111-126, jul./set., 1988.
- _____. **Os filhos da terra do sol**. Tese de Doutorado e, Ciência Política, São Paulo, PUC, 1993. 244p.

- HERZLICH, C. La représentation sociale. *In: Moscovici, S. Introduction a la Psychologie Sociale*, vol.I. Paris, Larousse, 1972.
- JAHODA, G. Critical notes and reflections on social representations. **European Journal of Social Psychology**, 18: 195-209, 1988.
- JODELET, D. Réflexions sur le traitement de la notion de représentation sociale en Psychologie Sociale. **Communication information**, 6(213): 15-41, 1984.
- _____. La representation social - fenômenos, concepto y teoria. *In: Moscovici, S. (org.) Psicologia Social*. Paidós, 1985.
- _____. Répresentations sociales: un domain en expansion. *In: Jodelet, D. Les Représentations Sociales*. Paris, PUF, 1989.
- _____. **Folies et représentations sociales**. Paris, PUF, 1989.
- JOVCHELOVITCH, S. & GUARESCHI (orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- LOPES, B. **Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: apontamentos lidos ao microfone de rádio Barlavento**. Praia, Imprensa Nacional, 1956. 52p.
- LOPES, F. V. Para o estudo da literatura de Cabo Verde. Lugares comuns e estéreis. **Les Litteratures Africaines de Langue Portugaise**. COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris 28 nov. a 01 dez, 1984, ANAIS...Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985, pp: 257-261.
- LOPES, L. Para uma caracterização da cultura caboverdiana. Tópicos para uma identidade. **Les Litteratures Africaines de Langue Portugaise**. COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris 28 nov. a 01 dez, 1984, ANAIS...Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985, pp: 263-267.
- _____. **O cooperativismo em Cabo Verde. Uma abordagem**. Mindelo, 1991 (mimeo)
- MARIANO, G. **Cultura Caboverdeana: Ensaio**. Lisboa, Vega, 1991. 181p
- MENDES, A. & PEREIRA, F. **Santiago de Cabo Verde: O homem perante a morte**. Monografia elaborada para o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário, Praia, 1986.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo - Rio de Janeiro, Hucitec, 1993.
- MONTEIRO, E. . **Cooperativismo e lucro**. *In: Jornal A Semana*. Praia, 8 de Maio de 1993.

- MOSCOVICI, S. Préface. *In*: Jodelet, D. Viet, J. Besnard, P. **La Psychologie Sociale, une discipline en mouvement**. Bélgica, EPHE and Mouton Library of Congress C. C. Number, 1970, pp: 9-12.
- _____. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 291p.
- _____. The phenomenon of social representations. *In*: Farr, R. e Moscovici, S. **Social Representations**. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- _____. The myth of the lonely paradigm: A rejoinder. **Social Research**, 51(4): 938-967, 1984.
- _____. & HEWSTONE, M. De la ciencia al sentido común. *In*: Moscovici, S, **Psicologia Social**, Barcelona, Paídos, 1985.
- _____. Notes toward a description of Social Representations. **European Journal of Social Psychology**, 18: 211-250, 1988.
- _____. Présentation. **Bulletin de Psychologie**, tomeXLV, 405: 137-143.
- MUCHIELLI, A. **Les méthodes qualitatives**. Paris, Presses Universitaires de France, 1991.
- PINHO, D.B. Manual do cooperativismo. Vol.1. *In*: **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo, CNPq, BNCC, Brascoop, Coopercultura, 1982.
- PINHO, D. B. **A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo, Pioneira, 1966.
- POTTER, J. & LITTON, I. Some problems underlying the theory of social representations. **The British Journal of Social Psychology** (número especial sobre as representações sociais), 24(2): 81-92, 1985.
- RIOS, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social**. Dissertação de mestrado apresentada à ESALQ, Piracicaba, 1976.
- _____. Pré-Cooperativismo, Etapa Queimada. *In*: **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo, CNPq, BNCC, Brascoop, Coopercultura, 1982.
- _____. **O que é cooperativismo**. Coleção Primeiros Passos, 189, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- RODRIGUES, A. M. **Operário, operária: Estudo exploratório sobre operariado industrial da Grande São Paulo**. São Paulo, Símbolo, 1978. 144p.
- SANTOS, J. **Cooperativismo e lucro**. *In*: *Jornal A Semana*. Praia, 8 de Maio de 1993.

- SATO, L. **Abordagem psicossocial do trabalho penoso: Estudo de caso de motoristas de ônibus urbano**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, São Paulo, PUC, 1991.
- SILVA, J.P. **Discurso por ocasião do empossamento do 1º Presidente do Inc**. Praia, INC, 1987.
- SISSOKO, A. Sociologie des groupements a vocation coopérative (GVC) dans la zone d'Aymé (Cote- D'Ivoire). **Travaux et Documents**, 44: 1-36, Centre d'Etude d'Afrique Noire, Bordeaux, 1994.
- SPINK, M. J. **As representações sociais e sua aplicação em pesquisa na área da saúde**. ABRASCO, mimeo, 1989.
- _____. **Representações sociais: uma perspectiva interdisciplinar**. ABRAPSO, mimeo, 1991.
- _____. Representações sociais e ideologia. *In*: 9º Congresso Nacional de Sociólogos, Seminário Latino Americano de Sociologia, São Paulo, PUC, 25 a 29 de agosto de 1992. (mimeo)
- _____. O conceito de Representação Social na abordagem Psicossocial. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9(3): 300-308, jul/set., 1993
- _____ (org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo, Brasiliense, 1993. 311p.
- TOURRAINE, A. Subdesenvolvimento-Desenvolvimento como movimento social. *In*: Pereira, L. (org.). **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pp: 75-81.
- _____. Os movimentos sociais. *In*: Foracchi, M. M. & Martins, J. de S., **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1984.
- TRAGTENBERG, M. Uma prática de participações: as coletivizações na Espanha (1936/1939) *In*: Venosa, R. (org.) **Participação e participações (Ensaio sobre autogestão)**, São Paulo, Babel Cultural Editora, 1987.
- VARELA, T. **"DJUDA E DJUNTA-MON". FORMAS INFORMAL (MARGINAL?) DI KOOPERATIVISMO**. Praia, 1991 (mimeo).